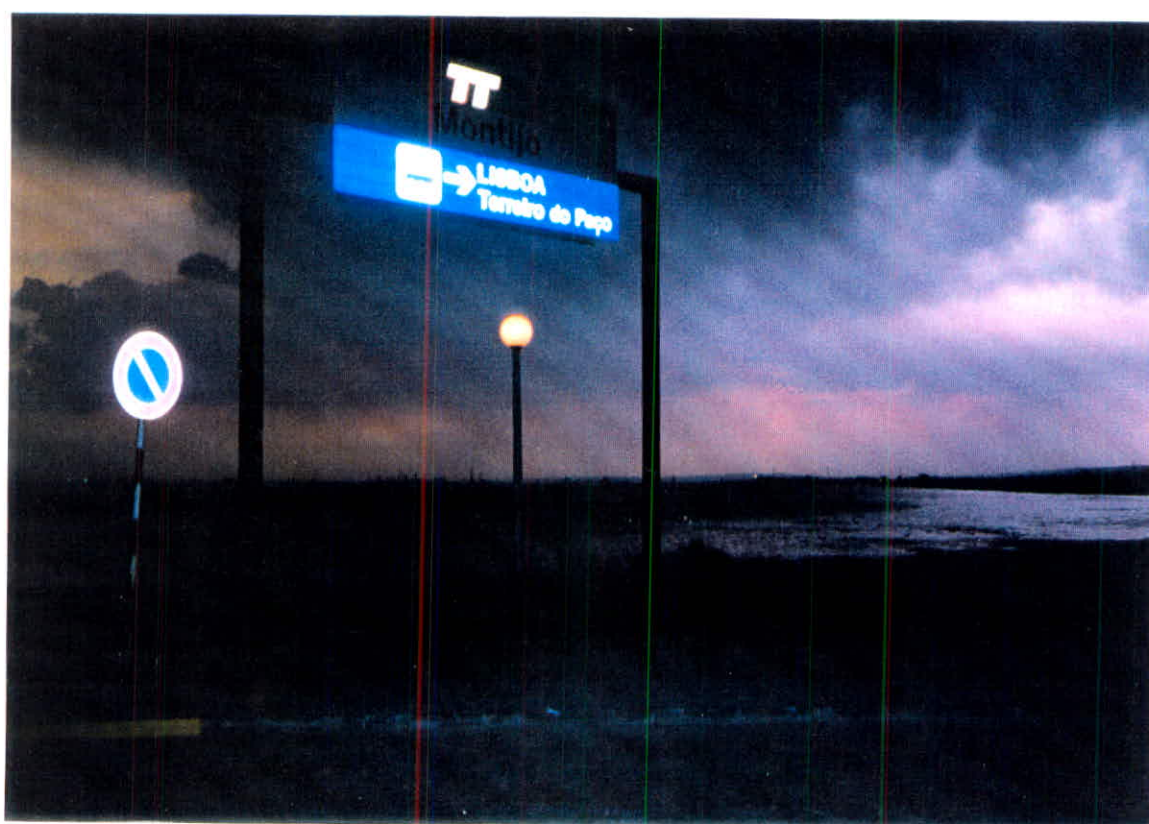




Os contrastes sócio-demográficos da Península de Setúbal
e os efeitos da nova ponte sobre o Tejo
na dinâmica migratória e no perfil das populações dos
concelhos de Montijo e de Alcochete

(5/13/2017)



Sandra Cristina Rodrigues Santana Lopes

MESTRADO DE INOVAÇÃO HUMANA E SOCIAL

2017

Sandra Cristina Rodrigues Santana Lopes

**Os contrastes sócio-demográficos da Península de Setúbal
e os efeitos da nova ponte sobre o Tejo
na dinâmica migratória e no perfil das populações dos
concelhos de Montijo e de Alcochete**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia
da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
para obtenção do grau de Mestre em Demografia Histórica e Social

Lisboa

1997

Agradecimentos

Em primeiro lugar devo agradecer à Professora Maria João C. de Araújo e Sá Valente Rosa pela disponibilidade e rigor científico com que sempre me orientou ao longo deste trabalho de investigação, e também pelos conhecimentos imprescindíveis que partilhou com os alunos no ano de mestrado.

Gostaria de agradecer aos Srs Arquitectos do Gabinete do PDM a informação disponibilizada, e a simpatia da D. Esmeraldina da Câmara Municipal do Montijo .

Quero agradecer à Isabel pelas referências bibliográficas, ao Renato pelas discussões sobre o Montijo, e ao Bruno pela ajuda na capa.

Last but not the least, quero agradecer muito ao Rui pelos infindáveis suspiros inspirados que lhe ouvi ao longo das leituras e revisões intensivas que fez deste trabalho.

“ (...) we must conceive both the future and the past as ‘temporal horizons’ of the present. The present thus receives a special status by virtue of its function. It interrelates time and reality and represents a set of constraints on the temporal integration of the future and the past. (...).”

Niklas Luhmann, The Differentiation of Society

Introdução

À semelhança do que aconteceu em 1966 com a ponte 25 de Abril, estamos prestes a assistir à abertura de uma nova ligação rodoviária entre Lisboa e a Península de Setúbal (ponte Sacavém-Montijo)¹. Tratando-se, no entanto, de conjunturas histórica e socialmente diferenciadas, parece evidente que se trata de um novo fôlego de expansionismo da metrópole, quer no extravasamento de uma função residencial quer do processo de terciarização e, simultaneamente, de uma reestruturação sócio-espacial da Área Metropolitana de Lisboa pela alteração potencial da importância, nesta área de influência, de zonas geográficas carentes de alguma atractibilidade quando comparadas com outras regiões igualmente situadas na margem sul, pois os concelhos que a compõem foram alvo de diferentes apropriações sócio-espaciais consoante o tipo de desenvolvimento das vias de acesso à capital (viárias ou fluviais), das redes de transporte público (viárias, fluviais e ferroviárias), extensão das zonas a urbanizar e peso do solo expectante, do processo e tipo de industrialização entre outras.

Maria A. CRUZ² referindo-se à margem sul do Tejo, salienta a dualidade, passada e presente, que caracteriza as duas regiões separadas pela ribeira de Coina - a *Outra Banda* (encabeçada por Almada) e a *Borda de Água* (pelo Montijo)- sujeitas a diferentes estímulos e condicionamentos, entre os quais o das diferentes distâncias a Lisboa. A propósito do processo de suburbanização destas duas regiões, a autora conclui que, « (...) O tempo da individualidade passou: aquele em que Almada cresceu subordinada a problemas intrínsecos à sua própria evolução. (...) Mas é a transformação em *dormitório* que, na actual geração, cria a Grande Almada, sector da

¹ A nova ponte sobre o Tejo, com o nome de Ponte Vasco da Gama, tem abertura prevista para meados de 1998 a tempo da Expo 98.

² Cruz, M^a Alfreida, A margem Sul do Tejo. Factores e formas de organização do espaço, p.325-328.

Grande Lisboa, onde a vila e a Piedade³ se esbatem numa maré urbana que medra sobretudo por digestão de antigas quintas senhoriais.(...) E, na Borda de Água, a sua principal vila (Aldeia Galega ou Montijo), está ainda preservada nesse sentido mas apenas pela distância em tempo a que se encontra de Lisboa (quatro vezes a de Almada e duas a do Barreiro).».

Para uma melhor compreensão desta questão basta fazer um esforço de recriação e pensar como seriam certamente diferentes as dinâmicas actuais dos concelhos inclusos na Península de Setúbal se a proposta de localização da actual ponte sobre o Tejo tivesse sido preterida pela localização Beato-Montijo.

Se a existência de assimetrias entre os concelhos inclusos na península de Setúbal é patente quando se analisam as realidades sócio-demográficas dos concelhos, e se essa característica advém, como tem sido defendido por diversos autores, do tipo e da intensidade das relações estabelecidas com Lisboa, o propósito deste trabalho será o de inferir qual o impacte no sistema demográfico dos concelhos que delimitamos teoricamente como exemplificativos de *estruturas sociais locais* - o concelho de Montijo e de Alcochete- que sofrerão as consequências da *acção impactante*- a abertura de uma nova frente urbana de fácil acesso a Lisboa proporcionada pela nova ponte sobre o Tejo. Assim, a escolha para a análise dos concelhos Montijo e Alcochete, não sendo ocasional, não se prende exclusivamente com o facto de se localizarem na zona geográfica da margem sul de amarração da nova ponte sobre o Tejo, mas antes ao facto destes concelhos se encontrarem localizados numa situação marginal na área suburbana de Lisboa, que condicionou o seu desenvolvimento e comprometeu em parte a sua dinâmica demográfica.

Deste modo, o interesse do presente trabalho de investigação, que antes de tudo pretende ser um ensaio metodológico, será o de poder dar uma contribuição actual

³ A autora refere-se à freguesia Cova da Piedade, uma das freguesias mais densamente povoadas do concelho de Almada, considerada centro urbano desde 1960.

para a compreensão do hipotético impacte social ⁴ que as estruturas sociais dos concelhos de Montijo e de Alcochete irão sofrer no futuro, nomeadamente através do esforço de quantificação dos fluxos demográficos, observando as suas repercussões no sistema demográfico.

Dentro das tipologias sectoriais de estudos de impacte social frequentemente apresentadas, referem-se os impactes demográficos como sendo aqueles « (...) que consistem nos efeitos sobre a dimensão, distribuição das populações e padrões de povoamento, nos efeitos de migrações induzidas, nas alterações da estrutura etária, nos níveis de dependência, etc. (...) ».⁵ O que permite afirmar a importância, nem sempre reconhecida, dos estudos demográficos, quer sejam descritivos ou prospectivos, no planeamento territorial. Tal como salienta G. J. LEWIS citando Claeson and Egero, « (...) a knowledge of population movement, representing as it does both a cause and effect of societal processes, remains of fundamental importance to a complete understanding of social change, economic development and political organization. (...)».⁶

No âmbito da Demografia Social recorre-se à capacidade explicativa de factores não demográficos para melhor compreender e delinear as alterações de comportamento das variáveis demográficas, partindo do pressuposto que as modificações no sistema social corresponderão variações do comportamento dos fenómenos demográficos. Deste modo, a questão de partida que orienta este estudo reflecte a interdependência entre os sistemas sócio-espacial e o sistema demográfico do território em mudança. Pretende-se relacionar os aspectos relativos às modificações impostas pelo aumento da acessibilidade dos concelhos do Montijo e Alcochete face a Lisboa, que ao

⁴ Por impacte social deve-se entender « (...) qualquer alteração significativa ocorrida no contexto social das relações inter-individuais e institucionais provocada por uma actividade humana impactante (...) », « (...) localizada no tempo e no espaço (...) » Craveiro, Lutas, Estudos de Impacte ambiental. Uma contribuição sociológica, 1993, p.11.

⁵ Santos, Marcos O. Gomes dos, " Impactes Sociais: Questões introdutórias" , 1992, p.73..

⁶ Lewis, G. J. Human Migration, A geographical Perspective, 1982, p. 3.

induzirem novas lógicas de apropriação sócio-económica do espaço concelhio - ao nível de especulação do mercado imobiliário e crescente incremento da função residencial, na implantação industrial e de empresas ligadas ao sector terciário, crescente integração na área metropolitana de Lisboa,...- contribuirão para o aumento da capacidade de atracção populacional destes concelhos e consequente fixação de população migrante que levará indubitavelmente à reconversão do sentido actual da dinâmica migratória alterando os seus perfis demográficos.

Quanto à formalização do presente documento teremos um capítulo inicial onde, num primeiro momento, se procurou teorizar sobre algumas questões inerentes às relações entre movimentos migratórios e o território - entendido numa dupla dimensão, quer na relação que o migrante estabelece com essa região, quer nas características de atracção ou de repulsa inerentes ao próprio espaço que o dotam de qualidades percebidas pelos migrantes- , partindo da necessidade de reflectir sobre um dos aspectos intrínsecos e decisórios na formação das regiões suburbanas -o aumento populacional como efeito do aumento dos fluxos migratórios. Em segundo lugar, salientaram-se alguns aspectos relativos à formação da área metropolitana de Lisboa, e a importância da Península de Setúbal como região suburbana, atentando nas relações particulares que os concelhos desta região mantêm com a metrópole, que servem de ponto de partida para o segundo capítulo onde se pretendeu evidenciar os contrastes concelhios.

De seguida, no capítulo segundo, será analisada a unidade e a diversidade da região da Península de Setúbal, abordando-se por um lado os critérios considerados como indicadores de suburbanização , nomeadamente aspectos relativos à Industrialização e Urbanização (medida pela evolução do número de fogos e pela densidade populacional urbana), e por outro lado a dinâmica demográfica de cada um dos concelhos. Nesta abordagem será privilegiada uma dimensão temporal de quatro

décadas, de 1950 a 1991, por corresponder ao período de explosão das áreas suburbanas, aspecto que permitirá encontrar critérios de diferenciação dos concelhos e, de certa forma, orientará a definição das hipóteses quanto às linhas de evolução futuras dos concelhos de Montijo e de Alcochete, por aproximação ao ocorrido nos restantes concelhos da margem sul do Tejo sujeitos a pressões idênticas que condicionaram as suas dinâmicas demográficas. Como atenta DECOUFLÉ⁷, a propósito da necessidade de observar o passado, « (...) À atitude prospectiva, pouco lhe importa que a história se repita, mas não pode dispensar-se de medir-lhe o ritmo de pulsação.(...)» . Este autor refere-se aos factos passados como «factos portadores de futuro» na medida em que o passado, assim como o presente, contém em si as linhas decisórias do futuro.

No terceiro capítulo, procederemos à apresentação e explanação do quadro de hipóteses referentes à dinâmica de evolução das variáveis microdemográficas - mortalidade, fecundidade, e movimentos migratórios - enfatizando a componente *migrações internas*. A ênfase que daremos a esta componente, entendida como a mobilidade de populações entre concelhos no interior do território nacional com carácter permanente, não contemplando os casos de mobilidade pendular (por exemplo: as deslocações casa-trabalho/escola e vice-versa), vem de encontro à questão de partida anteriormente exposta, ou seja, consideramos que num curto prazo será esta a variável que ao ser consequência (porque despoletada por condicionantes externas ao sistema demográfico) será também a principal causa explicativa das potenciais modificações a verificarem-se nos perfis demográficos dos concelhos considerados.

Cabe aqui salientar que as hipóteses escolhidas possuem indubitavelmente um alcance relativo, pois ao tratarem-se de construções que apesar de serem fruto de uma análise atenta e sistemática do real, passado e presente, contém em si a dupla faceta

⁷ Decouflé, André, A prospectiva, 1977, p.31-33.

de poderem ser consideradas falsas ou verdadeiras, ou seja, de serem ou não refutadas no futuro. Além deste aspecto de validação intrínseco à natureza deste estudo, o objectivo preponderante dos modelos construídos (subjacentes aos cenários demográficos 'futuros' será fundamentalmente o de avaliar os potenciais efeitos da variável microdemográfica *movimentos migratórios* sobre os perfis demográficos dos concelhos escolhidos, e não tanto o de determinar concisamente o efectivo populacional e respectivas estruturas demográficas a encontrar no futuro nesses concelhos.

Assim , posteriormente serão analisados os cenários demográficos que resultaram dos modelos construídos. Estes cenários materializam os *futuros possíveis*, que quando comparados entre si nos darão a possibilidade de reflectir, em primeiro lugar, sobre os desafios neles contidos, nomeadamente no que respeita à dinâmica populacional de concelhos em desenvolvimento, vislumbrando as situações diferenciadas de manutenção ou alteração dos perfis demográficos; e em segundo lugar, como já foi referido, compreender quais serão os efeitos da variável microdemográfica *movimentos migratórios*, consoante o seu sentido (entradas ou saídas) e intensidade, nas estruturas demográficas dos concelhos de Montijo e de Alcochete.

Cap I

**A importância da Península de Setúbal
na Área Metropolitana de Lisboa**

1.

Movimentos migratórios e território: algumas considerações

Partindo de uma definição restrita do conceito, entende-se **migração** como o movimento de um indivíduo provocado pela mudança de residência principal⁸, movimento esse que se faz num tempo e num espaço. Ao particularizar o tipo de mudança em função da residência principal, PRESSAT exclui, na definição acima proposta, todo o tipo de movimentos pendulares, diários (deslocações profissionais diárias, actividades escolares,...) ou sazonais (saídas de férias, fim-de-semana, mobilidade profissional, etc...) que, de certa forma, possuem um carácter pouco duradouro no tempo. Diz este autor a propósito dos movimentos denominados de migrações sazonais que « (...) cette expression consacrée est impropre dans la mesure où le phénomène qu'elle désigne ne s'accompagne pas d'un changement du lieu d'habitation habituel de la personne.»⁹

As dimensões *tempo* e *espaço* irão conferir a este fenómeno complexo uma diversidade de situações que correspondem a diferentes tipos de movimentos, onde se podem salientar as *migrações internacionais* (ou exteriores, que envolvem movimentos humanos entre uma região de um país e uma região localizada fora das fronteiras administrativas desse país), as *migrações internas* (movimentos humanos observados entre regiões administrativas no interior de um país), as *migrações*

⁸ « (...) Ce mot désigne à la fois le déplacement d'une personne entraîné par un changement de résidence (...), c'est-à-dire à sa résidence principale. (...) », Pressat, Roland, Dictionnaire de Démographie, p.118. O mesmo pressuposto é adoptado por COURGEAU, como forma de distinção entre mobilidade temporal (movimento humano que não implica mudança de residência principal) e migração (movimento humano que implica alteração da residência principal), Courgeau, Daniel, Méthodes de mesure de la mobilité spatiale..., p.15.

⁹ Pressat, Roland, Dictionnaire de Démographie, p.122. Este autor define *mobilidade espacial* como sendo « phénomène en rapport avec les déplacements des individus » (p.123). Assim, este conceito, definido de forma abrangente, engloba em si todo o tipo de mobilidade espacial desde as migrações (com a sua particularidade de alteração de residência principal) aos movimentos pendulares (exemplo casa-trabalho).

temporárias e as *migrações permanentes* (normalmente definidas como sendo as que duram no mínimo um período igual ou superior a um ano) ¹⁰.

TAPINOS acresce a esta definição «a natureza da ligação entre o indivíduo e o espaço de referência»¹¹. Assim, ao considerarmos como «espaço de referência» um território determinado (país, distrito ou concelho) a migração vai definir-se em função do sentido do movimento: *positivo* se se tratar de entradas no «espaço de referência» e *negativo* se se tratar de saídas do «espaço de referência». No primeiro caso podem-se incluir a **imigração** (entradas no país de indivíduos naturais do estrangeiro), **o movimento de retorno ou regresso** (emigrantes nacionais que voltam ao país depois de um período de emigração numa região localizada no estrangeiro), **entradas de migrantes externos** (exemplo: migrações campo-cidade); e no segundo caso temos a **emigração** (saídas do país de indivíduos com destino a regiões localizadas no estrangeiro), **saídas internas** (exemplo: as saídas de indivíduos de regiões populacionalmente repulsivas com destino a regiões mais atractivas localizadas num mesmo país), ou ainda, as **partidas de estrangeiros** a residir no país (igualmente denominado de retorno).

Este autor salienta a complexidade desta componente demográfica, definindo-a como sendo um fenómeno *renovável* (que se pode repetir no tempo) e eventualmente reversível (traduzido pelo paradoxo emigração/retorno), cuja diversidade não se coaduna com a «unidade conceptual de um nascimento ou óbito» pelos vários sentidos e movimentos que o compõem e, com tal, deve ser compreendido enquanto processo, veja-se,

¹⁰ Este princípio está subjacente ao registo dos emigrantes externos nas Estatísticas Demográficas Portuguesas que se reportam a indivíduos com permanência no estrangeiro por um período igual ou superior a um ano.

¹¹ Tapinos, Georges, Éléments de Démographie, p.154-5.

«(...) la migration est un processus. C'est un trait essentiel qui tranche avec les autres phénomènes démographiques. Envisager la migration uniquement comme la sortie (ou l'entrée) d'une territoire à un moment donné du temps, pour un période donnée, d'un individu, exclut de comprendre la nature du phénomène, d'analyser ses déterminants et ses conséquences. (...)»¹²

Salientando algumas das consequências relativas aos aspectoss demográficos, podemos concluir que ao tratar-se de um fenómeno repetido e não único no tempo, os efeitos directos desta variável microdemográfica irão ser visíveis ao nível do quantitativo global da população e no seu ritmo de crescimento. No que respeita às estruturas demográficas da população, as consequências, a médio ou longo prazo, dependerão das características inerentes à população migrante, em termos da sua repartição por idades e sexos- normalmente quer se tratem de migrações internas ou externas as taxas de migração atingem os máximos nas idades compreendidos entre os 15 a 35 anos, e os mínimos nas idades mais envelhecidas-¹³.

Assim, situando-nos no *país de chegada* e tratando-se de saldos migratórios sem grande assimetria ao nível da sua repartição por sexos - maioritariamente composta por efectivos jovens com uma proporção considerável de indivíduos em idade activa-, os efeitos eventualmente sentidos ao nível das estruturas etárias da população corresponderão a um rejuvenescimento da população, quer pela entrada de efectivos em idade jovem quer pelo aumento dos níveis de natalidade (o que dependerá do quantitativo de mulheres no período fértil e da sua repartição etária dentro desse grupo, assim como, do tipo de comportamento reprodutivo dessas mulheres), quer pelo aumento da proporção de efectivos incluídos nas faixas etárias intermédias no total da população.

Pelo contrário, se nos situarmos no *país de partida*, veremos que os efeitos dependentes duma repartição dos migrantes por idades e sexos semelhante poderão contribuir para um aceleração dos níveis de envelhecimento -saídas de efectivos

¹²idem nota anterior.

¹³Cox, Peter, Demography, p.150.

jovens em idade activa, diminuição das mulheres no período fértil com consequências no nível da natalidade, entre outros aspectos- e, certamente, para uma alteração da trajectória de crescimento dessa população.

Deste modo, toda a complexidade inerente ao fenómeno migratório não pode ser estudada recorrendo-se meramente a um esforço de quantificação (nem sempre possível) das entradas e/ou saídas de um determinado território de referência, devendo ser adoptada uma perspectiva macrossocial que integre vários factores. Estes factores, produtos da teia complexa de relações estabelecidas pelos diversos sistemas- demográfico, ecológico, social, cultural, económico,...- incluem dimensões como o tempo, o espaço, a capacidade de atracção/repulsão do espaço de saída e do espaço de destino, os factores de perturbação ou propensão ao acto de migrar, as relações dos migrantes com o local de origem e o local de destino, opção e ciclo de vida dos migrantes, existência de cadeias migratórias, entre outras.

A questão de base em qualquer acto de migrar, seja ele fruto de decisão individual ou de motivação colectiva, implica sempre uma relação funcional e dual com o espaço, ou seja, pressupõe sempre um esforço de comparação, pela parte de quem migra, entre, por um lado, a situação actual que o mantém no local de origem e, por outro lado, as condições de vida futura que pensa encontrar no local de destino. Logo, o que se compara são duas regiões com potencialidades diferentes, onde uma em detrimento de outra responde mais eficazmente às necessidades de quem migra, sendo este identificado como alguém que procura noutra local algo que não encontra na sua região de origem. Nesta perspectiva situam-se as teorias clássicas das migrações que partem de uma concepção economicista do homem, pressupondo que o migrante desenvolve uma conduta racional com vista à minimização dos esforços e, simultaneamente, à maximização dos resultados. Deste modo, a decisão do acto de migrar vai ser função do conhecimento e da capacidade de escolha dos migrantes

entre *factores de repulsão*, quase sempre económicos, como sejam a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, entre outros ; e *factores de atracção* como a procura de trabalho, oferta de salários elevados, contraste entre vida urbana e rural, para referir os mais importantes.¹⁴

Ravenstein foi um dos autores impulsionadores do modelo de atracção-repulsão, como modelo explicativo da intensidade e sentido dos fluxos migratórios, que se encontra subjacente às suas famosas «Leis das Migrações» (1885-89). Segundo a tipologia das *Leis de Ravenstein* proposta por ARANGO¹⁵, ressaltam, entre outras conclusões, a existência de uma forte relação causal positiva entre migrações e as disparidades do desenvolvimento económico (ao nível da indústria e do comércio); o progresso tecnológico e dos transportes; o facto de existir uma procura dos grandes centros de comércio e indústria pelos migrantes de longa distância; a constatação que a maioria dos migrantes são indivíduos em idade adulta (activos); que a população das cidades emigra menos que a população dos campos; que um dos fluxos migratórios mais importantes é o das áreas rurais para os grandes centros do comércio e da indústria; e por último, que as grandes cidades crescem mais pela imigração do que por crescimento demográfico natural.

Aprofundando e dando continuidade ao proposto por este autor num importante artigo intitulado "A Theory of Migration" (1965)¹⁶, LEE enunciou as 'leis' relativas ao «volume da migração» e às «corrente e contra-correntes migratórias», e apresenta os quatro tipos de «factores presentes no acto de migrar» como sendo os «factores associados à área de origem», os «factores associados à área de destino», os «obstáculos intervenientes» e os «factores pessoais». Os três primeiros factores podem, segundo o autor¹⁷, ser esquematicamente representados da seguinte forma,

¹⁴ Jackson, Jonh, A. *Migrações*, p.19.

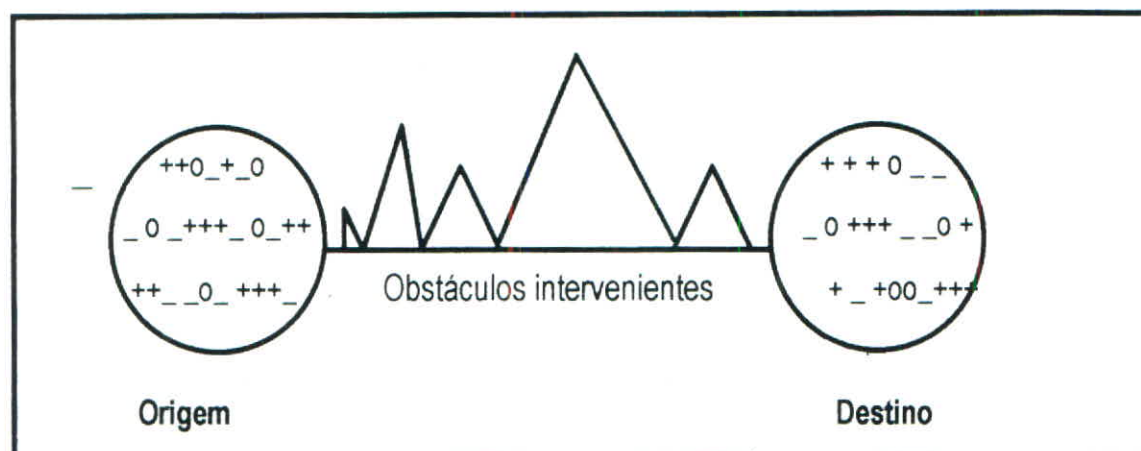
¹⁵ Arango, Joaquin, "Las «Leyes de las Migraciones» de E. G. Ravenstein, cien años despues.", p.13-14.

¹⁶ Lee, Everett S., "A theory of migration", in Jackson, J. A. (ed.), *Migrations*, p.282-297.

¹⁷ idem nota anterior, p.285-286.

Fig 1

Factores associados às áreas de origem e destino e Obstáculos intervenientes



A simplicidade do esquema proposto não se coaduna com a complexidade dos factores descritos pelo autor, pois que a cada grupo de factores associados às áreas de referência origem/destino correspondem inúmeras dimensões que serão diferentemente racionalizadas pelos indivíduos no acto de migrar. Correspondem nomeadamente as *condicionantes de atracção* (identificadas pelo signo +), as *condicionantes de repulsa* (idem -) e aquelas consideradas como irrelevantes, não exercendo qualquer influência na decisão de migrar (idem o). O mesmo autor salienta que a comparação entre os factores e condicionantes associadas a cada uma das áreas não esgota a escolha subjacente ao acto de migrar, sendo necessário ter em conta os *obstáculos intervenientes* e a capacidade de superação pelo potencial migrante desses obstáculos. Factores como a distância entre local de origem e destino, a rede de transportes, as barreiras legais quando se trata de migrações internacionais, etc., podem ser considerados como barreiras à migração. No seguimento do que foi dito anteriormente acerca das *Leis de Ravenstein*, este autor também confirma, enunciando como lei, o princípio de que « o volume e a proporção

da migração varia positivamente com o nível do progresso num país ou numa área»¹⁸, ou seja, o nível de desenvolvimento industrial e o processo de terciarização desempenham um papel importante actuando como condicionantes positivas de atracção populacional para essa área desenvolvida.

Por último, os «factores pessoais» representam a componente subjectiva do acto ou processo de migrar, dependentes do ciclo de vida do migrante, da sua percepção dos factores ligados à área de origem/destino, das suas fontes de informação (como, por exemplo a migração em cadeia), ou ainda qualquer tipo de imperativo de mudança de residência ligado a factores políticos, religiosos, profissionais ou outros.

Numa visão global da relação entre mobilidade espacial e mudança social BASSAND defende, sem particularizar o tipo de mobilidade quer no tempo quer no espaço, a necessidade de se tratar este fenómeno como um *fenómeno social total*. Atenta o autor que,

« (...) la mobilité spatiale est un phénomène social total, c'est-à-dire qu'elle n'est jamais seulement qu'un déplacement mais toujours une action au coeur des processus sociaux de fonctionnement et de changement. (...)»¹⁹.

Deste modo, o autor estabelece uma relação entre a *mobilidade* e a *propensão à mobilidade* com a *estrutura de emprego* (industrialização, terciarização), com todas as dimensões do conceito de *estratificação social*, e com o *sistema cultural*, dizendo que a uma mudança de organização do espaço segue-se uma alteração do padrão de mobilidade espacial, assim como o inverso, toda a modificação de intensidade ou sentido dos tipos de fluxos de mobilidade espacial se repercute sobre a organização do espaço²⁰. Ou seja, a tese defendida por este autor é a de que o fenómeno de

¹⁸ « (...) the volume and rate of migration vary with the state of progress in a country or area.(...)», idem nota anterior, p.292.

¹⁹ Bassand, Michel, " La mobilité spatiale, un phénomène macroscopique", p.84.

²⁰ idem nota anterior, p.85.

mobilidade espacial pode ser produto e simultaneamente produtor de mudança e de diferenciação social da sociedade (económica, demográfica, funcional,...).

Esta questão remete-nos para os efeitos da nova relação com o espaço estabelecida pelos migrantes, e, conseqüentemente, para as atitudes interventoras na modificação desse mesmo espaço (correspondente à região de partida e à região de chegada). Os indivíduos ao migrarem, ao mudarem de um espaço conhecido para um espaço desconhecido, transportam consigo um determinado *quadro de referências sócio-culturais* para um novo espaço, estabelecendo um *espaço de relação* que compreende dois territórios funcionalmente diferenciados (o de partida e o de chegada)²¹. O conceito de *espaço de relação* formaliza-se no acto de migrar, e inclui em si, simultaneamente, um espaço de ruptura e de comunicação. Um *espaço de ruptura* porque o migrante abandona uma região (entendida como espaço geográfico e sócio-cultural) que não possui capacidade para o reter, sem que no entanto deixe de manter relações com ela, neste sentido o abandono é puramente funcional e nunca definitivo. Paralelamente irá fixar-se numa região desconhecida com a qual estreitará novas relações. É esta característica que permite compreender a criação no acto de migrar de um *espaço de comunicação*, na medida em que estabelece um ponte entre duas realidades sócio-culturais distintas que serão transformadas, tratando-se, em última análise, de um alargamento do espaço total de vivência do migrante que se concretiza numa espécie de continuidade, de modo que a noção de espaço já não se restringe às fronteiras do concreto mas ao que resulta das estratégias de acção desenvolvidas pelos migrantes.

²¹vide Almeida, Carlos C. " Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação.", p.203.

Do que foi sugerido anteriormente, sobre as relações entre migrações e território, emergem as questões que pretendemos desenvolver neste estudo, como seja: detectar a importância da variável microdemográfica *movimentos migratórios* na formação e crescimento da margem sul do Tejo integrada na área metropolitana de Lisboa, salientando alguns dos vectores explicativos das diferentes capacidades de atracção populacional dos concelhos da Península de Setúbal, estreitamente relacionadas com o desenrolar do processo de metropolização da cidade de Lisboa e dinamização ao nível local de estruturas sócio-económicas. A forma como o processo de suburbanização de Lisboa se desenvolveu e marcou o sentido de organização do território em torno da metrópole, contribuiu, positiva ou negativamente, para a valorização dos *factores associados* a cada um dos concelhos (destino de muitos migrantes), e conseqüente diminuição dos *obstáculos intervinientes* pela criação de redes de transportes e acessos viários, fluviais, entre outros, acentuando a mobilidade de populações, quer de efectivos provenientes de regiões repulsivas do país, quer de residentes na área metropolitana.

2.

A Área metropolitana de Lisboa e o afirmar da importância suburbana da Península de Setúbal

A formação, estruturação e desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa²² resultou do processo de terciarização da capital e do processo de suburbanização a este associado, que, embora iniciado na década de 30, foi explosivo a partir de 1950. Trata-se de um fenómeno recente, de tendência contínua, que foi induzido por dois vectores intimamente ligados, por um lado o aumento do consumo de espaço devido ao crescimento da « superfície ocupada pelos organismos urbanos», e por outro lado pelo «crescimento demográfico» determinado em grande parte pelo crescimento migratório.

Tal como salienta SALGUEIRO²³, referindo-se à situação inicial de formação das áreas metropolitanas,

« O processo de suburbanização é fruto do crescimento demográfico, por sua vez determinado, em larga medida, pela migração de gente vinda de outras regiões e pela redistribuição das actividades no território, sendo principalmente importante aquela que envolve os lugares de habitação e de trabalho. Cada vez mais, e de forma mais intensa, periferias progressivamente mais afastadas se vêem envolvidas, quando não dirigidas, pela vida da grande metrópole. (...)»

²² A definição da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é consagrada na Lei nº44/91, de 2 de Agosto que diz no artigo 2º que a AML tem sede em Lisboa e compreende os concelhos de Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra, e Vila Franca de Xira. Sendo actualmente a AML-Sul correspondente à área geográfica da Península de Setúbal (inclui os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal) e a AML-Norte composta pelos restantes concelhos acima descritos.

²³ Salgueiro, Teresa Barata, A cidade em Portugal. Uma geografia urbana., p.82.

Desta forma, Lisboa espraia-se pelas suas áreas envolventes fazendo-as partilhar do seu crescimento demográfico resultante de migrações contínuas e intensas que a assolam, assim como lhes induz parâmetros de industrialização e urbanização de forma discriminada consoante os critérios de proximidade ou a acessibilidade dessas áreas face à metrópole. Um dos factores preponderantes deste fenómeno foi o desenvolvimento dos transportes que permitiu pela diminuição das distâncias a ocupação de áreas geográficas mais afastadas do centro. Iniciando-se num primeiro momento com o incremento dos transportes colectivos na cidade (primeiro o eléctrico e o autocarro a partir de 1944) tornando mais alargada a área de circulação urbana, e posteriormente, com o desenvolvimento da camionagem que ao estender a « área de influência das estações de caminho de ferro»²⁴ contribuiu para a estruturação dos concelhos da margem norte enquanto região suburbana de Lisboa.

A margem sul, embora iniciando o processo de suburbanização mais tarde que a margem norte, foi igualmente beneficiária do incremento dos transportes e da melhoria da acessibilidade a Lisboa. Desenvolveu-se primeiramente junto ao estuário do rio Tejo, de que são exemplos os súburbios residenciais de Almada e Cova da Piedade dependentes do cais de Cacilhas; e o concelho do Barreiro, importante centro industrial, que funcionava como região intermediária, de população e mercadorias, entre Lisboa e o Sul do país, visto ser neste concelho realizado o transbordo da linha férrea do Sul/Sueste com o barco para (ou de) Lisboa. Algumas décadas mais tarde, o principal vector de explosão suburbana dos concelhos da margem sul deverá ser, fundamentalmente, associado ao desenvolvimento de redes viárias proporcionadas pela abertura da ponte sobre o Tejo (1966), das vias rápidas da Caparica e do Barreiro, e da Auto estrada do Sul. Pois, embora se detecte a influência de Lisboa na margem sul antes da abertura da ponte sobre o Tejo -quer na implantação industrial (de que se salienta o caso do Barreiro no início deste século), quer no incremento da urbanização (tendo como exemplo Almada e Cova da Piedade pela proximidade

²⁴ Salgueiro, Teresa Barata, A cidade em Portugal. Uma geografia urbana., p.85.

garantida pela travessia fluvial)-, é sobretudo a partir da década de 60 que se assiste ao crescimento explosivo desta margem e à sua conseqüente integração na área metropolitana de Lisboa.

Quadro 1

Peso relativo da população residente (%) e taxas de crescimento anual médio²⁵, para o concelho de Lisboa e concelhos da AML-Sul e AML-Norte, de 1950 a 1991

%	1950	1960	1970	1981	1991
	%	% tx50/60	% tx60/70	% tx70/81	% tx81/91
conc. Lisboa	67.2	58.4 + .2	45.4 - .5	33.1 +.61	26.7 -1.95
AML-Sul	12.3	14.2 +3.1	17.7 + 4.3	24.0 +7.0	25.9 + . 9
AML-Norte	20.5	27.4 +4.7	36.9 +5.1	42.9 +5.4	47.4 +1.2
Total	100.0	100.0 +1.7	100.0 +2.0	100.0 +3.8	100.0 + .2
%AML-Lisboa no País	15%	17%	21%	25%	25%

Fonte: Ferreira, António e Outros, 1991 (modificado) - para 1950, 1960 e 1970.

I.N.E. - 1991.

AML-Norte engloba os concelhos de Cascais, Sintra, Oeiras, Amadora, Loures e Vila Franca; e, à **AML-Sul** correspondem, para 1950, os concelhos de Almada, Barreiro, Seixal, Moita, Montijo e Alcochete, aos quais se juntaram os concelhos de Setúbal, Sesimbra e Palmela, a partir de 1981.

Da análise da evolução da população residente na área metropolitana de Lisboa, podemos concluir que o peso relativo dos residentes nesta região no total do país aumentou, passou de 15% do total da população residente em Portugal em 1950 para 25% do total em 1991, correspondente em termos relativos a uma variação de +113%, o que reafirma a importância desta região no país ao longo do tempo.

²⁵ As taxas de crescimento anual médio foram calculadas através da fórmula:
 $\log P_{x+n} / P_x = n \log (1+a)$

Em 1991, segundo os dados do último recenseamento, o volume populacional da AML-Lisboa era de 2 476 977 indivíduos²⁶, cerca de 25% da população do país repartido pelo concelho de Lisboa (27% do total da população residente na AML), conjunto de concelhos da AML-norte (47% idem) e da AML-Sul (26% idem). A diferença face ao recenseamento de 1981 é pouca (o aumento populacional foi de +2%), o peso dos residentes no total da população do país era sensivelmente o mesmo, no entanto, acentua-se uma tendência já iniciada em décadas anteriores, que salienta a perda da importância da população residente no concelho de Lisboa no total da AML e na afirmação do crescimento populacional das regiões suburbanas a norte e a sul do Tejo. Como salienta SALGUEIRO, esta situação é intrínseca ao processo de suburbanização, diz a autora que,

« (...) De um modo geral a densidade populacional nas áreas urbanas diminui do centro para a periferia e o crescimento demográfico reproduz a mesma forma, podendo ser representado graficamente por uma sucessão de curvas paralelas, visto que se assiste ao crescimento dos valores da densidade em todos os pontos, em simultâneo com o alargamento da área urbana. A partir de certa altura, as habitações nas áreas centrais são substituídas por escritórios, devido ao processo de terciarização, e a densidade do núcleo central mostra sinais de diminuição, enquanto a dos restantes territórios continua a aumentar. (...) »²⁷

A análise dos dados (**quadro 1**) permite-nos corroborar esse facto, a partir de 1950 observa-se a perda da importância da população residente no concelho de Lisboa no conjunto da AML e, simultaneamente, verifica-se o afirmar da importância das áreas metropolitanas, pois se em 1950 o peso relativo no total da AML da população a residir

²⁶ Não foram incluídos os concelhos de Mafra e Azambuja, se fossem incluídos a população residente na AML-Lisboa era de 2 540 276 indivíduos.

²⁷ Salgueiro, Teresa B., A cidade em Portugal. Uma geografia urbana, p.87.

no concelho de Lisboa era de 67%, em 1991 é de apenas de 27%, sendo esta perda resultante do decréscimo do total da população residente nesse concelho patente nos valores negativos ou nulos das taxas de crescimento anual médio. Pelo contrário, se analisarmos a variação do volume populacional das zonas suburbanas, a norte e a sul, vemos que se caracterizam por taxas de crescimento anual médio significativas, só perdendo vigor na década de 80 -os ganhos populacionais foram, em média por ano, de 5 efectivos por cada 100 no total da população na região da AML-Norte, e de 4 (década de 60) a 7 efectivos (década de 70) na região da AML-Sul.

A importância da AML-Norte e o seu peso no total da AML cedo se demarca da da margem sul, sendo no entanto de salientar a importância da área suburbana da península de Setúbal a partir dos anos 70, patente num ritmo de crescimento significativamente elevado como resultante da sua total inclusão suburbana (com o agregar dos concelhos de Setúbal, Sesimbra e Palmela), e também devido ao impacto do aumento da acessibilidade face a Lisboa provido pela ponte sobre o Tejo do qual se refere como exemplo o aumento populacional explosivo registado nessa década para o concelho do Seixal.

A dinâmica demográfica foi fortemente condicionada pelo crescimento migratório. Salientando o caso da Península de Setúbal (AMI-Sul), vemos que houve ao longo do tempo uma certa manutenção dos níveis do crescimento natural, apesar do decréscimo dos níveis de mortalidade. As taxas brutas de migração líquida, intensas até à década de 70, comprovam a importância dos movimentos migratórios enquanto variável explicativa do crescimento demográfico total desta área suburbana - em 1950/60 a taxa de crescimento migratório anual médio explicava 61% do crescimento total, e em 1970/81, explica 81% do crescimento total.

Os fluxos migratórios com destino à AML-Lisboa tratam-se, em grande medida, de migrações internas, ou seja de migrações efectuadas entre regiões do país, quer entre

Lisboa e as suas regiões suburbanas, quer entre regiões repulsivas (rurais) que perdem população para regiões atractivas (zonas urbanas). Este facto pode ser demonstrado na informação contida nos recenseamentos de 1950 e 1981 sobre a naturalidade dos presentes/residentes a residir nos concelhos.

Em 1950, 51% da população presente no concelho de Lisboa era migrante²⁸, dos quais 95% do total são indivíduos oriundos de outros distritos do continente ou das ilhas, 2% do Ultramar e 3% do Estrangeiro. O mesmo se passava com as áreas suburbanas, na AML-Norte cerca de 33% da população presente nos concelhos desta região era migrante, sendo fundamentalmente oriunda do continente ou das ilhas (95%); na AML-Sul, 39% da população residente era migrante, da qual 90% do total era proveniente de regiões do continente e ilhas.

Em 1981 este quadro acentua-se, do total de migrantes residentes no concelho de Lisboa²⁹ (cerca de 46% do total de residentes), 83% eram naturais de concelhos do continente e 2% das Ilhas, e 15% correspondiam a imigrantes (migrantes oriundos do estrangeiro). O mesmo se passa com as áreas suburbanas onde, focando o caso da Península de Setúbal, concluímos que 90% do total de migrantes³⁰ são provenientes de regiões nacionais.

Autores como FONSECA³¹ chamam a atenção para o padrão discriminado de fixação dos migrantes, cabendo a cada uma das margens, norte e sul, migrantes de regiões definidas em função da sua posição geográfica. Assim, seja por fenómenos de migração em cadeia, seja pela facilidade dos acessos entre regiões existe uma capacidade de atracção da AML-norte (e também de Lisboa) de migrantes oriundos do norte e centro do país, enquanto na outra margem se fixam, principalmente, migrantes

²⁸ Considerou-se **população migrante** como sendo a população constituída por todos os *naturais de outro distrito do continente e ilhas, das províncias ultramarinas e do estrangeiro (naturalizados ou não portugueses)*.

²⁹ Considerados como sendo todos os indivíduos não naturais o distrito de Lisboa. Fonte: XII Recenseamento Geral da População.

³⁰ Considerados como sendo todos os indivíduos não naturais do concelho de Setúbal. Fonte: XII Recenseamento Geral da População.

³¹ Fonseca, M^a Lucinda, População e Território. Do país à área metropolitana, p.108-9.

naturais das regiões do Alentejo e Algarve. Em 1981, dos migrantes na península de Setúbal, temos que a população oriunda do Algarve (distrito de Faro) e do Alentejo (distritos de Beja, Évora e Portalegre) corresponde a 33% do total de migrantes, do distrito de Lisboa corresponde a 27% do total, dos distritos do Norte/Centro e Ilhas cerca de 30% do total, e do Estrangeiro a 10% do total; enquanto que, para a mesma data, os migrantes residentes no concelho de Lisboa repartem-se em 15% do total oriundos do Alentejo e Algarve, 4% do total de Setúbal, 66% do total do Centro/Norte, 13% do total do Estrangeiro, e 2% do total das Ilhas.

Afirmando-se sobretudo como regiões de atracção populacional, as saídas da população residente nas regiões da AML para o estrangeiro, apresentam níveis muito baixos mesmo em alturas de forte emigração observada ao nível do país. Analisando o total de emigrantes contabilizado e repartido por concelhos do país, para o período que medeia os anos 1955 e 1974³² (onde se encontram incluídos importantes fluxos migratórios para o exterior do país como por exemplo os observados a partir de 1959/60 com destino aos países europeus), verificamos que o peso relativo dos emigrantes residentes na AML-Lisboa corresponde a 9% no total de saídas do país (cerca de 96 175 saídas num total de 1 018 985 saídas). Sendo estas relativas a saídas do concelho de Lisboa -correspondentes a 50% do total de saídas da AML-Lisboa (47859 emigrantes)-, da área metropolitana norte -cerca de 31% do total da saídas (30061 emigrantes)-, e da área metropolitana sul -19% do total das saídas (18255 emigrantes)-. Mediante a análise das taxas anuais de emigração por distritos³³ constatamos a particularidade dos distritos de Lisboa e Setúbal com valores praticamente nulos nas décadas de 30 e 40 - 0.2‰ para o distrito de Lisboa e valor nulo para Setúbal, quando os valores médios para o país rondavam o 1‰ -, muito baixos na década de 50 - 0.6‰ (Lisboa), 0.4‰ (Setúbal) e 4‰(média nacional)- e,

³² Utilizou-se para esta análise os dados exaustivos (por concelhos segundo o país de destino) sobre o quantitativo global de emigrantes portugueses apresentados em anexos na obra Atlas de Emigração Portuguesa, p.170-180. Arroteia, Jorge C. Atlas de emigração Portuguesa, 1985.

³³ Fonte: Nazareth, J. M. O envelhecimento da População Portuguesa, p.143.

francamente inferiores à média nacional na década de seguinte - 4‰ (Lisboa), 3‰ (Setúbal) e 8‰ (média nacional).

Quanto às estruturas demográficas da população residente na AML-Lisboa, confirma-se a perda de vitalidade demográfica do concelho de Lisboa patente nos níveis de envelhecimento no topo e na base quando comparado com os concelhos suburbanos. Assim, a população residente na AML, tal como na generalidade das regiões do país, caracteriza-se por uma situação de duplo envelhecimento patente na diminuição do peso relativo dos jovens e no aumento da proporção de idosos. Os valores do índice de vitalidade encontrados para o concelho de Lisboa revelam em muito o seu grau de envelhecimento. Assim, em 1981, temos para o concelho de Lisboa uma média de 76 velhos por cada 100 jovens e, em 1991, 129 velhos para o mesmo número de jovens, enquanto que, nas regiões suburbanas, em 1981 o número de velhos era de 33 (AML-SUL) e 27 (AML-Norte), e em 1991, de 55 velhos (AML-Sul) e 48 (AML-Norte) por cada 100 jovens.

O processo de suburbanização das zonas limítrofes de Lisboa condicionou fortemente o sistema demográfico dessas regiões, na medida em que lhes impôs um ritmo extrínseco às suas dinâmicas de desenvolvimento. De tal forma que, quase encaminhadas por um evolucionismo linear, estas áreas suburbanas vão ganhando características de zonas de atracção populacionais que eram, anteriormente, pertença da capital - criação de emprego, construção de habitações, desenvolvimento de zonas de lazer-, mantendo, no entanto, fortes relações com a metrópole cujo indicador serão as movimentações pendulares dos efectivos efectuadas entre estas regiões- em 1991, do total de movimentos pendulares cujo destino era Lisboa, 41% reportavam-se a efectivos oriundos de concelhos da AML-Norte e 10% a efectivos oriundos da AML-Sul. Por consequência, a vitalidade demográfica destas regiões vai sendo maior do

que a da capital, transparente quer nas situações de perda de população do concelho de Lisboa para concelhos da AML, quer, igualmente, no aumento dos níveis de envelhecimento no topo e na base que a caracterizam, situados algo distante dos níveis encontrados para as populações suburbanas.

Curriculum Vitae

Nome: Sandra Cristina Rodrigues Santana Lopes

Data de Nascimento: 17 de Fevereiro de 1971

Morada: Casal de Maroiços, Torre do Bispo, 2000 Achete-Santarém

Telefone: (043) 429801

Licenciada em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1993, com a classificação final de Bom.

Participou na organização do Congresso *Semana das Religiões* realizado pelo Instituto Mediterrânico em 1992.

Em 1993 estagiou na Câmara Municipal do Montijo com vista à realização do trabalho colectivo de investigação ***Os Pátios do Montijo- caracterização e estudo das sociabilidades*** no âmbito do seminário de investigação da licenciatura.

Em 1994, realizou um trabalho de Caracterização Demográfica do Concelho do Montijo para o período inter-censitário 1981-1991.

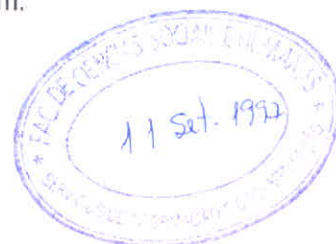
Em 1995, executou, com o Prof. Doutor João Freire, o documento ***Carta Escolar do concelho de Torres Novas-*** trabalho de investigação encomendado e publicado pela Câmara Municipal de Torres Novas, cujo objectivo principal visou caracterizar o universo dos diferentes agentes sociais envolvidos no sistema educativo-docentes, alunos e pais; e as condições sociais e materiais dos estabelecimento de ensino.

Lecciona a disciplina de Sociologia e Sociologia da Empresa aos cursos superiores de Gestão de Empresas e Gestão de Recursos Humanos no ISLA, em Santarém.

Pertence ao grupo de investigadores do Centro de Estudos Sociais -CEOS- da FCSH-UNL.

Actualmente, encontra-se a realizar um trabalho de investigação sociológica sobre os *hábitos e procura de bens culturais pela população estudantil* da cidade de Santarém, encomendado ao ISLA-Santarém pelo Centro Regional Cultural de Santarém.

46995



2.1

Os concelhos da Península de Setúbal e as suas relações com Lisboa

Transportes, distâncias e tempo

No caso da península de Setúbal, o ganho das distâncias espaço-temporais entre os concelhos nela incluídos e Lisboa depende do modo escolhido para enfrentar a barreira física natural do rio Tejo e da sua eficácia.

Datada de finais do século passado (1850-75), com os barcos a vapor, só mais tarde substituídos pelos barcos a motor (1930-40), a ligação fluvial teve uma grande relevância no despoletar do processo de suburbanização da margem sul, principalmente em concelhos onde se chegava mais depressa a Lisboa - o exemplo do concelho de Almada que se afirmou como principal subúrbio da capital na margem sul - ou onde era estrategicamente fulcral, como no caso do concelho do Barreiro, devido à ligação com o caminho de ferro. Esta proximidade face a Lisboa teve como resultado inicial a extensão do processo de suburbanização aos concelhos ribeirinhos (incluindo Alcochete que possuía uma ligação fluvial actualmente inexistente) da península de Setúbal.

Este critério de proximidade permite, num primeiro momento, segmentar os concelhos ribeirinhos pelo facto de possuírem ou não ligação fluvial com a capital e, ainda, pelo

tempo gasto nessa travessia (dados da Transtejo). Assim, Almada, Barreiro, Seixal e Montijo são os concelhos ribeirinhos que possuem ligação fluvial com Lisboa:

- Almada possui três ligações fluviais com a capital, duas cujo trajecto demora entre 20 a 25 minutos, em média, e ligam Belém à Trafaria e a Porto Brandão, e uma travessia considerada a mais importante e de grande utilização pelos utentes residentes na outra margem, comparativamente às anteriores, que liga Cais do Sodré a Cacilhas e cuja travessia dura, em média, entre 10 a 15 minutos;
- o concelho do Barreiro está ligado por barco a Lisboa (Terreiro do Paço) por uma travessia que demora entre 25 a 30 minutos, em média. Esta travessia é muito utilizada quer pelo residentes no concelho, quer « pelos passageiros dos comboios das linhas que têm a Estação de Sul e Sueste como ponto de partida ou chegada»³⁴;
- o concelho do Seixal mantém uma ligação fluvial com Lisboa, cujo tempo de travessia ronda os 30 minutos. Esta carreira, ao contrário das referidas anteriormente, «funciona apenas para passageiros e tem um significado puramente local»³⁵;
- o concelho do Montijo possui uma ligação fluvial, que até 1995, momento de substituição dos antigos pelos novos barcos (catamarãs), demorava cerca de 30 a 40 minutos a efectuar-se. Actualmente, o tempo de duração da travessia ronda os 25 a 30 minutos.

Através da informação disponível no I.N.E.³⁶ sobre o tempo médio gasto no trajecto para o local de trabalho ou de estudo, sendo esse local situado em Lisboa, e utilizando como meio de transporte o veículo automóvel particular, podemos inferir a distância

³⁴ Gaspar, Jorge, A ponte Salazar e o tráfego fluvial entre Lisboa e a Outra Banda, 1972, p. 18.

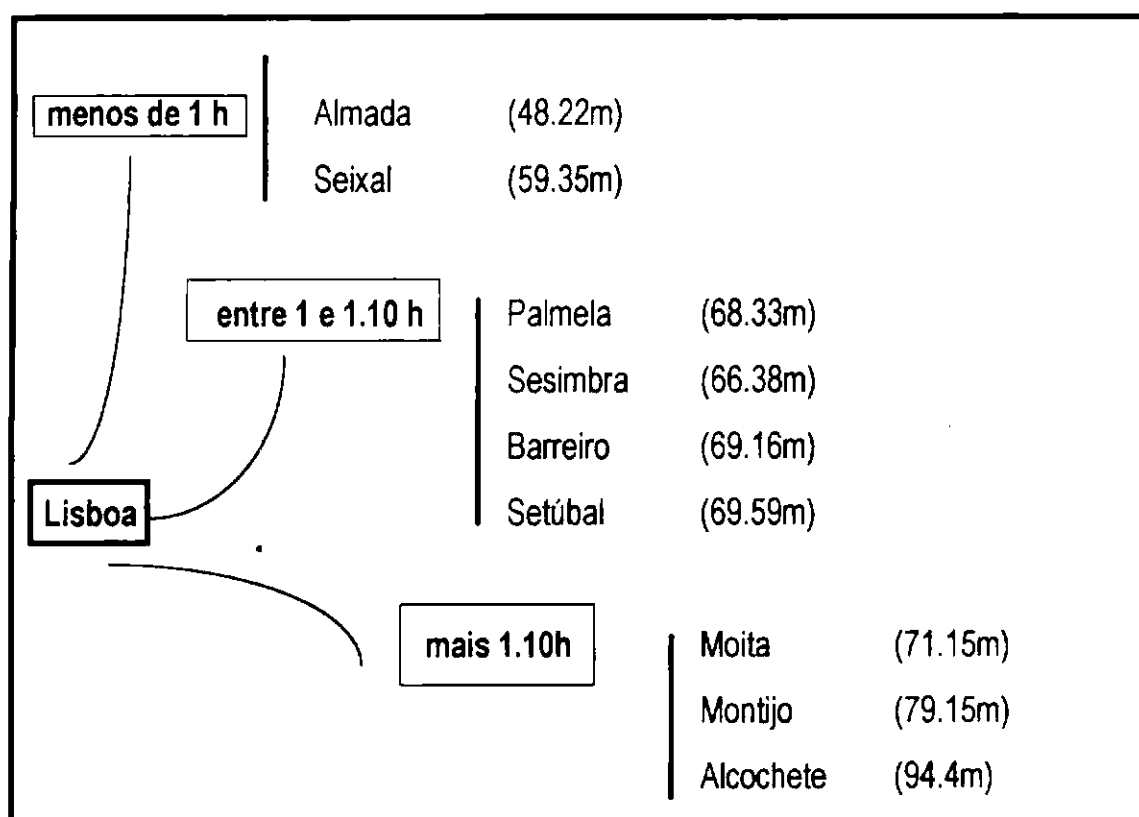
³⁵ idem nota anterior, p. 16.

³⁶ Fonte: Carrilho, M^o J. e Outros, Crescimento Demográfico, Movimentos migratórios internos e pendulares e os transportes na AML., 1995.

real despendida diariamente pelos residentes nos vários concelhos da península. A escolha deste meio de transporte -veículo automóvel particular- deveu-se ao facto de se tratar duma opção que pode ser extensiva a todos os residentes destes concelhos e igualmente corresponder ao meio de transporte menos dependente dos constrangimentos de horários e serviços colectivamente impostos.

Fig. 2

Tempo médio gasto numa ida a Lisboa (minutos), por concelhos, 1991.



Fonte: I.N.E.

As «corôas» definidas em termos de distância (Fig.2) remetem-nos para as situações marginais em termos de acessibilidade dos concelhos da Moita, Montijo e, principalmente, Alcochete. Uma ida a Lisboa demora nestes concelhos quase o dobro do tempo de Almada, e se no caso do Montijo existe a possibilidade de deslocação

fluvial, beneficiária em tempo desde a adopção dos novos barcos, o mesmo não se passa com Alcochete que não mantém qualquer ligação directa com Lisboa desde que a ligação fluvial existente foi abandonada, tendo o percurso entre este concelho e a capital que ser mediatizado pelo Montijo.

Esta questão das distâncias não pode ser abordada sem a referência obrigatória à abertura da ponte sobre o Tejo, em 1966, aspecto que influenciou de forma desigual as dinâmicas sócio-económicas, urbanísticas e, conseqüentemente, populacionais, dos vários concelhos da península. Num estudo sobre o «impacto socio-económico e urbanístico da ponte 25 de Abril na região envolvente», FONSECA refere o impacto diferenciado que a ponte causou nas estruturas concelhias, medido a partir de quatro dimensões analíticas - nomeadamente a «ocupação demográfica», a «dinâmica do uso dos solos», a evolução da «estrutura sócio-produtiva na região de Lisboa-Setúbal» e, em última, a «mobilidade espacial dos efectivos na região de Lisboa-Setúbal». As conclusões a que os autores chegaram para cada uma das dimensões permitem-lhes segmentar a península em função das relações que os concelhos estabeleceram com a ponte. Assim, são apresentadas «(...) três zonas relativamente homogêneas, de acordo com a natureza dominante da rede de relações funcionais com a cidade de Lisboa.(...)»: em primeiro, uma «zona de influência urbana de Lisboa» (que inclui os concelhos de Almada, Seixal e Barreiro) servida directamente pela ponte (excepto Barreiro) é caracterizada pelo aumento abrupto da população e pelas maiores «concentrações urbano-industriais» (Seixal e Barreiro) e crescente terciarização (Almada); em segundo, uma «zona de influência regional de Lisboa» (concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra) que, apesar de demonstrar uma grande autonomia sócio-produtiva face a Lisboa, deve o seu desenvolvimento económico e crescimento demográfico, em parte, ao facto de «este espaço constituir uma zona de «chegada» dos acessos da ponte» e da associada auto-estrada do sul que lhe dá continuidade; e, por último, uma terceira zona denominada de «zona de influência metropolitana de Lisboa» (concelhos de Moita, Montijo e Alcochete) marginal face à ponte, são

concelhos algo fechados na sua própria dinâmica e não completamente integrados no espaço metropolitano, traduzido no facto de se mostrarem «pouco dependentes, em termos de fluxo de trabalho, face a Lisboa» (com excepção de Moita), de possuírem uma menor capacidade de atracção populacional, menor grau de urbanização, entre outros aspectos.

Movimentos pendulares

A análise dos fluxos pendulares³⁷ entre concelhos da península de Setúbal e Lisboa, permite retirar algumas conclusões quanto às relações desenvolvidas entre concelhos no interior da região e, igualmente, inferir o grau de integração dos diferentes concelhos da península na Área Metropolitana de Lisboa através da observação da intensidade das trocas de fluxos pendulares com Lisboa.

Apesar da capacidade preponderante de fixação das populações nos concelhos de residência que caracteriza todos os concelhos da península - em 1991 mais de 50% do total de fluxos pendulares dos residentes ocorrem no interior do concelho (excepção para o concelho do Seixal e Moita com percentagens ligeiramente inferiores a esse valor)-, existe uma forte dependência quotidiana relativamente a Lisboa. Da análise da informação disponível sobre os movimentos pendulares no interior da AML-Sul e Lisboa (**quadro 2**) confirma-se a dependência dos concelhos situados na península de Setúbal face a Lisboa, na medida em que em 1991, 21% do total dos fluxos pendulares de efectivos residentes nesses concelhos tinham como destino Lisboa. Situação igualmente observada em 1981, onde a dependência de trabalho face a Lisboa rondava 20% do total dos activos residentes na península, sendo que o maior

³⁷ Incluem todo o tipo de mobilidade diária observada na comparação sistemática dos locais de residência, trabalho e estudo, por concelhos, da população residente. Carrilho, M^a José e Lemos, J. Bernardo, Crescimento demográfico, movimentos migratórios internos e pendulares...na AML, 1995, I.N.E. Ver igualmente sobre este assunto Pisco, M. L., Migrações pendulares. Unidades geográficas de emprego, 1997..

peso ia para os activos no sector terciário provenientes de concelhos como Almada, Barreiro e Seixal.³⁸

Ao analisar os fluxos pendulares de activos entre a península de Setúbal e Lisboa, em 1981, GUERRA ³⁹ denota um aspecto que se prende com a «selectividade dos fluxos migratórios» traduzido na « exportação de activos no sector terciário», nomeadamente para Lisboa, e na «importação de activos do sector secundário» para os concelhos da península. Este facto prende-se com a própria dinâmica de suburbanização, distinta na sua actuação: por um lado, a crescente terciarização de Lisboa e, por outro lado, a urbanização de áreas periféricas, nomeadamente através da implantação industrial .

Essa dependência quotidiana generalizada a todos os concelhos da península é muito intensa nos concelhos mais próximos, espacial e temporalmente, de Lisboa - Almada (33% do total dos residentes deste concelho dirigem-se a Lisboa), Barreiro (27% idem), Seixal (28% idem) e em menor número Moita (20% idem). Os restantes concelhos como Setúbal, Palmela, Sesimbra, Alcochete e Montijo dependem em menor número de Lisboa, sendo os fluxos pendulares com destino à capital inferiores ou iguais a 10% do total dos movimentos observados. É, simultaneamente, nestes concelhos que se verifica uma maior inércia de mobilidade resultante da eventual capacidade da estrutura concelhia de retenção dos seus residentes - em Alcochete e Palmela cerca de 60% do total dos fluxos são realizados no interior do concelho, no concelho do Montijo esse valor corresponde a 77% do total, em Sesimbra a 75% do total, e no concelho de Setúbal atinge os 87% do total, o que revela a grande capacidade de emprego e autonomia deste concelho que em termos proporcionais quase atinge os valores de fixação de Lisboa.

³⁸ Fonte: Guerra, Isabel, " La Péninsule de Setúbal....", 1990, pp.20.

³⁹ Em 1981, de cerca de 54% do total de activos residentes em concelhos da Península de Setúbal que trabalhavam fora do concelho de residência, eram activos do sector terciário; e, cerca de 63% do total de activos que se dirigem para estes concelhos sem neles residirem trabalham no sector secundário. Fonte: Guerra, Isabel, " La Péninsule de Setúbal....", 1990, pp.20.

Por outro lado, o grau de integração face a Lisboa encontra-se intimamente relacionado com a distância, espacial e temporal, que separa os concelhos da capital, o que permitirá concluir que a uma situação de minimização das distâncias entre regiões corresponderá uma maior intensidade das trocas diárias de fluxos populacionais entre concelhos limítrofes -veja-se a dependência pendular do concelho de Almada ou Seixal relativamente a Lisboa. Este fenómeno de *proximidade*, traduzido no facto de as deslocações de activos ou estudantes residentes em determinado concelho serem direccionadas para o concelho fisicamente mais próximo, é igualmente implícito nas trocas de fluxos pendulares observadas entre concelhos no interior da AML-Sul. No entanto, esta dependência pendular é simultaneamente assimétrica e condicional, pois, se por um lado, os fluxos entre concelhos revelam intensidades diferentes, por outro lado, é necessário para tal que os *concelhos de chegada* mais próximos sejam preponderantemente mais atractivos que os *concelhos de partida*. Assim, conclui-se que as trocas de fluxos diárias são feitas segundo a capacidade de atracção do concelho sobre os restantes e, simultaneamente, tendo em conta a minimização da distância percorrida (**Fig.3**). Deste modo, vemos que:

- as principais saídas (ou seja, as mais intensas) do concelho de Alcochete para o exterior do concelho dirigem-se para o concelho do Montijo -61% do total de saídas diárias do concelho de Alcochete tem Montijo como destino, o que corresponde a +40% do fluxo pendular que se dirige para Lisboa;
- as principais saídas dos concelhos de Palmela para o exterior do concelho dirigem-se maioritariamente para o concelho de Setúbal- cerca de 53% do total das saídas deste concelho tem como destino Setúbal, enquanto que apenas 15% do total se dirige para Lisboa;
- 78% do total das saídas para o exterior do concelho de Almada, 63% do total do Barreiro, e 55% do total de saídas para o exterior do Seixal tem como destino

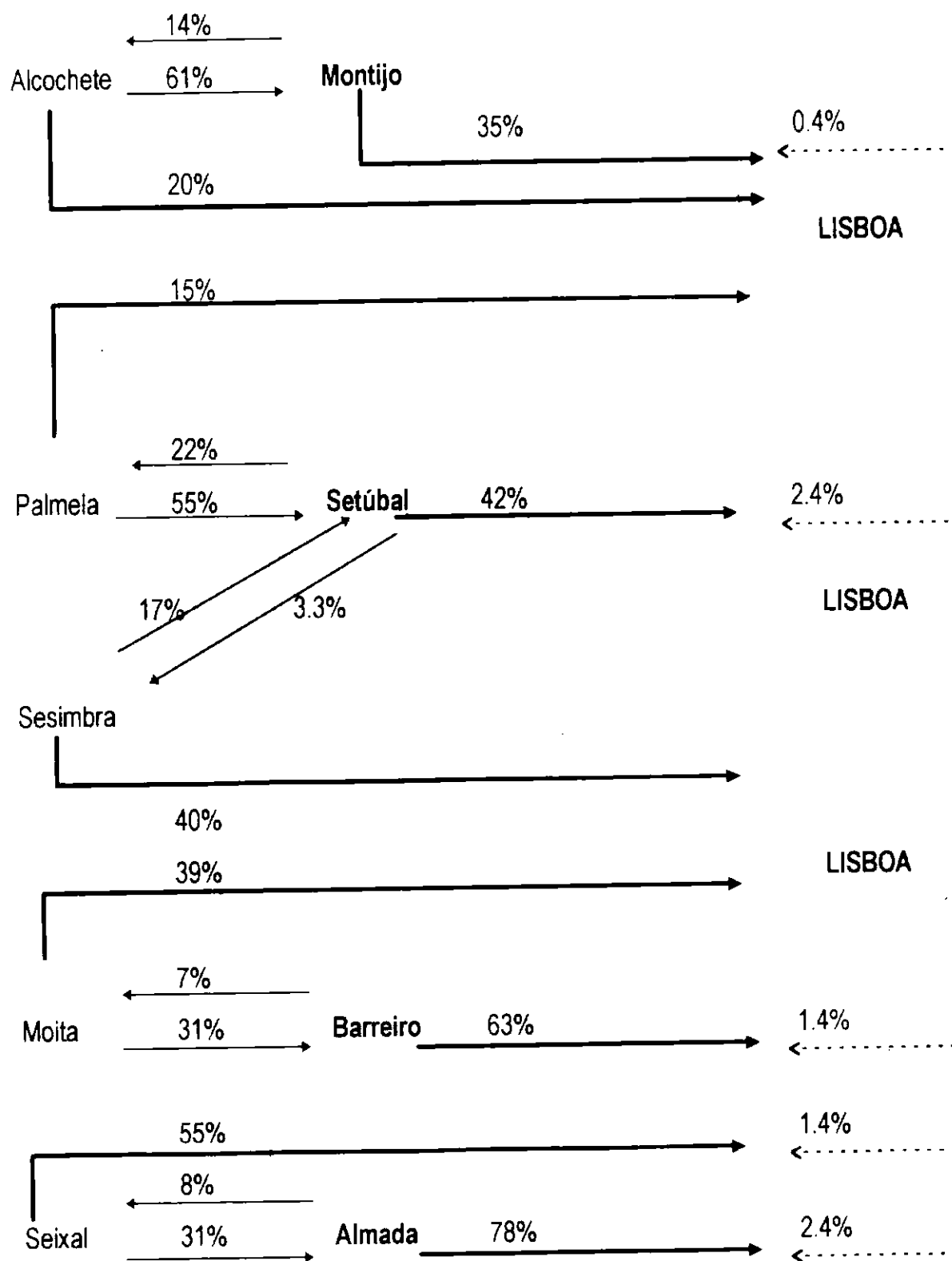
Lisboa, sendo deste modo os concelhos da península mais dependentes de Lisboa. Estes concelhos são simultaneamente aqueles em que se observa uma menor capacidade de fixação dos residentes -58% dos residentes permanecem em Almada, 56% no Barreiro e apenas 49% no Seixal, quando em concelhos como Setúbal esse valor era de 87%. De salientar ainda que 31% do total das saídas verificadas no concelho do Seixal 31% dirigem-se para Almada, e em igual número se verificam as saídas de Moita com destino ao Barreiro.

Assim, podemos concluir que embora o concelho de Lisboa exerça uma atracção preponderante sobre os restantes concelhos da AML-Sul, deve-se salientar que essa capacidade é tanto mais significativa quanto maior for a proximidade (o caso dos concelhos de Almada e Seixal), e tanto menor, quanto maior for a distância (o concelho de Alcochete), ou mais independente for a estrutura sócio-produtiva do concelho (o caso do concelho de Setúbal). Além desta questão, é frequente salientar-se um outro aspecto relativo às características do sector económico dominante no concelho, afirmando que a dependência pendular face a Lisboa se deve em alguns casos à existência de uma «grande concentração de emprego no sector secundário mas a um terciário pouco desenvolvido» de que são exemplos os concelhos do Barreiro e Seixal⁴⁰; e a outros casos, à predominância do sector primário em concelhos como Alcochete e Montijo. Autores, como FONSECA, referem a importância do aumento das trocas pendulares entre concelhos (e inclusive com Lisboa) como um reflexo do crescimento demográfico, verificamos assim que os concelhos com maior quantitativo populacional resultante de um crescimento demográfico explosivo apresentam níveis de dependência pendular elevados face a Lisboa- mais uma vez salientamos o caso dos concelhos de Almada e Seixal.

⁴⁰ vide Salgueiro, Teresa B., A cidade em Portugal. Uma geografia urbana, p.93; e Fonseca, M^a Lucinda, População e Território. Do país à área metropolitana, p.257.

Fig.3

Mobilidade pendular (estudantes e activos) intra-concelhos na península de Setúbal e Lisboa, em 1991 (%)



Quadro 3

Origem e destino dos principais fluxos pendulares da AML sul e Lisboa, 1991 (%)

DESTINO												
ORIGEM	Alcochete	Almada	Barreiro	Moita	Montijo	Palmela	Seixal	Sesimbra	Setúbal	Lisboa	Outros	Total
Alcochete	60.52	0.47	0.67	0.61	24.05	1.68	0.08	0.14	1.62	7.79	2.37	100.0
Almada	0.02	58.20	0.29	0.12	0.11	0.15	3.36	0.23	0.90	32.57	4.05	100.0
Barreiro	0.07	2.60	56.61	3.08	0.54	0.68	2.38	0.33	2.38	27.41	3.92	100.0
Moita	0.24	2.34	15.64	48.89	2.31	1.22	2.62	0.27	3.50	19.88	3.09	100.0
Montijo	3.09	0.60	1.12	1.78	77.18	2.11	0.24	0.07	2.12	8.01	3.68	100.0
Palmela	0.24	0.82	3.94	2.11	2.25	60.02	1.11	0.38	21.13	5.82	2.18	100.0
Seixal	0.02	15.83	0.69	0.13	0.16	0.28	49.28	0.62	1.49	27.66	3.84	100.0
Sesimbra	0.01	3.05	1.23	0.13	0.10	0.82	4.00	74.64	4.25	10.16	1.61	100.0
Setúbal	0.06	0.64	0.47	0.15	0.29	2.89	0.62	0.45	86.66	5.66	2.11	100.0
Lisboa	0	0.70	0.12	0.03	0.04	0.02	0.13	0.03	0.21	91.14	7.58	100.0
Total AML-sul	1.14	17.78	9.65	5.32	5.10	4.81	11.37	3.30	16.30	20.90	4.33	100.0
Total AML-Sul e Lisboa	0.6	9.14	4.78	2.64	2.54	2.39	5.68	1.64	8.16	56.09	6.34	100.0
	3904	62918	32947	18183	17503	16453	39125	11318	56188	386129	43677	688345

Fonte I.N.E. (vide nota rodapé nº19)

CAP II

Os Contrastes Concelhios

Enquadramento da Península de Setúbal na AML-Lisboa



Introdução

A Península de Setúbal é composta por nove concelhos caracterizados por dinamismos distintos, impostos por diferentes condicionantes, como sejam a acessibilidade e o tipo de relações funcionais estabelecidas com Lisboa. Destes concelhos, Almada, Barreiro e Seixal destacam-se pela sua localização prioritária face à capital, que cedo determinou a sua dinâmica -travessias de barco menos morosas e acessos viários imediatos providos pela ponte 25 de Abril. Pelo contrário, Montijo e Alcochete são concelhos que se apresentam numa situação marginal na área metropolitana, o tempo médio de uma ida a Lisboa dura cerca de 80 min (Montijo) a 95min (Alcochete). E se a situação do Montijo melhorou desde a adopção dos novos barcos que o ligam mais rapidamente ao Terreiro do Paço, o mesmo não se passa com Alcochete que não mantém qualquer ligação directa com Lisboa desde que a ligação fluvial existente foi abandonada. Por último, o concelho de Setúbal, que conserva a sua autonomia sócio-económica face à capital, beneficiou em muito da auto-estrada do sul e polariza uma zona que envolve o concelho de Palmela e Sesimbra.

Serão esses aspectos relativos à proximidade espacial e funcional face a Lisboa que estarão teoricamente subjacentes ao que denominámos de **contrastos concelhios**, na medida em que se pretende detectar a existência de um certo paralelismo entre a localização estratégica dos concelhos inclusos na Península de Setúbal face a Lisboa, com as eventuais assimetrias sociais, económicas, e demográficas intrínsecas a esta área suburbana.

1.

Os contrastes espaciais

Industrialização

Segundo CASTELLS, para se entender a escolha da localização das empresas, e nomeadamente das indústrias, é necessário ter em conta diferentes condicionantes económicas. A partir de uma sistematização proposta por este autor (adoptada de P. Massé) são apresentados três tipos de empresas segundo o tipo de localização- «empresas de localização induzida» pelo desenvolvimento industrial e urbano; «empresas cuja localização está ligada aos recursos naturais»; e, por fim, «empresas de localização livre» cuja implantação não depende de qualquer tipo de imposição energética, de existência de redes de transportes, entre outras. Salienta este autor que na implantação da indústria moderna verifica-se uma inversão da «relação cidade-indústria» como se pensava no início da industrialização, e como tal afirma que «(...) se nessa altura a indústria foi motor à volta do qual se organizava a paisagem urbana, hoje a indústria tecnicamente avançada é tributária da rede social e tecnológica constituída nas grandes metrópoles.(...)». Esta tendência pode ser analisada segundo a importância da relação da mão-de-obra com a indústria moderna, diz o mesmo autor que « (...) a relação com a força e trabalho aparece como factor determinante fundamentalmente da indústria moderna: qualitativamente no caso de alta tecnicidade e quantitativamente na grande indústria.»⁴¹

⁴¹ Castells, Manuel, Problemas de Investigação em Sociologia Urbana, p.160-4.

Atentando na implantação industrial nas áreas arrabaldes de Lisboa situadas na margem sul a partir de 1940/50, data a que está associado o intensificar do processo de suburbanização de Lisboa, apesar de algumas das principais indústrias terem sido transportadas de Lisboa para essa região no início deste século - veja-se a título de exemplo o caso da C. U. F. implantada no Barreiro em 1907, que foi em na década de 30 globalmente ampliada e posteriormente incluída na indústria Quimigal-, parece evidente que o tipo de implantação industrial se fez, principalmente, segundo dois tipos de impulsos. Um, externo, que segundo a tipologia anteriormente proposta corresponde a empresas de indústria pesada, induzidas pelo processo de suburbanização impulsionado por Lisboa; outro, intrínseco ao devir dos próprios concelhos, onde se pode incluir o incremento de uma industrialização regional do sector da cortiça e da chacina intimamente relacionada com o desenvolvimento da linha ferroviária do sul/sueste, do acesso fluvial e, fundamentalmente, das linhas históricas de circulação da matéria-prima - a cortiça (indústria corticeira implantada na quase totalidade dos concelhos da península, nos anos 70 correspondia a 31% do total da indústria corticeira do país.) e o gado suíno oriundo da região do Alentejo⁴².

No agrupamento proposto por CRUZ, sobre os tipos de indústria localizados nos concelhos da margem sul, denominado de «arranjos espaciais» (anos 60), salienta-se uma certa dicotomia entre o tipo de indústria localizada nos concelhos de Almada, Barreiro, e Seixal, da implantada nos concelhos de Montijo e Alcochete. As grandes diferenças residem primeiramente na lógica subjacente à implantação industrial-localização induzida por Lisboa ou sendo de raiz local/regional; em segundo, no tipo de indústria e no capital investido; e, igualmente, na capacidade de emprego. Assim, induzidas por uma política de descentralização do parque industrial lisboeta, temos como exemplo as empresas situadas no concelho de Almada (Lisnave e Fábrica de

⁴² Cite-se como exemplo « (...) a TOBOM, marca da Companhia de Criação e Comércio de Carnes, - título bem elucidativo do rumo inicial - que se estabeleceu em 1920, no coração de Montijo, por três ordens de motivos: facilidade de adquirir suínos no seu grande «alfobre» (o Alentejo), proximidade de Lisboa e existência da prática da tradicional chacina» Cruz, M^a Alfreda, A margem sul do Tejo. Factores..., p.136-37.

Moagem , anos 60), no Barreiro (C.U.F.-1907, Eurominas-anos 70, Quimigal- anos 80), no Seixal (Siderurgia Paio Pires- anos 60), correspondem a complexos industriais, principalmente de indústria pesada, de grande capacidade de emprego e de investimento. Sobre esta questão CRUZ salienta que, « (...) as indústrias pesadas e ligeiras coexistem, com efeito, em valores económicos diversos, nos locais onde se podem apontar as mais altas concentrações de operariado e investimentos: Barreiro, Seixal, conjunto das três freguesias fabris e Almada (Cova da Piedade) ». ⁴³ Segundo o Plano de Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (1987), verificou-se que « (...) o emprego industrial se concentra predominantemente nos concelhos de Setúbal, Seixal, Almada e Barreiro que em conjunto representam 83% do emprego industrial da Península. A esta concentração não é estranha a localização das quatro maiores empresas - Setenave (4 903 trabalhadores), a Siderurgia Nacional (4 870); Lisnave (5 330) e a Quimigal (6 127) - embora seja também nestes concelhos que se verifica a existência de subsectores com expressão. (...)».

Por outro lado, temos o caso de concelhos onde os grandes complexos industriais (indústria pesada) são ausentes, verificando-se um predomínio de pequenas ou médias indústrias ligadas a realidades locais, que depois se modernizaram, (TOBOM, a ISIDORO no Montijo), e de indústrias que apesar de possuírem «uma enorme capacidade económica» se caracterizam por uma «restrita capacidade de emprego» e cuja implantação se deve principalmente ao baixo preço dos terrenos comparativamente a outros concelhos⁴⁴ (Firestone -1958, Ormis e a indústria dos Alumínio -1965 em Alcochete).

Em 1977, data incluída no período de 1970/81 onde se verificaram importantes entradas de migrantes em todos os concelhos da península, com excepção para os

⁴³ Cruz, M^a Alfreida, A margem sul do Tejo. Factores..., p.162.

⁴⁴ vide Cruz, M^a Alfreida, A margem sul do Tejo. Factores..., p.129-131.

concelhos de Alcochete e Montijo, o tipo de utilização do solo era o descrito no quadro seguinte:

Quadro 3

Utilização dos solos (ha) e peso relativo da ocupação urbana (%), por concelhos, em 1977

	Urbana	Industrial	Expectante	Ocup. Urbana
Alcochete	266	36	444	4%
Almada	1161	190	911	32%
Barreiro	640	246	304	35%
Moita	432	121	202	14%
Montijo	1135	153	138	25%
Palmela	522	51	817	3%
Seixal	757	384	2722	41%
Sesimbra	708	0	1207	10%
Setúbal	1005	694	1700	20%

obs: O solo expectante corresponde ao solo que já perdeu o seu uso rural sem que tenham sido ainda ocupados com construções urbanas. A ocupação urbana corresponde ao somatório das três primeiras colunas a dividir pela área geográfica do terreno. Fonte: Ferreira, "A ponte 25 de Abril..." , p.204.

Como podemos constatar a partir da informação disponível no quadro, o peso da ocupação urbana é mais elevado nos concelhos de Almada (32%), Barreiro (35%), Seixal (41%) e Setúbal (20%), devido principalmente à utilização dos solos para uso industrial e à existência duma área expectante elevada. O concelho do Montijo apresenta uma percentagem de ocupação urbana considerável, que deve ser relativizada na medida em que se excluiu para o cálculo as áreas geográficas das freguesias de Canha, de Sto Isidro de Pegões e de Pegões, que correspondem às

zonas mais rurais do concelho. Moita é um concelho que apresenta valores intermédios, e os concelhos de Sesimbra (isento de ocupação industrial), Alcochete e Palmela apresentam os valores mais baixos de ocupação urbana.

Para finalizar este ponto, recorreremos aos dados do Anuário Estatístico referentes às Sociedades com sede nos concelhos, em 31.12.94. Constatámos que em Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal estão situadas principalmente sociedades ligadas ao sector secundário -79% do total de sociedades deste sector existentes na península - e ao sector dos serviços - 72% do total de sociedades deste sector existentes na península, sendo que destas, 41% situam-se no concelho de Almada, 25% em Setúbal, 22% no Seixal e 12% no Barreiro-. Enquanto que as sociedades ligadas ao sector primário apenas perfazem 30% do total de empresas sediadas na península, localizando-se fundamentalmente nos concelhos de Montijo (35% do total), de Palmela (27% do total), de Sesimbra (21% do total), e de Alcochete (12% do total).

Urbanização

O número de alojamentos e o peso da população urbana, podem ser analisados como indicadores de urbanização, se entendermos este fenómeno como a « (...) ocupação de terreno com construções e usos urbanos. (...)»⁴⁵, ou como «(...) o processo de concentração populacional que se traduz no crescimento das cidades e zonas urbanas envolventes. (...)»⁴⁶. Este fenómeno irá corresponder a uma alteração do tipo de *territorialidade*, ou seja, a uma mudança do « (...) tipo de relação entre o lugar de habitat e a vida social (...), traduzido em última análise, pela alteração de um espaço rural dotando-o de características complexas, que implica, segundo REMY, «(...) processo em que a mobilidade espacial organiza a vida quotidiana, o que supõe a possibilidade e a capacidade de ser móvel, assim como uma valorização da mobilidade.(...)»⁴⁷. Deste modo, através do processo de urbanização, o tipo de dinâmica intrínseca aos concelhos altera-se quer ao nível da sua estrutura física do edificado e da diferenciação e funcionalidade dos espaços, quer no que respeita à vida das populações nomeadamente na forma como esse território é percebido pelos indivíduos que nele residem, como pelos que dele fazem destino.

A escolha do primeiro indicador permite-nos inferir a capacidade de incremento da habitação, na medida em que mede a evolução do número efectivo de casas habitadas porque lhe subjaz a noção de *alojamento*, segundo a definição proposta nos censos, *como local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado ou transformado, se destina a habitação humana e, no momento censitário, não está a ser utilizado totalmente para outros fins; ou outro local*

⁴⁵ Salgueiro, Teresa B. A cidade em Portugal. Uma geografia urbana, 1992, p. 84.

⁴⁶ Almeida, João F. Introdução à Sociologia, 1992, p.230.

⁴⁷ Rémy, Jean e Voyé, Liliane, A cidade: rumo a uma nova definição, 1992, p.65.

que, no momento censitário, estivesse a ser utilizado como residência de pessoas. Sem contudo distinguir entre o que corresponde a oferta de habitação (venda) ou à compra e/ou criação de habitação (aproveitamento de casas devolutas, melhoramentos,...), ou, ainda, entre alojamento de construção clandestina ou não clandestina.

Quadro 4

Taxas de variação do número de alojamentos (%), por concelhos, de 1950 a 1991

%	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Alcochete	24.68	16.43	17.80	12.99
Almada	73.14	67.01	57.08	24.70
Barreiro	17.58	65.25	65.33	10.67
Moita	60.05	27.83	71.21	30.56
Montijo	28.18	49.31	-3.40	15.99
Palmela	8.78	11.33	91.99	29.77
Seixal	51.80	75.01	146.76	61.76
Sesimbra	17.89	41.11	96.50	35.34
Setúbal	9.92	63.73	43.20	20.30
Pen. Setúbal	33.39	53.60	53.60	27.97

Fonte: IX a XIII Recenseamentos Gerais da População, I.N.E.

Como podemos constatar, houve um incremento elevado do número de alojamentos que cedo se destaca no concelho de Almada, Moita, Seixal, e Setúbal, em 1950/60, e do Barreiro na década posterior. O aumento percentual do quantitativo de alojamentos no concelho da Moita é sintomático da sua condição subalterna ao concelho do Barreiro, na medida em que alberga numa das suas freguesias uma grande percentagem dos trabalhadores a laborar nas fábricas do concelho do Barreiro. Vemos que até à década de 80, as taxas de variação encontradas são significativas para todos os concelhos, à excepção do Montijo (em 1970/81 a taxa de variação é negativa) e de

Alcochete (com valores que se mantêm baixos ao longo do tempo), e que a partir desta data se verifica um crescimento menos acentuado comparativamente à década posterior. A década de 70, e a anterior, correspondem exactamente ao incremento da função residencial na generalidade dos concelhos, em muito condicionada pela melhoria dos acessos viários - ponte sobre o Tejo e auto-estrada do sul, e desta forma verificam-se três situações paradigmaticamente condicionadas pela sua localização face a Lisboa:

- a primeira refere-se aos concelhos já fortemente urbanizados, como Almada e, mais tarde, Seixal, que beneficiaram da aproximação espacial e temporal a Lisboa, incrementando a sua função residencial - na década de 70 a taxa de variação registada no concelho do Seixal é a mais elevada de sempre, +147%;
- a segunda refere-se a concelhos que beneficiaram igualmente dos acessos viários, o que fomentou o processo de incremento da função residencial, que se encontrava pouco ou nada desenvolvida. São os casos de concelhos como Sesimbra e Palmela, onde para 1970/81, se registaram taxas de variação positivas que rondaram os 90%, quando até então possuíam um quantitativo total de alojamentos inferior ao concelho do Montijo. O concelho de Setúbal apresentou aumentos significativos do total de alojamentos já na década de 60 e, apesar de funcionar algo independentemente da capital, irá igualmente beneficiar ao reestruturar-se enquanto região de fronteira com a ligação privilegiada com o sul do país (auto-estrada do Sul). A propósito desta questão saliente-se que « (...) a criação do pólo industrial de Setúbal, nos finais da década de 60, aparece claramente associada à existência da Ponte e ao carácter estruturante (através da AE do Sul) que o novo sistema viário/regional veio possibilitar. (...) »⁴⁸;
- a terceira reporta-se aos concelhos do Montijo e de Alcochete que visivelmente pouco beneficiaram com a melhoria dos acessos, que nem tão pouco serviram

⁴⁸ Fonseca, António e Outros, "A Ponte 25 de Abril...", p.195.

como criação de estímulo ao aumento da função residencial -como vimos para concelhos como Palmela ou Sesimbra. São concelhos geograficamente marginais face aos acessos viários à capital, e como tal, sujeitos a lógicas mais intrínsecas ao seu desenvolvimento lento e particular do que a motivações exteriores. De resto, em períodos de intenso crescimento do quantitativo de alojamentos registado na generalidade dos concelhos da península, Alcochete manteve sempre valores de crescimento baixos, enquanto o concelho do Montijo, que apresentava em 1950/60 uma taxa de variação mais elevada que o Barreiro, e no período seguinte, mais elevada que a registada para o concelho da Moita, apresentou em 1970/81 uma taxa de variação negativa (-3.4%). Curiosamente, apesar de apresentar em 1981/91 uma das taxas de variação positiva mais baixas no conjunto da península, este concelho apresenta um aumento significativo do grau de urbanização, face à década anterior.

Quanto ao outro indicador referido, torna-se necessário definir o que se considera por «população urbana». Mediante o critério proposto pelo censo de 1960 e utilizado por ALARCÃO⁴⁹, entende-se « o conjunto das pessoas da zona urbana considerada». Esta «zona urbana» é a zona delimitada pela « a capital de distrito e a localidade qualquer que fosse a sua categoria legal (cidade, vila, etc.) que, na área urbana demarcada pela Câmara Municipal respectiva, contasse 10 000 ou mais habitantes. Outra demarcação possível é a proposta por SALGUEIRO⁵⁰, que a partir de uma bateria de variáveis que incluem indicadores sobre a população, os consumos, os sectores de actividade, a população activa e sua distribuição por sectores de actividade, as infraestruturas de transporte e de lazer, etc., chega à definição classificatória de «centro urbano». Devido à dificuldade em reunir tal conjunto de

⁴⁹ Alarcão, Alberto de, Mobilidade geográfica da População de Portugal. Migrações internas, 1969, p. 227.

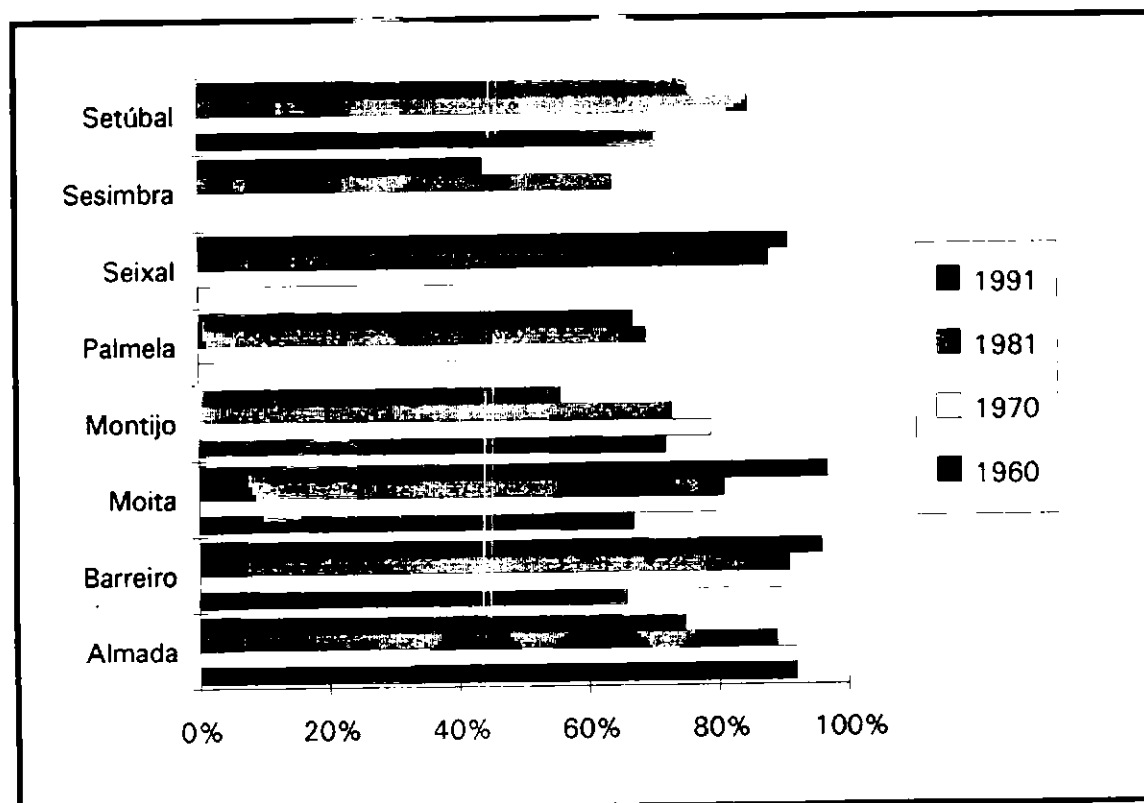
⁵⁰ Salgueiro, Teresa Barata, A cidade em Portugal. Uma geografia urbana, 1992, p.443.

indicadores, por concelhos, de forma a garantir uma análise comparativa no tempo, utilizou-se como único critério o quantitativo populacional e considerou-se **população urbana** toda a que residisse em localidades do concelho com mais de 10 000 habitantes.

Em 1960, Alcochete, Seixal, Sesimbra e Palmela eram concelhos onde não se encontravam lugares com 10 000 ou mais habitantes, ao contrário de outros concelhos com elevadas percentagens de população urbana como Almada, com três «centros urbanos» onde residia 92% da população do concelho, ou como os concelhos do Barreiro, do Montijo e de Moita com um «centro urbano» onde residia uma população urbana na ordem dos 66%, 67% e 72%, respectivamente.

Fig 4

População urbana, por concelhos, de 1960 a 1991 (%)



Fonte: X a XIII Recenseamentos gerais da população, I.N.E.

A partir da década seguinte, a maioria dos concelhos da península, com excepção de Sesimbra e Alcochete, possuem um ou mais «centros urbanos», Almada e Barreiro são os concelhos com percentagens mais elevadas de população urbana - cerca de 90% do total da população repartida por três centros urbanos no primeiro caso e dois no segundo-, seguidos por Moita e Montijo (80% do total da população dos concelhos) e Setúbal (69% idem), enquanto se iniciava o crescimento urbano de Seixal (49% idem) e de Palmela (40% idem). Passados dez anos, década de forte crescimento migratório, Seixal atinge valores da proporção de população urbana semelhantes aos encontrado em Almada e no Barreiro (rondavam os 90%). Nos concelhos de Palmela, Setúbal e Sesimbra (pela primeira vez neste concelho) observa-se um aumento significativo do peso da população urbana. Em 1991, Seixal, Barreiro, Almada e Moita são os concelhos com o maior peso de população urbana com valores que rondam os 90% (excepção para Almada com 75% do total da população).

De salientar que o critério quantitativo de definição de «centro urbano» levanta alguns problemas, principalmente entre 1981 e 1991, visto que se observou na generalidade dos concelhos a uma reformulação da divisão territorial das freguesias, ou seja, apareceram novas freguesias resultantes do desmembramento de freguesias mais povoadas. Como exemplo, citam-se o caso do concelho de Almada que passou de cinco freguesias, em 1981, para dez, em 1991, e o do Barreiro ou do Montijo que passaram de quatro para oito freguesias. Daí que a aparente redução do peso da população urbana entre 1981 e 1991 deve ser explicada pelo facto de não terem sido considerados como «centros urbanos» as novas freguesias com um número inferior a 10 000 habitantes e, ainda, pela eventual redução de *população urbana* imputada às freguesias antigas que passou a 'residir' nas novas freguesias. Deste modo, recorreremos, para 1991, ao indicador **densidade urbana**⁵¹ dos concelhos em questão que melhor ilustra a diversidade existente entre concelhos. Assim, observou-se que a densidade urbana atinge em Almada os 2978 hab/Km², no Barreiro os 3365 hab/km²,

⁵¹ Este indicador relaciona a população residente em lugares (freguesias) com 10000 ou mais habitantes com a área geográfica desses lugares.

no Seixal os 1979 hab/km², em Setúbal e Moita cerca de 1550 hab/km², enquanto que no Montijo atinge os 759 hab/km², em Palmela apenas chega aos 223 hab/km² e, em ordem muito inferior, Sesimbra com 67 hab/km². Resta salientar a situação do concelho de Alcochete onde não se encontrou, ao longo dos anos, nenhum lugar com um quantitativo igual ou superior a 10 000 habitantes, sendo que na freguesia mais povoada do concelho, segundo os dados do último censo, apenas residiam 7064 efectivos o que reafirma a particularidade deste concelho face aos restantes.

2.

Caracterização da dinâmica demográfica dos concelhos da Península de Setúbal

A estruturação e as opções de desenvolvimento tomadas para a Península de Setúbal condicionaram o desenvolvimento dos concelhos, reflectindo-se na maior ou menor capacidade de atracção e fixação de populações e, conseqüentemente, impondo um critério de diferenciação. Assim, torna-se pertinente analisar a distribuição da população desta área suburbana procedendo à caracterização das dinâmicas demográficas de cada um dos concelhos nela incluídos.

Primeiramente serão abordados numa perspectiva diacrónica (1950-91) os aspectos macrodemográficos, nomeadamente a dinâmica global das populações, a evolução das estruturas demográficas e a distribuição da populações no espaço. Na análise da dinâmica global das populações será salientada a importância das duas dinâmicas demográficas que a induzem: a **dinâmica natural** -que se resume ao movimento fisiológico da população, reflectindo a relação entre nascimentos e óbitos ocorridos num determinado momento do tempo-, e a **dinâmica migratória** -relativa aos fluxos migratórios e, portanto, aos saldos migratórios observados entre entradas e saídas ocorridas num determinado momento do tempo. Seguidamente, para uma compreensão plena do papel e da importância destas dinâmicas demográficas torna-se pertinente analisar a evolução das variáveis microdemográficas que lhes subjazem - **mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios** - salientando os efeitos dos níveis observados nas estruturas demográficas.

2.1 Análise macrodemográfica

Dinâmica global

A partir da análise dos dados contidos no **quadro 7**, procedemos à segmentação da Península em três grupos distintos aos quais correspondem diferentes padrões de crescimento ao longo do tempo. Assim, o primeiro grupo, composto pelos concelhos de Almada, Barreiro e Seixal, corresponde aos primeiros concelhos onde se registaram, e em alguns casos se continuam a registar, os maiores ganhos populacionais. Vemos que Almada se destaca com um forte crescimento populacional na década de 50 (o peso relativo do seu crescimento no total da Península foi de 48%), que se mantém igualmente elevado nas décadas de 60 a 80 devido à sua crescente estruturação, após a abertura da ponte sobre o Tejo, enquanto região-subúrbio de Lisboa, perdendo folêgo nesta última década com um crescimento populacional quase nulo. O concelho de Barreiro, com taxas de crescimento elevadas a partir de 1960 que se mantêm na década seguinte, contribuiu em muito (mesmo em décadas anteriores) para o crescimento do concelho da Moita, que albergava muita da população operária que trabalhava nesse concelho e que se fixava na freguesia da Baixa da Banheira⁵². Ao contrário do Barreiro, que perde população na década de 80, o concelho de Moita, juntamente com Seixal, apresentavam os valores mais elevados de crescimento observado nesta região, sendo os ganhos de cerca de 2 a 3 efectivos, em média por ano, por cada 100 habitantes. O concelho de Seixal apresentou-se,

⁵² Por esta razão não incluímos o concelho de Moita no grupo dos concelhos formado por Almada, Barreiro e Seixal apesar de este concelho apresentar na década de 1950/60 uma forte taxa de crescimento (39.6%), afirma-se sobretudo como concelho com características intermédias dependente de concelhos vizinhos. Veja-se a propósito desta questão M^o A. CRUZ, « (...) Finalmente, 1950-60 apresenta a mesma dicotomia entre enraizamento de gente estranha nos concelhos que crescem na medida do seu próprio dinamismo económico (ex: Montijo) e nos que crescem na medida dos vizinhos (uma vez mais Moita). (...)» Cruz, M^o Alfreda, A margem sul do estuário do Tejo, p.188.

desde a década de 60, como um dos casos de maior aumento populacional registado entre concelhos da Península de Setúbal e, igualmente, da Área Metropolitana de Lisboa⁵³.

Segue-se um segundo grupo de concelhos, do qual fazem parte Setúbal, Sesimbra e Palmela, que se caracteriza por crescimentos populacionais baixos entre 1950 e 1970 (chegando a ser negativos para Sesimbra) e por aumentos muito significativos na década de 70, mas que na década seguinte perde vitalidade mantendo, no entanto, valores superiores à média de crescimento populacional registado para a Península (com excepção de Setúbal, cujo valor é inferior).

Quadro 7

Taxas (%) de crescimento anual médio natural, migratória e total, por concelhos, de 1950 a 1991.⁵⁴

t.c.a.m. (%)	1950/60			1960/70			1970/81			1981/91		
	Nat.	Mig.	Total	Nat.	Mig.	Total	Nat.	Mig.	Total	Nat.	Mig.	Total
Alcocheta	0.67	0.98	1.65	0.45	1.11	1.56	1.12	0.35	0.77	0.04	-1.05	-1.01
Almada	1.16	3.79	4.95	0.82	3.42	4.24	0.32	2.89	3.22	0.38	-0.11	-0.27
Barreiro	0.70	1.27	1.67	1.28	4.06	5.34	1.43	2.64	4.07	0.32	-0.58	-0.26
Moita	0.81	3.34	4.09	0.78	2.16	2.93	0.83	2.40	3.23	0.77	1.25	2.02
Montijo	0.81	0.74	1.55	0.67	2.72	3.39	0.46	-1.80	-1.34	0.10	-0.32	-0.22
Palmela	0.79	-0.72	0.07	0.39	0.38	0.77	0.02	3.95	3.97	0.17	1.56	1.73
Seixal	0.57	1.96	2.53	0.81	5.59	6.40	0.06	8.81	8.87	0.84	1.90	2.74
Sesimbra	0.99	0.20	1.19	0.66	-0.77	-0.11	0.39	2.93	3.32	0.42	1.24	1.66
Setúbal	0.76	0.59	0.23	0.88	0.59	1.47	1.39	2.80	4.19	0.43	0.09	0.52
P. Setúbal	0.83	1.31	2.14	0.81	2.48	3.29	0.72	3.07	3.79	0.45	0.47	0.92

Fonte: IX a XIII Recenseamentos Gerais da População, I.N.E., Lisboa.

⁵³ vide Fonseca, António e Outros, «A ponte 25 de Abril e as transformações sócio-urbanísticas a sul do Tejo», p.201.

⁵⁴ O cálculo subjacente à taxa de crescimento anual médio natural foi:

$$(\log Px + (\text{nascimentos-óbitos})/Px = \log (1+a)) * 100.$$

A taxa de crescimento anual médio migratória = taxa de crescimento anual médio natural - taxa de crescimento anual médio natural.

Por último, o terceiro grupo, constituído por Montijo e Alcochete, apresenta-se como sendo o que demonstra uma fraca vitalidade demográfica. O concelho de Alcochete apresenta, desde adécada de 50, taxas de crescimento anual médio baixas, mesmo em décadas de crescimento generalizado, e na década de 80 perde população como nenhum outro concelho da Península. O caso do concelho do Montijo é paradigmático de uma situação de entropia, ou seja, mais uma vez constatamos um certo paralelismo inicial com alguns concelhos do primeiro grupo (nos anos 50 este concelho apresentava taxas de crescimento anual médio próximas do Barreiro, e na década seguinte mais elevadas que a Moita) que logo abranda, chegando a apresentar na década de 70 taxas de crescimento negativas anómalas⁵⁵ devido ao excesso do total de entradas sobre as saídas, tendência que se mantém actualmente, embora com valores negativos bastante inferiores. Esta situação de fechamento e de fraco dinamismo do concelho do Montijo não foi, inclusivamente, prevista em documentos de carácter prospectivo com objectivos de planeamento, como seja o Plano Director da Região de Lisboa (PDRL-1964) que estimava para este concelho, em 1985, um volume populacional igual a 75 000 habitantes, estimativa essa que se revelou muito acima do quantitavo recenseado em 1981 (36849 efectivos) ou em 1991 (36038 efectivos).

A análise da contribuição de cada uma das dinâmicas demográficas como explicativas das dinâmicas populacionais globais observadas para cada um dos concelhos, permite-nos salientar a importância preponderante da dinâmica migratória, cujos reflexos se fizeram sentir com maior intensidade na generalidade dos concelhos, para explicar as assimetrias concelhias.

⁵⁵ Parece existir alguma incompreensão sobre o total de efectivos apurados no Recenseamento de 1970 para o concelho do Montijo, sendo inclusive apontados erros de subcontagem do efectivo populacional. A propósito desta questão M^a Lucinda Fonseca defende que " (...) A variação negativa da população do concelho do Montijo só poderá resultar de um erro do censo de 1970, pois à recente expansão da área construída nos principais aglomerados tem necessariamente de corresponder um aumento substancial do número de habitantes. (...)". Fonseca, M^a Lucinda, População e Território, Do País à Área Metropolitana, p.40.

Esta situação confirma o referido anteriormente a propósito da formação da área metropolitana de Lisboa (cap. I, 2ª), onde se salientou que uma das características deste processo seria a tendência para o aumento populacional das regiões suburbanas como consequência directa do crescimento migratório. O facto de se verificar nas décadas de 60 e 70 os valores mais elevados de crescimento migratório - na península, em média por ano, por 100 residentes, entravam a mais do que saíam cerca de 3 a 4 indivíduos, quando os valores médios de crescimento natural não atingem a unidade-, permite-nos confirmar essa tendência e estabelecer uma relação entre o aumento dos fluxos migratórios com o aumento da capacidade de atracção populacional líquida de alguns concelhos -factores relativos à acessibilidade e crescimento industrial observado em alguns concelhos da península como a ponte 25 de Abril e auto-estrada do sul, implantação industrial de Paio Pires, para citar alguns exemplos. Vemos assim, que os concelhos onde as taxas de crescimento migratório (anual médio) apresentaram valores mais significativos na década de 60, foram efectivamente concelhos beneficiários - os concelhos de Almada (em continuidade com a década anterior), Barreiro (taxa de variação face à década de 50 de +220%), Seixal (idem +153%)-. Na década de 70, o concelho de Seixal continua a registar valores de crescimento migratório mais elevados comparativamente aos restantes concelhos -o peso do crescimento natural é insignificante no crescimento total deste concelho - e nos concelhos como Palmela, Sesimbra e Setúbal registam-se ganhos populacionais devido, fundamentalmente, ao peso significativo do crescimento migratório no crescimento total.

Na última década, anos 80, verifica-se uma perda de vigor da dinâmica global das populações de todos os concelho, caracterizados em alguns casos por taxas de crescimento a.m. negativas -Alcochete, Almada, Barreiro e Montijo, este último com valores mais favoráveis relativamente aos observados na década anterior-, que se devem à fraca dinâmica natural observada, mas sobretudo à perda da importância do crescimento migratório no crescimento total. De salientar, no entanto, que face ao

decréscimo populacional observado nos últimos anos na maioria das regiões do território nacional (inclusive no concelho de Lisboa) a dinâmica desta região suburbana apresenta ainda alguma vitalidade demográfica.

Estruturas demográficas

Quanto à análise das estruturas etárias da população dos diferentes concelhos, optámos por compactar a informação em três grupos funcionais, nomeadamente o grupo dos jovens (0 a 14 anos), o grupo da população em idade activa (15 aos 64 anos) e o grupo dos idosos (65 e mais anos), com a pretensão de analisar as variações do peso relativo de cada um destes grupos no total da população concelhia ao longo do tempo.

Num primeiro momento, podemos concluir que em todos os concelhos se verificaram, a partir de 1981, decréscimos significativos do peso dos jovens; que, exceptuando o caso paradigmático do concelho do Seixal, se registaram, a partir de 1970, aumentos consideráveis da proporção de idosos⁵⁶; e ainda, verifica-se o consequente aumento dos valores do índice de vitalidade (ou rácio entre idosos/jovens) para a generalidade dos concelhos, acentuado-se sobretudo em 1991. A situação, em 1991, para alguns concelhos - Alcochete, Almada, Barreiro, Montijo e Setúbal - caracteriza-se por um duplo envelhecimento, na medida em que o crescimento (ou decréscimo) do quantitativo global da população destes concelhos é inferior à parcela do grupo dos idosos⁵⁷. Pelo contrário, os concelhos como Seixal e Moita (com populações mais jovens), ao quais se juntam Sesimbra e Palmela, não se encontram na mesma situação, tendo sido o aumento do volume global da população superior ao número registado de idosos.

De referir, no entanto, que existem algumas diferenças entre concelhos quanto aos valores encontrados para cada um dos indicadores. Assim, verificamos, por um lado,

⁵⁶ Os concelhos de Setúbal e Lisboa eram, já em 1970, considerados concelhos envelhecidos na base segundo a tipologia proposta por NAZARETH sobre a situação demográfica portuguesa. Nazareth, J. Manuel, "A dinâmica da população portuguesa de 1930-1970", 1978, p.762.

⁵⁷ vide Rosa, M^a J., O envelhecimento demográfico da População do Continente Português e a Protecção social dos idosos.

que Alcochete, apresenta, desde 1970, e Montijo, a partir de 1981, as percentagens mais elevadas de idosos, superiores à média registada para a Península; e por outro lado, o índice de vitalidade calculado para 1991 demonstra novamente a situação particular destes concelhos - existem cerca de 88 idosos por cada 100 jovens em Alcochete e 78 no Montijo (quando a média para a Península é de 52 idosos por cada 100 jovens).

Nos concelhos de Setúbal, Palmela e Sesimbra as percentagens de jovens são sempre inferiores, e as de idosos sempre superiores, à proporção da média para a Península. No entanto, apresentavam em 1991, valores mais optimistas que os concelhos mais envelhecidos (Montijo e Alcochete), ou seja, o rácio entre velhos e jovens era de 59 para Setúbal, 68 para Sesimbra e 69 para Palmela; as percentagens de jovens rondam os 19% e as de idosos os 12% (Setúbal e Palmela) e os 13% (Sesimbra).

Quadro 6

Proporção de jovens e de idosos, por concelhos, de 1960 a 1991

	1960		1970		1981		1991	
	% Jov	% Id	% Jov	% Id	% Jov	% Id	% Jov	% Id
Alcochete	25.73	8.21	27.43	7.78	24.00	10.65	17.29	14.34
Almada	26.47	4.91	25.41	5.71	23.87	8.05	17.76	11.72
Barreiro	21.69	6.95	25.77	6.80	26.29	7.77	17.76	11.72
Moita	27.54	4.60	25.65	6.51	25.86	8.14	21.95	10.17
Montijo	24.49	6.13	20.07	6.61	23.16	10.65	17.90	13.87
Palmela	24.80	6.11	24.19	7.32	23.04	9.85	19.03	12.04
Seixal	23.94	6.08	26.15	5.61	28.40	5.34	21.53	6.94
Sesimbra	18.62	6.78	25.14	9.04	23.88	9.98	18.62	13.00
Setúbal	24.07	7.79	24.33	8.88	24.80	9.32	19.90	11.82
Pen Setúbal	25.03	6.2	24.8	6.83	25.2	8.2	20.7	10.9

Fonte: X a XIII Recenseamentos Gerais da População

A situação dos concelhos de Barreiro e de Almada mostra que, até 1981, as proporções de idosos observadas foram sempre inferiores à média registada para a Península para os mesmos anos, e em 1991 o rácio era de 66 idosos por 100 jovens. Seixal é o concelho onde se observam as percentagens superiores de jovens e percentagens inferiores de idosos, comparativamente à média da Península, situação particular que se reflecte em valores francamente baixos do índice de vitalidade cujo valor em 1991 era de 32 idosos por 100 jovens.

Distribuição da população no espaço

A relação entre população residente e a superfície concelhia permite-nos inferir e confirmar a tendência de nitida assimetria entre concelhos. Além do cálculo das densidades populacionais que nos permitem medir a relação entre a população e o espaço, recorreu-se ao cálculo do coeficiente de localização populacional⁵⁸. Este indicador, de interesse meramente comparativo, informa sobre os desequilíbrios populacionais, relacionando o peso relativo da superfície concelhia no total da área da Península com o peso relativo da população residente, pois, quanto maior for a diferença entre os valores, maiores serão as assimetrias entre os concelhos com um povoamento concentrado (valores nulos ou positivos dos coeficientes de localização) e aqueles que apresentam um déficit populacional face à superfície geográfica (coeficientes de localização negativos).

O conjunto formado pelos concelhos de Alcochete, Montijo, Palmela e Sesimbra, é caracterizado por valores mais baixos de densidades populacionais, assim como por valores negativos do coeficiente de localização mantidos ao longo do tempo considerado. Em 1991, residem nestes concelhos apenas 18% da população da Península, numa área que corresponde a 72% do total.

⁴¹ vide Sá, M^a João Araújo e, Condicionantes demográficas da evolução discente do ensino básico no distrito de Aveiro, p.19.

Quadro 5

Distribuição espacial da população e relação população residente/superfície, por concelhos, de 1950 a 1981

	Densidades populacionais					Coefic. de localização				
	50	60	70	81	91	50	60	70	81	91
Alcochete	83	98	110	119	108	-2.88	-3.04	-3.63	-4.29	-4.63
Almada	625	1014	1537	2111	2169	13.97	19.74	22.09	20.66	19.09
Barreiro	944	1114	1875	2796	2723	10.54	9.97	12.58	12.99	11.32
Moita	354	529	703	967	1182	4.64	6.36	5.99	5.48	6.54
Montijo	75	90	121	106	104	-11.87	-12.49	12.39	16.56	-17.23
Palmela	50	50	54	80	95	-20.65	-22.46	-24.20	-24.09	-23.56
Seixal	170	219	407	953	1249	.60	.86	3.29	9.09	12.09
Sesimbra	77	86	85	118	140	-6.49	-7.05	-8.70	-8.88	-8.58
Setúbal	295	330	382	577	608	12.13	8.11	4.96	5.60	4.95
P.Setúbal	155	192	265	385	422	-	-	-	-	-
Total						183.781	190.091	197.841	1107.61	1108.01

Fonte: IX a XIII Recenseamentos Gerais da População, I.N.E., Lisboa

Os concelhos do Montijo e de Palmela são os concelhos com as superfícies geográficas maiores da Península (cerca de 347 km² e 462 Km² respectivamente)⁵⁹ correspondendo a 5 e 6 vezes mais a superfície do concelho de Almada e a 11 vezes a do Barreiro. São, actualmente, os concelhos com as superfícies agrícolas⁶⁰ mais vastas - correspondente a 20% no caso do Montijo e 44% de Palmela do total dos solos utilizados para fins agrícolas na Península, sendo nestes, juntamente com Alcochete e Sesimbra, que se encontram as percentagens mais elevadas de população activa no sector primário.⁶¹

⁵⁹ Fonte: I.N.E

⁶⁰ Fonte: Anuário Estatístico 1995, Lisboa e Vale do Tejo, I.N.E., Lisboa.

⁶¹ Em 1991, a percentagem de população empregada no sector primário era de 13% do total de activos dos concelhos de Alcochete e Montijo, de 18% do total em Palmela e 15% do total em Sesimbra; enquanto que, em Almada, Barreiro e Seixal, não atingia o 1% do total de activos. Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, I.N.E., Lisboa.

Contrariamente, os restantes concelhos -Almada, Barreiro, Seixal, Setúbal e Moita- que já em 1950 eram os mais densamente povoados, concentravam em 1991, em apenas 28% da sua superfície na Península, cerca de 82% da população total. Deste conjunto, há que distinguir Almada e Barreiro com densidades populacionais acima dos 2000 hab/Km² e coeficientes de localização francamente positivos; Seixal e Moita com valores um pouco inferiores mas igualmente elevados; e por último, Setúbal com densidades populacionais que, sendo relativamente elevadas, correspondem a menos de um terço do valor de Almada ou Barreiro. Por outro lado, ressaltam da análise os aumentos progressivos de concentração de efectivos, pois embora significativos entre 1950 e 1960, salientam-se sobretudo nos anos que medeiam 1960 a 1980, onde esses aumentos correspondem para alguns concelhos a acréscimos populacionais de mais de 100% (concelho do Seixal).

2.2 Análise microdemográfica

As dinâmicas demográficas subjacentes à dinâmica global da população, apenas serão compreendidas se se explicitarem para cada uma delas a importância das variáveis microdemográficas que as induzem - **mortalidade e fecundidade** no caso da dinâmica natural e **movimentos migratórios** no caso da dinâmica migratória. Em última análise a dinâmica das populações vai resultar da relação retroactiva estabelecida entre os níveis dos fenómenos microdemográficos, e as estruturas demográficas dessa população.

Mortalidade

Para a análise da mortalidade escolheu-se primeiramente como indicador as **taxas de mortalidade infantil clássica**⁶² (calculado para 1960 a 1991) que, ao relacionar os óbitos com menos de um ano e os nascimentos observados num determinado horizonte temporal, permite inferir a maior ou menor capacidade de combater a mortalidade, assim como realça as potenciais assimetrias entre concelhos na medida em que se trata de um «índice totalmente liberto dos efeitos de estrutura»⁶³ da população, ao contrário das taxas brutas de mortalidade.

⁶² No cálculo da mortalidade infantil optou-se pelo *método da média ponderada* ($1q_0 = \text{óbitos (menos de 1 ano)} / K' N_1 + K'' N_0$) com os coeficientes de ponderação de mortalidade infantil segundo o método de Shryock e Siegel que nos permite ultrapassar a barreira imposta pela ausência de dupla classificação dos óbitos, e assim, imputar os óbitos com menos de um ano ao efectivo total dos nascimentos dos dois períodos temporais a que se referem. Nazareth, J. Manuel, Princípios e Métodos de análise da Demografia Portuguesa, 1988, p.244-45.

⁶³ vide Nazareth, J. Manuel, "A dinâmica da população portuguesa de 1930-1970", 1978, p.770.

Da análise dos valores obtidos, segundo o indicador escolhido- taxas de mortalidade infantil clássica⁶⁴-, observamos um declínio abrupto dos níveis de mortalidade infantil que passaram de 84‰ (óbitos por cada 1000 nascimentos) em 1960 para 9‰ em 1991, tendência que caracteriza a situação de todos os concelhos da Península (se exceptuarmos o concelho do Barreiro) que apresentavam, para este último período, valores de mortalidade infantil consideravelmente inferiores à média observada no país⁶⁵.

Quadro 9

Taxas de mortalidade infantil clássica, por concelhos, de 1960 a 1991 (‰)

	1960/61	1970/71	1980/81	1990/91
Alcochete	85.4	32.7	31.8	5.2
Almada	90.7	41.6	17.1	6.3
Barreiro	60.4	24.7	19.9	16.7
Moita	95.7	38.6	13.1	8.5
Montijo	42.6	35.5	22.0	3.8
Palmela	77.6	38.6	17.7	10.8
Seixal	63.4	45.6	21.5	4.6
Sesimbra	58.3	16.3	9.0	7.2
Setúbal	80.4	40.2	21.1	8.3
Pen. Setúbal	76.3	35.8	19.6	8.6

Fonte: Estatísticas demográficas 1960 a 1991

Em 1960/61, os níveis de mortalidade infantil eram consideravelmente elevados, a média da Península era de cerca de 76 óbitos com menos de um ano por cada 1000

⁶⁴ Os momentos temporais a que se referem os valores dos indicadores, escolhidos para análise da variável microdemográfica mortalidade (assim como da fecundidade), correspondem a anos médios (1960/61, 1970/71, 1980/81, 1990/91). Esta opção encontra-se ligada à forma como foram calculados os vários indicadores, relacionando sempre os acontecimentos «médios» (óbitos e nascimentos) pela «população total média» (ou seja, a população retirada dos recenseamentos utilizados).

⁶⁵ O valor das taxas de mortalidade infantil calculadas para Portugal em 1991 era de 10.8‰. Pinto, M^a Luis Rocha, «As tendências demográficas», p.302.

nascimentos ocorridos. Os concelhos onde se registam os níveis mais elevados de mortalidade infantil, situando-se acima da média da península, são: Almada (90.72‰), Moita (95.7‰), Alcochete (85.39‰) e Setúbal (80.36‰). Os restantes concelhos possuem valores de mortalidade inferiores, sendo no concelho do Montijo que se registam os valores mais baixos da península (cerca de 40‰).

Os ganhos de vida no primeiro ano de vida fazem-se sentir passados dez anos, assim, em 1970/71 verifica-se um decréscimo de, aproximadamente, 40 óbitos (crianças com menos de um ano) por cada 1000 nascimentos. Estes ganhos estendem-se a todos os concelhos da Península, passando os níveis de mortalidade para menos de metade dos valores registados dez anos antes. A tendência de decréscimo mantém-se nos anos posteriores, morre-se menos na primeira idade em 1980/81, e em 1990/91 onde os níveis médios de mortalidade infantil rondam os 8‰ (exceção para o Barreiro com 16.6‰ e Palmela com 10.8‰). De salientar as situações particulares do concelho de Alcochete em 1980/81(que recupera em 1990/91) e do concelho do Barreiro em 1990/91 com níveis de mortalidade que correspondem praticamente ao dobro da média observada na Península.

Outro dos indicadores utilizados na caracterização da mortalidade foi o relativo à esperança média de vida à nascença. Este indicador, calculado para 1991 (sexos separados), diz-nos qual o número médio de anos que as pessoas (do sexo masculino e feminino) podem viver a partir do momento do seu nascimento se as condições de mortalidade se mantiverem idênticas às observadas em 1990/91. Para tal, recorreremos ao princípio da translação, construindo uma tábua de mortalidade por grupos de idade com base no método da coorte fictícia.⁶⁶

⁶⁶ O método de cálculo subjacente a este indicador pressupõe a aplicação do *princípio da translação* da análise em transversal, através do método da coorte fictícia. Segundo J. M. NAZARETH este método « (...) consiste em transpôr os fenómenos que se observam num determinado momento do tempo entre os limites *O* e *W* para uma coorte imaginária entre os limites *a* e *b* (...) » Nazareth, J. M. , Princípios e Métodos de análise da Demografia Portuguesa, 1988,p.223.

vide nota de rodapé nº 15 deste documento.

Deste modo, se se mantiverem as condições de mortalidade observadas para o período de 1990/91, os homens vivem em média cerca de 70 a 74 anos e as mulheres entre 75 a 79 anos, nos concelhos da Península. Os valores encontrados, assim como a discrepância observada entre sexos, nos anos médios de vida a viver, encontram-se próximos, ou pouco mais elevados, da média nacional (70 anos para os Homens e 77 para as mulheres).⁶⁷

Quadro 10

Esperança média de vida à nascença (anos), por concelhos, para 1990/91

	Homens	Mulheres
Alcochete	76.21	79.84
Almada	71.11	77.32
Barreiro	71.83	76.64
Moita	72.09	77.41
Montijo	68.92	77.14
Palmela	70.68	74.91
Seixal	73.01	79.11
Sesimbra	74.10	76.74
Setúbal	72.24	77.82

Fonte: Estatísticas demográficas 1990-91 e XIII Recenseamento Geral da População

⁶⁷ Pinto, M^a Luis Rocha, «As Tendências Demográficas» 1991, p.302.

Fecundidade

Para a análise da Fecundidade, recorreu-se aos indicadores **Taxas de Fecundidade Geral** (calculadas para 1950 a 1991) e ao **Índice Sintético de Fecundidade** (calculado para 1960 a 1991). Quanto ao primeiro dos indicadores escolhidos, trata-se de um indicador que apesar de apenas entrar em linha de conta com as mulheres no período fértil (população feminina dos 15 aos 50 anos) não deixa de ser influenciado pela estrutura etária da população incluída neste grupo, facto que dificulta o conhecimento real do fenómeno. Daí que, para uma análise mais aprofundada deste fenómeno, tenhamos recorrido ao cálculo de um indicador que estivesse liberto do efeito da estrutura etária das mulheres das populações em análise, nomeadamente: o índice sintético de fecundidade. Este indicador informa-nos sobre « o número médio de filhos que cada mulher, de uma determina população, tem se, durante o seu período fértil, a intensidade do fenómeno se mantiver idêntica à do momento em análise»⁶⁸. Para os períodos de 1960/61, 1970/71 e 198/81, por não se encontrarem disponíveis nas Estatísticas Demográficas os nascimentos segundo o grupo de idades das mães, por concelhos, utilizou-se a metodologia proposta por SÁ⁶⁹, calculando-se esse indicador a partir do total de nascimentos e da estrutura da população feminina no período fértil.

⁶⁸ Sá, M^a João Araújo e, Condicionantes demográficas da evolução discente do ensino básico no distrito de Aveiro, 1988, p.29

⁶⁹ Para uma explanação aprofundada do ' Método de estimação do índice conjuntural de fecundidade a partir dos nascimento globais e da estrutura da população feminina dos 15 aos 45 anos', vide Sá, M^a João Araújo e, Condicionantes demográficas da evolução discente do ensino básico no distrito de Aveiro, 1988, p.29, 162 e 163.

À semelhança do que observámos na análise da mortalidade, os níveis de fecundidade também diminuíram, em 1960/61 registavam-se cerca de 73 nascimentos, em média, por cada 1000 mulheres no período fértil na península, enquanto que, em 1990/91, esse número era de apenas 40 nascimentos. A confirmar esta tendência temos os valores do Índice Sintético de Fecundidade (I.S.F.), onde em 1960/61 ainda existiam concelhos com valores que permitiam a substituição das gerações, Sesimbra (2.4) e Setúbal com (2.5), assim como, em 1970/71, Sesimbra (2.1), Setúbal (2.8), Alcochete (2.3) e Barreiro (2.3). Esta situação altera-se em 1980/81, e acentua-se em 1991/91, onde se observa a tendência para a uniformização dos níveis de fecundidade dos concelhos com valores situados entre 1.3 e 1.5 como o número médio de filhos por mulher.

Entre 1960/61 e 1970/71 verifica-se uma diminuição de cerca de 32 nascimentos por cada 1000 mulheres, passando o I.S.F. de 1.95 para 1.77. Nesta década o declínio dos níveis de fecundidade não foi característica comum a todos os concelhos da península. Em Alcochete, Barreiro e Setúbal aumentaram os valores do I.S.F., enquanto nos restantes concelhos os valores diminuíram. Os concelhos de Almada e Seixal são exemplos paradigmáticos duma situação de declínio acentuado, apresentando, em 1970/71, os valores mais baixos encontrados na península: 1.2 para Almada e 1.1 para o Seixal.

No período seguinte, 1980/81, as taxas de fecundidade aumentaram em todos os concelhos (com exceção de Setúbal), registando-se um aumento considerável dos nascimentos médios ocorridos por cada 1000 mulheres no período fértil - por exemplo em Almada e Moita multiplicaram, no Seixal triplicaram. Os níveis do I.S.F. aumentaram ligeiramente em todos os concelhos, com exceção daqueles que possuíam na década anterior valores superiores a 2.1, como sejam os concelhos de Alcochete, Barreiro, Sesimbra e Setúbal.

Quadro 11

Evolução das Taxas de Fecundidade Geral, de 1960 a 1991, por concelhos (%o)

T.F.G. (%o)	1960/61	1970/71	1980/81	1990/91
Alcochete	60.09	69.63	56.23	37.71
Almada	57.09	35.74	54.91	41.64
Barreiro	55.51	74.54	53.71	33.34
Moita	52.86	37.87	59.31	45.65
Montijo	55.06	35.87	55.54	48.16
Palmela	51.56	38.43	51.67	39.28
Seixal	53.87	35.36	56.65	39.69
Sesimbra	58.05	73.22	59.20	40.70
Setúbal	77.13	73.25	59.42	42.10
Pen. Setúbal	73.47	40.51	56.18	40.40

Fonte: Estatísticas demográficas 1960 a 1991 e X a XIII Recenseamentos Gerais da População

Quadro 12

Evolução do I.S.F. , por concelhos, de 1960 a 1991

I.S.F.	1960/61*	1970/71*	1980/81*	1990/91
Alcochete	1.96	2.30	2.00	1.36
Almada	1.88	1.29	1.90	1.48
Barreiro	1.80	2.35	1.78	1.28
Moita	1.76	1.36	1.92	1.53
Montijo	1.63	1.40	1.94	1.52
Palmela	1.73	1.50	1.85	1.38
Seixal	1.72	1.11	1.74	1.38
Sesimbra	2.41	2.11	2.01	1.46
Setúbal	2.56	2.88	1.97	1.53
P. Setúbal	1.95	1.77	1.87	1.44

Fonte: Estatísticas demográficas 1960 a 1991 e X a XIII Recenseamentos Gerais da População

* Índice Sintético de Fecundidade estimado.

A tendência para a uniformização dos valores dos níveis de fecundidade caracterizou o período de 1990/91, os valores do I.S.F. são baixos em todos os concelhos (rondam o 1.4 e 1.5 - número médio de filhos por mulher), mesmo entre concelhos que anteriormente se distinguiam por níveis de fecundidade mais elevados, como Sesimbra e Setúbal.

À semelhança do que se verifica ao nível do país, não se vislumbra no interior da Península de Setúbal qualquer possibilidade de substituição das gerações, sintoma que transparece nos valores da taxa bruta de reprodução (número médio de filhas que cada mãe deixaria) se se mantivessem constantes as condições observadas em 1990/91, que não atinge a unidade em nenhum dos concelhos.

Conclusão

Depois de analisados os comportamentos das variáveis microdemográficas, podemos concluir que existe uma evolução paralela com consequências opostas para a dinâmica natural da população dos concelhos. Tanto a mortalidade como a fecundidade diminuíram nestas últimas quatro décadas, daí que, se no primeiro caso isso significa ganhos de vida, no segundo caso, reflecte-se em menos vidas e, consequentemente, contribui para o acentuar dos níveis de envelhecimento da população na base devido à diminuição das proporções de efectivos nas idades mais jovens. Assim, se por um lado se assiste a ganhos de vida na primeira idade (assim como nas outras idades), a substituição de gerações já não se encontra assegurada na totalidade dos concelhos. E embora a primeira situação compense, de certa forma, a segunda, a realidade é patente nos valores das taxas de crescimento fisiológico- em 1950/60 nasciam a mais do que morriam, por cada 1000 indivíduos, 8 efectivos, em

1960/70, 7 efectivos, e passadas duas décadas, este quantitativo resume-se a 4 efectivos. Outro aspecto que ressalta da análise é, de facto, a uniformidade encontrada entre concelhos, quer nos níveis baixos de mortalidade infantil e no evoluir dos ganhos de vida para ambos os sexos (embora existam diferenças pontuais entre concelhos quanto ao valor da esperança média de vida observado em 1990/91), quer, igualmente, no comportamento reprodutivo das mulheres traduzido por níveis de fecundidade baixos.

Movimentos Migratórios

Ao longo dos anos, os movimentos migratórios apresentam-se como a variável que maior condicionamento exerceu sobre a dinâmica demográfica da península de Setúbal. A confirmar esta tendência temos o peso relativo dos migrantes a residir nos concelhos da península, que em média rondavam os 31% do total da população segundo o recenseamento de 1950, aumentando para 57% do total dos residentes segundo o recenseamento de 1981 e, ainda, a importância da dinâmica migratória no crescimento total das populações.

Antes de avançarmos na análise desta componente, interessa referir alguns dos problemas sentidos quanto ao seu tratamento e quantificação da importância, que se complexificam à medida que descemos ao nível do concelho como unidade de análise, e quando pretendemos estudar uma das suas componentes - migrações internas (entradas e saídas verificadas no interior do território nacional). Os problemas devem-se sobretudo à escassa informação contida nos recenseamentos gerais da população sobre os movimentos da população efectuados no interior do país, e ainda à descontinuidade que caracteriza o tipo de dados recolhidos nos sucessivos censos, o que impossibilita uma análise comparativa e global do comportamento desta variável ao longo do tempo. Assim, quanto aos dados para o período em questão, por concelhos, temos ao longo do tempo:

- no recenseamento de 1950, dados sobre a *população presente segundo a nacionalidade indicando a naturalidade dos portugueses e o sexo por províncias, distritos e concelhos;*
- no recenseamento de 1960, dados sobre a *população residente que mudou de residência no ano de 1960 segundo a residência anterior, por distrito e concelhos.* A repartição da população fez-se segundo a mudança de residência e segundo o local de residência anterior - se no mesmo concelho da residência actual, se num

concelho do mesmo distrito da residência actual, se num concelho de outro distrito, nas Ilhas Adjacentes, no Ultramar ou no Estrangeiro;

- no recenseamento de 1970, dados sobre o concelho de residência do inquirido em 1965 -no entanto, tendo sido um recenseamento com bastantes imprecisões os resultados nunca foram publicados;
- no recenseamento de 1981, dados sobre a *população residente, segundo as migrações (relativamente a 31.12.1973 e a 31.12.1979)* , por concelhos de residência habitual à data de 16/03/1981, a repartição da população (sexos separados), fez-se segundo os critérios - população que não mudou do concelho, imigrantes provenientes do país e provenientes do estrangeiro, emigrantes do concelho para outros concelhos. Este recenseamento incluiu ainda uma questão sobre a *naturalidade dos residentes*;
- no recenseamento de 1991 (à semelhança do anterior), dados sobre a *população residente, segundo as migrações (relativamente a 12/31/85 e a 12/31/89)*, por concelhos de residência habitual em 1991/04/15, a repartição da população fez-se segundo os mesmos critérios do enunciado para o recenseamento de 1981;

Quanto ao tratamento da componente emigração (saídas para o estrangeiro) existe, além dos dados já referidos nos recenseamentos, alguma informação por concelhos, disponível nas Estatísticas Demográficas sobre o quantitativo anual de *emigrantes permanentes* -indivíduos que manifestam a sua intenção de ir residir no estrangeiro por um período igual ou superior a um ano; *emigrantes retornados* - indivíduos munidos de passaporte de emigrante português que regressam a Portugal definitivamente ou com a intenção de se demorarem 4 ou mais anos; *emigrantes isolados* - indivíduos a quem é concebido passaporte de emigrante e que não viajam em família migrante⁷⁰.

Deste modo, devido à estrutural falta de dados e descontinuidade de informação recolhida ao longo dos recenseamentos, recorreremos, fundamentalmente, a métodos

⁷⁰ Informações contidas nos Anuários e Estatísticas Demográficas, I.N.E.

indirectos de estimação da intensidade dos movimentos migratórios, através da **equação de concordância**.⁷¹

Seguindo este processo de estimação indirecta, ALARCÃO⁷² define os conceitos de **saldos líquidos de atracção ou repulsa populacionais**, que correspondem exactamente à variação da população, por distrito e/ou por concelho, entre momentos censitários, à qual se diminuiu o saldo fisiológico (nascimentos-óbitos) observado nesse tempo considerado. Assim, apresenta a seguinte tipologia de situações definidas em função do sentido (positivo ou negativo) do valor apurado do saldo migratório:

inferior a 0 => Atracção líquida

igual a 0 => Resultado nulo

superior a 0 => Repulsão líquida

O resultado que teremos será líquido, ou seja, corresponde a um saldo que permite apenas inferir, para períodos intercensitários, o excedente do total de saídas relativamente ao total de entradas (saldo negativo) ou pelo contrário, o excedente do total de entradas sobre o total de saídas (saldo positivo). Logo, este método não particulariza os aspectos que podem estar na base da não concordância dos dois membros da equação, e muito menos mede, quer a intensidade de cada uma das componentes migratórias -emigração e imigração-, quer as migrações clandestinas. No entanto, como já foi referido neste trabalho, a região em análise é efectivamente uma região de atracção de fluxos migratórios internos, e acima de tudo pouco propensa à emigração externa registando sempre valores abaixo da média do continente - nos

⁷¹ Este processo de estimação baseia-se no *método dos resíduos* que « (...) pressupõem o princípio da concordância demográfica, ou seja, a possibilidade de determinar os efectivos populacionais num dado instante, a partir de uma população inicial e das componentes do crescimento demográfico(...)» Baptista, A. e outro, Migrações internas. Algumas observações... no período de 1973-1981, 1985, p.8.

⁷² Alarcão, Alberto de, Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas). Migrações internas 1921-1960, p.39.

concelhos da península o número médio de emigrantes legais, por ano e por 1000 habitantes em 1958/62, situava-se abaixo dos 2‰; em 1968/72, ligeiramente mais elevado mas nunca superior a 5‰; e em 1979/83 era inferior 0.7‰.⁷³ Deste modo, pensamos que os resultados obtidos na estimação dos movimentos migratórios serão um bom indicador de medida do saldo dos fluxos internos ao nível do concelho, caracterizando esta unidade geográfica quanto à sua capacidade de atracção ou repulsão líquidas ao longo do tempo.

Os saldos apurados ao longo dos momentos censitários demonstram que, até à década de 70, a península de Setúbal é uma zona de forte atracção líquida. Posteriormente, na década seguinte, apesar de continuar a apresentar um excedente de entradas sobre as saídas, observa-se uma perda de intensidade dos saldos apurados. Cedo se detecta a importância do concelho de Almada que se apresentou, desde os anos 50, como um concelho de forte atracção líquida, situação igualmente observada nas décadas posteriores - na década de 50, concentrava-se neste concelho 62% do total do saldo migratório com destino à península, na década de 60, cerca de 33% do total, e em passados dez anos, 24% do total. A partir da década de 60, Almada manteve-se destacada, e concelhos como o Barreiro e Seixal aumentam significativamente a sua capacidade de atracção líquida - em Almada, por cada 100 residentes entravam, em média, a mais do que saíam, cerca de 4 indivíduos/ano; no Barreiro esse excedente era de 5 efectivos/ano, e no Seixal de 6 efectivos/ano. Os efeitos do crescimento migratório no volume populacional destes concelhos são incontestáveis, sendo que, nesta década, o crescimento migratório explica em 81% o crescimento populacional total do concelho de Almada, 76% do total no caso do concelho do Barreiro, e 87% do total de crescimento populacional do concelho do Seixal.

⁷³ Fonseca, M^a Lucinda, População e Território, Do País à Área Metropolitana, p.68 a 83.

Ver as referências já apresentadas sobre esta questão nomeadamente as obras citadas de Arroiteia, J. e Nazareth, M. .

Quadro 13

Saldos migratórios por concelhos, de 1950 a 1991.

S.M	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Alcochete	884	711	-395	-1120
Almada	22171	30595	36571	-1679
Barreiro	3219	23199	19986	-5161
Moita	8120	7286	11158	7592
Montijo	2147	9865	-7320	-1188
Palmela	-1713	943	11778	6304
Seixal	3595	15910	50839	18642
Sesimbra	346	-1338	5784	3141
Setúbal	-2999	3744	23464	982
P. de Setúbal	35770	90915	151865	27513

Fonte: Estatísticas demográficas 1951 a 1991

IX a XIII Recenseamentos Gerais da População

Nos anos 70, Almada intensificou o nível líquido da atracção populacional (+5975), Barreiro iniciou a sua perda de vigor atractivo (- 3213) e Seixal, pelo contrário, aumentou abruptamente a sua capacidade de atracção líquida(+34929). Corresponde, igualmente, a esta década o intensificar da atracção líquida do concelho de Setúbal (repulsivo em na década de 50) e dos concelhos a este ligados- Palmela que na década de 50, e Sesimbra, passados dez anos, se apresentavam como concelhos repulsivos.

Moita apresenta uma dinâmica particular, sendo um concelho que manteve uma certa continuidade nos valores dos saldos migratórios que, embora aumentem da década de 50 à de 70 (com excepção feita a 1960/70), não se observam subidas nem valores excessivamente elevados quando comparados com a situação de outros concelhos

mais atractivos como Almada (desde 1950/60 até 1970/81), Barreiro (em 1960/70) ou Seixal (em 1970/81). Por outro lado, nos anos 80, Moita é, juntamente com Palmela e Seixal (com o dobro dos saldos registados nos concelhos anteriores), um dos concelho de maior atracção líquida da Península. Situados na continuidade geográfica de Moita, Alcochete e Montijo apresentaram saldos migratórios negativos a partir da década de 70, período onde se observaram nos restantes concelhos da península aumentos consideráveis dos volumes dos saldos migratórios - nesta década o excesso de entradas sobre as saídas, em média por anos, por cada 100 residentes, não atingia a unidade em Alcochete e no Montijo, o decréscimo migratório resumia-se a 2 efectivos, por ano, por 100 residentes. Curiosamente, Montijo tornou-se menos repulsivo entre os anos 70 e os anos 80 pois houve uma diminuição do excedente total de saídas sobre o total de entradas (uma variação absoluta de +6132).

Na última década, 1981/91, a Península de Setúbal dividia-se entre concelhos de repulsão e de atracção líquidas. Temos para o primeiro caso, Alcochete, Almada, Barreiro e Montijo; e para o segundo, Seixal, Moita, Palmela, Sesimbra e Setúbal. Os concelhos do primeiro grupo, juntos pelo facto de apresentarem um excesso de saídas sobre as entradas neste período, distinguem-se pela sua dinâmica migratória anterior, ou seja, pelo momento em que se tornaram concelhos repulsivos- primeiro Alcochete e Montijo em 1970/81 e só depois Almada e Barreiro (1981/91)-, e ainda pela intensidade dos saldos migratórios registados em década anteriores. O segundo grupo de concelhos apresenta saldos migratórios positivos, embora com intensidades distintas -Seixal apresentava saldos migratórios mais elevados do que os restantes concelhos (68% do total dos saldos migratórios da Península), Moita e Palmela com saldos com valores próximos, seguindo-se os concelhos com níveis de atracção líquida inferiores, Sesimbra e, principalmente, Setúbal.

De forma a melhor ilustrar a atracção populacional dos vários concelhos, procurou-se medir o peso da população migrante no volume da população residente. Para tal,

comparámos a informação disponível, por concelhos, nos recenseamentos de 1950 e 1981, isto porque, apesar das diferenças quanto à população base -presente em 1950 e residente em 1981-, a manutenção do critério de segmentação da população segundo a naturalidade dos residentes possibilita a comparação entre dois momentos distintos no tempo. Quanto à utilização deste critério como indicador referencial do comportamento migratório, COURGEAU⁷⁴ alerta-nos para a relatividade com que deve ser tratado devido aos erros potencialmente associados à recolha de informação, como seja, o simples desconhecimento ou o erro na declaração do local de nascimento pelo agente recenseado. Salaria ainda que a questão da naturalidade dos residentes pode transmitir uma visão errónea do fenómeno e da sua intensidade num país, ou região, onde a migração é muito frequente. Diz o autor que «(...) Le dernier problème, posé par la question sur le lieu de naissance, se trouve dans le risque d'une utilisation incorrecte de ces statistiques. En effet devant un tableau crissant lieu de naissance et lieu de résidence au recensement, le chercheur peut être tenté de faire l'hypothèse que les individus n'ont effectué qu'un seul déplacement au cours de leur existence, les conduisant directement du lieu de naissance au lieu de recensement. (...)»⁷⁵

Como a informação sobre o local de naturalidade aparece no recenseamento de 1981, apenas discriminada ao nível do distrito, e não ao nível do concelho, optámos por considerar como população não migrante os naturais do distrito de Setúbal (porque inclui os concelhos em causa), e como população migrante os naturais de outros distritos do país e também os naturais do estrangeiro. De forma a tornar a informação comparável, optámos por considerar no censo de 1950 como não migrantes os naturais do mesmo concelho e de concelhos do mesmo distrito, e como migrantes os naturais de outro distrito do Continente, das províncias ultramarinas e do estrangeiro.

⁷⁴ Courgeau, Daniel, Méthodes de Mesure de la mobilité spatiale. migrations internes, mobilité temporaire, navettes, 1973, p.54-55.

⁷⁵ vide nota nº 23, p. 55.

Quadro 14

Migrantes (valor absoluto) e taxas de variação (%), por concelho, em 1950 e 1981

	1950	1981	dif 1981-50	Tx Var. 50/81
Alcochete	1499	3687	2188	+ 146
Almada	22547	109240	86693	+ 384
Barreiro	12989	55407	42418	+ 326
Moita	6190	30101	23911	+ 386
Montijo	7852	14646	6794	+ 87
Palmela	3396	10774	7378	+217
Seixal	4702	65561	60859	+1294
Sesimbra	857	6801	5944	+ 693
Setúbal	13355	36880	23525	+ 176
P. de Seúbal	73387	333097	259710	+ 354

Fonte: IX e XII Recenseamentos Gerais da População.

Nos trinta anos passados entre os dois momentos censitários, registou-se um aumento substancial da população migrante em todos os concelhos, de cerca de 354% se considerarmos como valor médio a variação global para a península. Almada, Barreiro e Moita foram concelhos que beneficiaram em muito das entradas, mas Seixal foi, entre todos, o concelho onde a variação da população migrante foi mais intensa (+1294%). Nestes concelhos a população migrante possuía uma forte expressão, pois, em 1981, o seu peso relativo no quantitativo total de residentes correspondia a 74% do total em Almada, 73% do total no Seixal, 63% do total no Barreiro e 56 % do total em Moita.

Nos restantes concelhos, as variações, embora intensas, foram menos expressivas - em Palmela a variação foi de 217%, em Setúbal 176% e em Alcochete foi de 146%- , sendo no entanto de salientar a situação do Montijo onde o aumento dos quantitativos

de migrantes não atingiu os 100%, e de Sesimbra cujo valor da taxa de variação (+693%) se deve sobretudo ao quantitativo reduzido de migrantes presentes no concelho em 1950. Nestes concelhos, em 1981, a percentagem do peso de migrantes na população residente era muito menos significativa que nos concelhos como Almada, Seixal ou Barreiro, em Alcochete correspondia a 33% do total da população residente, Montijo a 39% do total, em Palmela e Sesimbra a 29% do total, e em Setúbal a 37% do total.

Quanto à estrutura da população migrante verificou-se que existe uma predominância das mulheres migrantes no total, ou seja, os valores das relações de masculinidade (H/M*100) calculadas para os concelhos da península rondavam os 95 homens por cada 100 mulheres, sendo em alguns concelhos inferior a este valor (em Alcochete e na Moita o rácio era de 85 homens por 100 mulheres). A predominância do quantitativo de mulheres na população migrante é uma regularidade tendencial, observada ao nível das migrações internas, que diz que quanto menor é a distância maior será a preponderância de mulheres migrantes no total da população migrante. Ravenstein, no seu célebre estudo sobre as migrações internas, concluiu, enquanto lei, que entre os *migrantes de curta distância predominam as mulheres*.⁷⁶ No caso concreto da área metropolitana de Lisboa, FONSECA⁷⁷ aponta como razões explicativas da preponderância de mulheres na população total « (...) a importância, no passado, das migrações de mulheres provenientes de áreas rurais e que vinham para as cidades trabalhar como empregadas domésticas internas (...)» ou ainda, a razões familiares, «(...) as migrações dos homens serem frequentemente indutoras de migrações posteriores de mulheres quer por reunificação familiar, (...) quer pelo casamento(...)».

⁷⁶ Arango, Joaquín, "Las leyes de las migraciones de E. G. Ravenstein, cien años despues", p.13.

⁷⁷ Fonseca, M^a Lucinda, População e Território, Do País à Área Metropolitana, p.149.

Tendo em conta os dados disponíveis nos XII e XIII Recenseamentos sobre o quantitativo de entradas, de origem interna ou externa, e saídas (para outro concelho no interior do país), procurámos, por um lado, ilustrar um período incluso nos anos considerados anteriormente (quadro 15) e, por outro lado, tecer considerações sobre um contexto mais actual -o último recenseamento. Numa tentativa de uniformizar a informação, relacionou-se os fenómenos observados com as populações médias em cada um dos períodos (optámos apenas por 1979/81 e 1989/91 por corresponderem a períodos de tempo semelhantes) mediante o cálculo das taxas de imigração interna e externa (total de entradas de origem interna e de origem externa, em média, por ano, por cada 1000 residentes no período considerado), taxa de emigração interna (total de saídas para outros concelhos, por ano, por 1000 residente no período considerado) e, por último, a taxa de migração líquida (diferença encontrada entre a taxa de imigração e a taxa de emigração). Quanto à forma utilizada para estimar a população de 1979 (assim como de 1989) consistiu no somatório do total de indivíduos que não tinham mudado de residência (em 1981 face às migrações de 1979 (idem para 1989) mais o total de imigrantes internos e externos, entre 31.12.79 e 16.03.81 (procedemos de igual modo para 1989)⁷⁸. Por outro lado, partindo do princípio que para cada momento houve uma igual repartição da intensidade migratória por ano, dividimos o quantitativo migratório (entradas e saídas) em 1979 por 1.21, e 1989 por 1.29⁷⁹. Assim, teremos uma uniformização dos dados, de modo a que as taxas encontradas sejam sempre referentes ao número de entradas, saídas ou saldos observados por ano, por cada 1000 residentes no concelho.⁸⁰

⁷⁸ Para estimar a população foi utilizada a metodologia proposta por Sá, M^a João Araújo e, Condicionantes demográficas da evolução discente do ensino básico no distrito de Aveiro, 1988, p.35.

⁷⁹ Para 1979/81 o valor 1.21 diz respeito a 1 ano mais a ponderação de 2,5 meses ((31+29+16)/365), e para 1989/91 diz respeito a 1 ano mais a ponderação de 3,5 meses, devido aos momentos temporais em que foram realizados os recenseamentos de 1981 (16.03.81) e de 1991 (16.04.91).

⁸⁰ Nazareth, J. Manuel, Princípios e Métodos de análise da Demografia Portuguesa, 1988, p.301-302.

Quadro 15

Taxas de imigração interna e externa, Taxa de emigração externa e taxa de migração total líquida, por concelhos, para 1979/81, e 1989/91 (valores em ‰)

	1979/81			1989/91		
	Tx de imig. (ext.)	Tx emig int.	Tx mig.Total líquida	Tx de imig. (ext.)	Tx emig Int.	Tx mig.total líquida
Alcochete	29.04 (2.8)	16.08	+12.97	17.47 (4.60)	14.02	+3.45
Almada	34.01 (5.39)	30.92	+3.10	19.08 (4.37)	19.10	-0.02
Barreiro	39.75 (5.68)	25.54	+14.22	13.40 (2.59)	18.89	-5.49
Moita	82.97 (8.88)	15.24	+67.73	21.73 (4.01)	13.91	+7.83
Montijo	26.13 (5.04)	23.30	+2.83	16.60 (2.55)	12.47	+4.13
Palmela	36.04 (4.18)	19.26	+16.78	27.94 (3.65)	11.66	+16.28
Seixal	90.52 (8.54)	17.51	+73.01	31.11 (5.32)	14.76	+15.29
Sesimbra	42.54 (4.62)	22.01	+20.53	26.69 (3.12)	11.40	+8.62
Setúbal	32.63 (4.38)	18.70	+13.93	13.74 (3.18)	13.74	+0.08
P. de Setúbal	47.58 (5.88)	22.73	+24.85	20.68 (3.97)	15.58	+5.10

Obs: A taxa de imigração total engloba entradas internas e externas. Entre parêntesis encontram-se os valores das taxas de imigração externa. Fonte: XII e XIII Recenseamentos Gerais da População

1979/81

Em 1979/81, todos os concelhos da Península são concelhos atractivos, apresentando um excesso de entradas sobre o total de saídas. No entanto, existem diferenças pontuais quanto aos níveis de atracção observados para cada um dos concelhos. Os concelhos de Seixal e Moita são por excelência concelhos de atracção populacional, quer pelos valores das taxas de imigração observados - neste período por cada 1000 residentes entraram, por ano, no concelho cerca de 91 indivíduos no Seixal, e 83 efectivos na Moita - , quer pelo facto dos valores das taxas de emigração serem os mais baixos encontrados na península. Alcochete e Montijo apresentavam níveis de

imigração inferiores aos restantes concelhos- as taxas de imigração não atingem os 30‰ -, sendo que, no caso do Montijo, o volume de saídas quase iguala o das entradas (a taxa de emigração total líquida é de cerca de 3‰). Numa situação algo idêntica encontra-se Almada, com uma taxa de migração total líquida de 3‰, o que demonstra a perda da capacidade atractiva deste concelho no final da década de 70. Mais uma vez se constata a predominância das entradas internas sobre as de origem externa, sem que no entanto se atribua algum significado ao valor destas, pois à semelhança do que se observou no país no pós-25 de Abril é possível que reflectam ainda o peso do retorno de portugueses provenientes das ex-colónias (sobretudo nos concelhos da Moita e Seixal).⁸¹

1989/91

Quanto a 1989/91, os valores das taxas indicam uma forte diminuição da intensidade dos movimentos migratórios com destino aos concelhos da península, pois se no período anterior entraram a mais do que saíram nesta região, em média, por ano, 25 indivíduos por cada 1000 residentes no total da população, neste período esse excedente é de apenas 5 indivíduos (uma variação negativa de 80%). Em termos globais detecta-se igualmente a expressão quantitativa das entradas de origem externa em todos os concelhos, o que pode estar relacionado com os fluxos de estrangeiros que na década de 80 se fixaram em Portugal. Como atenta J. F. ALMEIDA a propósito destes fluxos de imigrantes, « (...) os imigrantes concentram-se de forma maioritária nas zonas urbanas do país, nomeadamente nos distritos de Lisboa e Setúbal (...). assim, se em termos globais essa população não apresenta mais de 1% a 2% do total

⁸¹ Segundo J. F., ALMEIDA, a população retornada fixa-se sobretudo em Lisboa e Vale do Tejo sendo que « (...) o impacte demográfico do retorno em conjunto com as fortes migrações internas explicam o grande aumento de população aí ocorrido entre 1970/81. (...)». Almeida, João Ferreira e outros, "Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos", p.312.

da população do país (...) já em certas zonas da AML o peso percentual dos imigrantes poderá atingir valores seis ou sete vezes maiores (...)»⁸².

Tendo em conta os valores das taxas de migração total líquida podemos segmentar a península em conjuntos de concelhos que apresentam valores semelhantes - existe um grupo de concelhos com taxas negativas (Barreiro) ou quase nulas (Almada e Setúbal); outro grupo de concelhos com taxas positivas baixas (Montijo e Alcochete e Moita); e, por fim, um último grupo de concelhos com taxas de migração total líquida positivas mais altas mas bastante inferiores ao período anterior (rondam os 16%o nos concelhos de Palmela e Sesimbra e Seixal).

⁸² Almeida, João Ferreira e outros, " Recomposição sócio-profissional e novos protagonismos", p.312-313.

Naturalidade dos migrantes internos

A partir da análise do indicador referente à naturalidade dos migrantes a residir na península, verificámos que, embora oriundos de todas as áreas do país, existe uma predominância dos naturais do distrito de Lisboa e dos naturais do Alentejo e Algarve (distrito de Beja, Évora, Portalegre e Faro) no total dos residentes na península. Transparecem na origem dos fluxos migratórios, um com características urbanas e outro portador de ruralidade, dois tipos de intenções quanto à mobilidade no espaço: no primeiro caso denominamos de intenção de manutenção, no segundo caso, de intenção de aproximação. Estes dois tipos de intenções estão intimamente relacionados com a influência exercida por Lisboa, quer na partilha dos fluxos migratórios de efectivos oriundos de regiões repulsivas do país, quer na movimentação dos indivíduos no interior da área metropolitana pela participação dos concelhos da margem sul no processo de suburbanização de Lisboa.

No primeiro caso, a tentativa de manutenção é medida pela proporção de migrantes naturais do distrito de Lisboa a residir nos concelhos da península. Neste caso, os objectivos subjacentes ao acto de migrar visam sobretudo a tentativa de manter a relação funcional com o espaço ao nível da localização do emprego, manutenção das redes familiares e de convivência, partilha da vivência urbana, etc. sendo que a mobilidade envolve uma curta distância. Sobre esta questão recorreremos à «tipologia dos movimentos humanos» proposta por Roseman⁸³, onde é defendido que a localização da residência principal funciona como um «centro de gravidade» donde se parte e aonde se regressa, formando-se à volta desse ponto um leque de movimentos permanentemente efectuados-ida e vinda do local de trabalho/ escola, compras, todo um leque de actividades desenvolvidas pelos indivíduos. Assim, o acto de migrar implica obrigatoriamente uma alteração do «centro de gravidade» pela mudança de

⁸³ Lewis, Human Migration. A geographical Perspective, p.16-17.

residência principal. Ora, essa alteração pode ser parcial («partial displacement migration») na medida em que a alteração da nova residência implica apenas a mudança de algumas actividades e não de todas, ou seja, não implica uma reformulação total do ciclo de movimentos originando uma certa continuidade na mudança. Assim, parece-nos pertinente abordar a questão dos migrantes, naturais de Lisboa, a residir em concelhos da península de Setúbal, nesta perspectiva, onde a minimização das distâncias e, entre outros aspectos, a maior facilidade em encontrar alojamento a preços mais acessíveis na periferia, estão na origem do movimento

No segundo caso, incluímos o chamado êxodo rural⁸⁶ materializado nas «partidas das zonas rurais» para as «zonas urbanas», onde a intenção subjacente ao acto de migrar era de concerteza encontrar melhores condições de vida -emprego, atracção pelo ambiente citadino, benefício dos transportes,...- que se encontravam fortemente centralizadas nas áreas urbanas em detrimento da zonas rurais. A percepção da importância dos «factores de atracção da área de destino» e a materialização da mobilidade pela partida corresponde à intenção de aproximação no comportamento dos migrantes que se fixaram na península.

Tal como exemplifica CRUZ⁸⁷, a propósito do êxodo rural para concelhos da península, «(...) tanto na Moita como em Almada, tais comportamentos explicam-se pelo facto de ambos estimularem o êxodo de populações provincianas não pelas suas fontes de interesse mas pela vizinhança de outros motores de sucção mais importantes: Lisboa, no caso de Almada, e Barreiro, no caso da Moita» e, igualmente, salienta a importância do desenvolvimento da linha férrea (terminal no Barreiro e Montijo), « (...) Através de caminhos ásperos atinge-se a estação, onde se entrega o dinheiro amealhado que tornará acessível a cidade. Uma vez nesta, segue-se a procura ávida de empregos rurais, fabris ou em construções: empregos à sua altura... É sobretudo a periferia urbana de que participa a Margem Sul do Estuário do Tejo que os proporciona.»

Segundo os dados do censo de 1981, o peso dos migrantes oriundos do Alentejo e Algarve correspondia a 37% do total dos migrantes internos a residir em concelhos da península, sobretudo no Barreiro e Alcochete (42% do total dos migrantes residentes nestes concelhos), do Montijo (47% do total de residentes migrantes no concelho), Moita, Palmela e Setúbal (entre 50% a 56% do total idem). Assim, podemos concluir que, ao inverso do que observamos anteriormente, será nos concelhos de Almada e Seixal, onde o peso de lisboetas na população residente é mais significativo, que o peso relativo dos oriundos das regiões do Alentejo e Algarve é menor- correspondente

⁸⁶ Segundo ALARCÃO, o «êxodo rural = Repulsão rural-Atracção rural». Alarcão, A. Mobilidade Geográfica da População..., 1969, pp.242.

⁸⁷ Cruz, M^a Alfreida, A margem sul do Tejo. Factores..., 1973, pp. 201-2.

a 27% do total de residentes em Almada e 30% no Seixal, enquanto que a população de Lisboa corresponde a 41% do total dos residentes em Almada e a 35% do total no Seixal.

Conclusão

Em resumo, podemos concluir que se assistiu nesta última década a uma perda da capacidade atractiva da península, os saldos migratórios diminuíram abruptamente em todos os concelhos, sendo que, em alguns casos, se registam saldos negativos. No entanto, desde a década de 50, e fundamentalmente a partir da década seguinte, os saldos migratórios revelam a forte capacidade atractiva líquida dos concelhos da península. Esta capacidade de atracção deve ser devidamente concretizada e contextualizada:

- Almada, Barreiro e Seixal apresentam-se como concelhos de forte atracção populacional, sendo as suas dinâmicas demográficas fortemente condicionadas pelo crescimento migratório. Segundo os dados do último censo, Almada e Barreiro tornaram-se concelhos repulsivos líquidos, o que no primeiro caso pode revelar uma certa estagnação e partilha da capacidade de atracção de população com concelhos limítrofes de crescimento rápido, como Seixal (crescente industrialização e incremento da função residencial); no segundo caso, pode tratar-se de um certo fechamento induzido pela perda da intensidade dos fluxos de migrantes rurais oriundos do sul do país que se fixavam nesse concelho. Do desenvolvimento deste concelho muito beneficiou o concelho de Moita (considerado como região-súrbio do Barreiro) que foi mantendo níveis de atracção líquidas com importância ao longo do tempo, sendo a sua população marcada por um considerável peso relativo de migrantes (a taxa de variação de 1950/81 foi de +326%).
- Alcochete e Montijo não partilharam o crescimento acelerado que marcou as dinâmicas de concelhos como Almada, Barreiro ou Seixal - os ritmos de crescimento foram baixos e, a partir da década de 70, negativos, os saldos migratórios tiveram pouca expressão e o peso dos migrantes na população concelhia é inferior aos restantes concelhos. Tratam-se portanto de concelhos

marginais com fraca capacidade de atracção líquida patente ao longo do período temporal considerado, e onde o crescimento migratório (excepção da década de 60 para o Montijo) pouco contribui para o crescimento populacional, sendo pelo contrário responsável pela situação inversa.

- Setúbal, Palmela e Sesimbra são concelhos atractivos em 1981/91. Setúbal é um concelho com um volume populacional que excede os 100000 habitantes (103634 efectivos) para o qual contribuíram fluxos de migrações rurais que datam do século passado, enquanto que Sesimbra e Palmela são concelhos com volumes populacionais baixos, mas onde se vislumbra nos últimos anos, uma relativa importância dos saldos migratórios.

Associada à acessibilidade dos concelhos face à capital encontra-se o processo de suburbanização dos concelhos da Península de Setúbal, que ditou a sua integração na área metropolitana de Lisboa. Assim, vemos que os concelhos da margem sul que se encontram incluídos na primeira «coroa», mais próximos de Lisboa, foram beneficiários em termos de reestruturação sócio-económica e, como tal, cedo se tornaram concelhos atractivos para uma população oriunda de concelhos repulsivos que procurava melhores condições de vida, assim como serviram de território extensivo da capital albergando neles população lisboeta (veja-se o peso da população natural de Lisboa a residir em Almada e Seixal em 1981). Um dos factores mais importantes, considerado como motor do processo de suburbanização, foi a abertura da ponte 25 de Abril (1966) cujo impacto foi referenciado anteriormente, quer ao nível da utilização do espaço de que são exemplo as concentrações industriais induzidas por Lisboa e o incremento da função residencial, quer ao nível da dinâmica populacional. Os concelhos de Almada, desde 1950, e Seixal, uma década mais tarde, demonstram bem esta evidência: em 1960/70, os ganhos populacionais foram em média por ano, por 100 habitantes, no concelho de Almada cerca de 4 indivíduos, e, na mesma data, no

Seixal esses ganhos foram de 6 indivíduos (quando na década anterior a taxa de crescimento anual médio foi de 2.53%). O concelho de Almada desde cedo deve ser encarado como «bairro periférico» de Lisboa devido às suas ligações fluviais que, ao garantirem o acesso rápido a Lisboa, lhe permitem participar antecipadamente no processo de urbanização -na década de 50 o crescimento foi, em média por ano, por 100 habitantes, cerca de 5 indivíduos/ano, quando a média da península correspondia a 2 efectivos, por cada 100, em média por ano.

Nas décadas posteriores, o reflexo da ponte é notório no concelho do Seixal, por um lado, pelo incremento da função residencial que aumenta, em dez anos, cerca de +154%, e, por outro lado, o crescimento migratório intensifica-se - o excesso de entradas sobre as saídas atingia neste concelho, em média por ano, o montante de 90 efectivos por cada 1000 residentes-, o que demonstra bem a importância dos efeitos resultantes da acessibilidade face a Lisboa pelo acesso directo da ponte.

Comparativamente, temos os concelhos do Montijo e Alcochete, marginais face à ponte, à mercê da sua dinâmica intrínseca, 'excêntricos' quanto ao desenvolvimento das suas estruturas sócio-produtivas e na sua relação com Lisboa. O resultado do seu afastamento face à capital correspondeu à impossibilidade de partilha do dinamismo por ela imposto, fazendo com que em termos de dinâmica migratória estes concelhos se apresentem repulsivos já na década de 70. O concelho do Montijo apresenta semelhanças de partida, se considerarmos o momento de início de suburbanização da margem sul (década de 50), com concelhos como o Seixal e Barreiro, nomeadamente em termos do efectivo populacional e do valor dos saldos migratórios para essa data. No entanto, em décadas posteriores, afasta-se e perde dinâmica, o que nos permite concluir que este concelho se alheou, em muito, da dinâmica induzida por Lisboa principalmente devido à sua falta de acessibilidade - menos dependente de Lisboa em termos de emprego, e possui, comparativamente aos concelhos anteriores, uma quota reduzida do total da população lisboeta a residir na península de Setúbal.

O concelho de Alcochete apresenta semelhanças relativamente à atrofia do concelho do Montijo, mas de forma mais incisiva. Mais afastado de Lisboa, sem ligação fluvial, apresenta níveis de suburbanização muito inferiores que transparecem no volume da sua população, nos baixos valores de densidade populacional e, especialmente, da densidade urbana. A dependência que mantém com Lisboa é nula, o que revela o seu fraco grau de integração- a população lisboeta a residir no concelho não atinge o 1% do total (1981). Ou seja, se relativamente ao Montijo conseguimos delinear um percurso caracterizado por uma certa estagnação e decréscimo nas últimas décadas, em termos da importância estratégica face a Lisboa⁸⁸ e da dinâmica demográfica, no que respeita a Alcochete, parece verificar-se uma certa continuidade no percurso do seu desenvolvimento.

Partindo do pressuposto que a uma reconfiguração dos espaços corresponderá uma alteração do padrão de mobilidade das populações, os reflexos, a médio ou longo prazo, nos sistemas demográficos das estruturas sociais expostas a essa nova realidade serão visíveis. Tal como o foram nos concelhos que antecipadamente sofreram a influência de uma acção impacte semelhante. São estes dois tipos de concelhos, Alcochete e Montijo, que expostos a uma mesma realidade, abertura de uma nova zona de influência 'directa' de Lisboa proporcionada pela nova acessibilidade viária, que interessa auscultar em termos de evolução futura - nomeadamente nos efeitos da variável movimentos migratórios nas estruturas demográficas das populações destes concelhos.

⁸⁸ Tal como salienta SALGUEIRO, « O Montijo, utilizado embora para veraneio dos lisboetas, era um lugar importante das comunicações, pois aqui terminava a estrada que ligava Lisboa a Madrid, via Badajoz, e onde circulou a malaposta. Para aqui afluíam muitos produtos do Alentejo e, por isso, atraiu a localização das fábricas de cortiça e salsicharia, (...)». Salgueiro, Teresa, B., A cidade em Portugal, 1992, p. 85.

Cap III

Os efeitos da dinâmica migratória no perfil demográfico das populações dos concelhos de Montijo e de Alcochete

Introdução

Após analisada a diversidade que caracteriza os concelhos inclusos na Península de Setúbal, quer no referente à realidade sócio-económica, quer na vertente demográfica, podemos seguramente concluir que existe uma forte relação entre o sistema demográfico e a estrutura societal. Do que podemos observar no passado do impacte do crescente processo de integração dos concelhos da península, em tempos diferenciados, na Área metropolitana de Lisboa teve como reflexo o aumento da capacidade de atracção populacional da área suburbana -fixação de naturais de Lisboa, como ainda, de oriundos de outras regiões do país. Mas se este fenómeno foi resultado, também foi causa. Para o comprovar basta recorrer à importância do crescimento migratório como condicionante explicativa dos desiguais volumes populacionais e eventuais estruturas populacionais, do peso diferenciado da população urbana nos concelhos, e até no distinto grau de urbanização encontrado entre os concelhos mais atractivos e os mais repulsivos.

Os concelhos do Montijo e de Alcochete surgem como concelhos paradigmáticos de realidades sociais marginais na área metropolitana de Lisboa - baixos níveis de urbanização, ritmos de crescimento populacional baixos ou negativos em décadas de forte crescimento registado na maioria dos concelhos da península, capacidades de atracção líquidas baixas, níveis de envelhecimento demográfico mais acentuados- o que em última análise transparece na relação pouco dependente que possuem com Lisboa e na conseqüente integração na área metropolitana -acessos morosos a Lisboa que marcam a diferença destes concelhos comparativamente aos restantes, fraca relação funcional com Lisboa medida na intensidade dos fluxos pendulares dos residentes nestes concelhos com destino a Lisboa, ou ainda na baixa percentagem de efectivos naturais de Lisboa a residir nestes concelhos (recenseamento de 1981).

Assim, neste capítulo procurou-se avaliar o tipo de efeitos que a nova localização estratégica a que estes concelhos irão estar sujeitos poderá provocar no seu sistema demográfico, à semelhança das tendências observadas noutros concelhos da península, onde a a acessibilidade directa e proximidade a Lisboa os fez participar mais intensamente no processo de suburbanização com efeitos visíveis ao nível da dinâmica das suas populações -veja-se o caso dos concelhos de Almada ou de Seixal. Assim, procurou-se avaliar a forma como os sistemas demográficos dos concelhos de Montijo e de Alcochete serão afectados, partindo do pressuposto que, tal como se observou nas dinâmicas demográficas de realidades expostas a situações idênticas, os efeitos serão sobretudo reflexo de alterações do sentido e intensidades actuais da componente movimentos migratórios. Para tal, iremos proceder à construção de cenários demográficos futuros, resultantes da conjugação de hipóteses referentes às tendências particulares de comportamento dessa componente, de forma a evidenciar os seus efeitos nas estruturas demográficas das populações dos concelhos de Montijo e Alcochete.

Metodologia

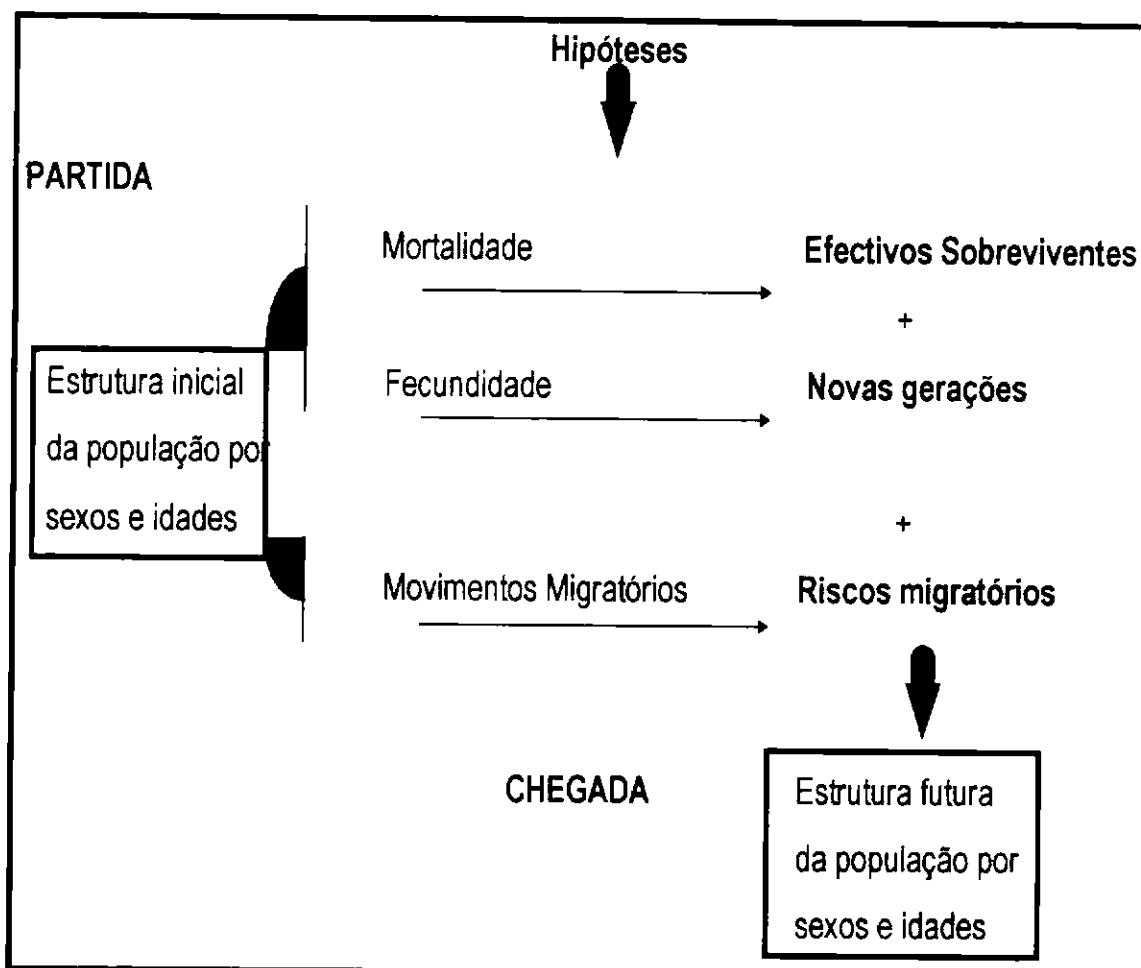
O método que privilegiámos para a materialização dos cenários demográficos futuros foi o *Método das componente por cohortes*, segundo o qual se submete um conjunto de gerações a condições (variáveis ou constantes) de mortalidade, fecundidade e comportamento migratório para se obter o total populacional, repartido por sexos e idades (fig.5).

Sendo o objectivo preponderante deste trabalho descortinar os efeitos, nas estruturas e nas dinâmicas populacionais, do que consideramos ser o principal factor impactante no sistema demográfico das unidades de análise escolhidas- a reconversão dos perfis demográficos pela inversão do sentido dos saldos migratórios observados na década de 80-, torna-se possível, devido à dinâmica implícita a este método, possibilitar o tratamento diferenciado da evolução futura das variáveis demográficas e, desta forma, evidenciar os efeitos do processo migratório ao simular cenários demográficos que dependam exclusivamente das hipóteses escolhidas sobre o evoluir dessa componente.

Sendo o período de projecção fragmentado por intervalos regulares de tempo (quinquénios), as hipóteses podem definir diferentes comportamentos das componentes para cada período, permitindo uma maior liberdade de extrapolação, de modo a que os resultados obtidos resultem de um processo dinâmico e não de uma construção meramente estática.

Fig 5

Representação gráfica do método por componentes



Fonte: Wattelar, Christine, "Les perspectives demographiques..."

Será com base neste método que iremos concretizar o nosso estudo prospectivo simulando os cenários demográficos até ao anos 2010, para os concelhos do Montijo e Alcochete, partindo da estrutura populacional, por sexos e idades, de cada concelho observada em 16.04.1991⁸⁹. Os cenários alcançados serão resultantes das hipóteses delineadas quanto ao evoluir das variáveis microdemográficas no período temporal

⁸⁹ A fonte será o Recenseamento Geral da População realizado em 16.04. 91, estabelecendo, no entanto, como início do período prospectivo a demarcação temporal de 31.12.1990, na medida em que se torna útil para efeitos de uniformidade dos horizontes temporais escolhidos -quinquénios- para este estudo, e de pensarmos que não se justifica em termos de complexidade de cálculo proceder ao desmembramento dos quatro meses que ultrapassam essa data.

considerado, podendo deste modo dividir-se em dois tipos :

- cenários que partem de um conceito de **população- fechada** onde não se verifica a influência da componente movimentos migratórios, sendo apenas contemplado o movimento fisiológico da população (nascimentos e óbitos);
- cenários que partem de um conceito de **população- aberta**, onde os resultados atingidos dependerão não somente do movimento natural da população mas também dos movimentos migratórios (entradas ou saídas) hipoteticamente elaborados.

Mortalidade

A escolha do procedimento adequado de projecção desta variável recaiu na manutenção das condições observadas para 1990/91, a partir da construção das tábuas de mortalidade por sexos separados (abreviada por grupos de idade quinquenais) para esse momento que informam sobre a intensidade do fenómeno, por idade ao longo da vida, de uma população fictícia se se mantiverem as condições observadas nesse período (1990/91) face à mortalidade.

Deste modo, obtivemos as probabilidades de sobrevivência por anos completos $-nPx-$, sexos separados e por grupos de idades, que serão mantidas constantes ao longo do período prospectivo, e aplicadas às estruturas populacionais de partida e seguintes (obtidas para cada quinquénio). A opção em manter constante a intensidade da mortalidade, por grupos de idade e por sexo, deveu-se ao objectivo preponderante deste trabalho ser a auscultação do impacte sobre as estruturas populacionais ao nível da componente movimentos migratórios e, como tal, remeteu-se as outras componentes demográficas (mortalidade e fecundidade) para um papel quase passivo em termos dos seus efeitos.

Fecundidade

Tal como foi salientado para a mortalidade, a evolução simulada da fecundidade seguirá o mesmo procedimento, ou seja, manter-se-á ao longo do período prospectivo o nível de fecundidade observado em 1990/91.

Mediante o valor do Índice sintético de fecundidade (I.S.F.) os nascimentos para cada quinquénio foram calculados utilizando-se a seguinte expressão⁹⁰

$$= \left[\left(\frac{\text{I.S.F.}(x) + \text{I.S.F.}(x+5)}{2} \times \frac{\text{pop.fem.}(x) + \text{pop.fem.}(x+5)}{2} \right) / 130 \right] \times 5$$

sendo necessário para obter os nascimentos masculinos multiplicar-se o resultado dessa expressão por 0.512, e no caso dos nascimento femininos por 0.488⁹¹.

Resumindo, optou-se por manter ao longo do período prospectivo as condições observadas em 1990/91 por se pretender, como já foi referido anteriormente, medir o efeito da variável micro-demográfica movimentos migratórios enquanto efeito e, deste modo, compreender de que forma o perfil das estruturas da população pode ser condicionado por essa variável.

⁹⁰ A metodologia para o cálculo dos nascimentos foi a proposta por SÁ, sendo a população feminina considerada para cada quinquénio correspondente à população feminina dos 15-44 anos repartida por uma *estrutura-tipo implícita*, obtida pelo somatório da população feminina por grupos de idade *o coeficiente respectivo - (pop. fem.15-19 anos*1)+ (20-25*7)+ (25-29*7)+ (30-34*6) + ((35-39*4)+ (40-44*1)-. Sá, Mª João, A., Condicionantes demográficas..., p.54 e 162

⁹¹ Estes valores resultam do valor consensualmente comprovado das relações de masculinidade dos nascimentos que se fixou em 1.05 (105 nascimentos masculinos por 100 nascimentos femininos) que salienta a predominância dos nascimentos masculinos sobre os efectivos femininos. Logo, a probabilidade de nascer homem será .512 (105/100+105) e mulher de .488 (100/100+105).

Assim, quanto à dinâmica natural teremos:

- Mortalidade (M) - manutenção dos valores dos nPx observados em 1990/91, sexos separados, ao longo dos quinquênios e que corresponde à esperança média de vida à nascença observada nesse período(e_0) ao longo dos quinquênios de 1990/2010 ;
- Fecundidade (F) - manutenção dos valores do índice sintético de fecundidade observado em 1990/91, ao longo dos quinquênios de 1990/2010.

	I.S.F. (90/91)	e_0 (90/91)
Alcochete -	1.36	76.21 anos (H) e 79.84 anos (M)
Montijo -	1.52	68.92 anos (H) e 77.14 (M)

Movimentos migratórios

Como já foi referido por diversas vezes ao longo deste estudo, os desafios colocados e os impactes da variável movimentos migratórios repercutir-se-ão nos perfis demográficos, dependendo, por um lado, da intensidade, sentido e continuidade dos fluxos migratórios, e por outro lado da repartição dos migrantes, ao nível etário e por sexo, que ao reunirem determinadas características, poderão alterar o sentido da tendência demográfica dos concelhos. Neste pressuposto sobressai a importância desta variável em termos de alteração da dinâmica demográfica de uma região, quer seja na revitalização das estruturas demográficas se se tratarem de entradas -veja-se por exemplo o caso do retorno das ex-colónias onde o regresso de efectivos em idade activa se reflectiu no rejuvenescimento da população em algumas zonas do país, principalmente de regiões da área metropolitana de Lisboa⁹²-, quer seja no acentuar e aceleração a longo prazo, das tendências de evolução, nomeadamente de envelhecimento das estruturas demográficas, se se tratarem de saídas intensas de efectivos em idade activa -como se observou para algumas zonas repulsivas do território nacional que perdiam população para zonas mais atractivas do país ou para o exterior. Por outro lado, trata-se de uma variável difícil de concretizar, pela diversidade que apresenta ao longo do tempo e pelos sentidos que engloba.

Ao nível do processo migratório poderemos tecer considerações quanto ao grau de atracção populacional de uma determinada região. Podemos eventualmente estabelecer relações entre o tipo e a intensidade dos fluxos migratórios e as condições sócio-económicas, produtivas, habitacionais, entre outras, das regiões, mas será sempre difícil extrapolar quanto à duração, regularidade ou estabilidade do fenómeno

⁹²Veja-se a este propósito o que diz Ferreira, António e outros, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", p.311.

no futuro a partir das tendências observadas no passado. Ora, é neste preciso ponto que reside a dificuldade e simultaneamente o interesse em estudar esta dimensão, pois senão existem dúvidas quanto à dificuldade da sua compreensão, também não existirão concertiza quanto à necessidade de a conhecer, ou, pelo menos, de delinear a sua evolução futura. Este desafio coloca-se principalmente ao nível da sua projecção.

Assim, sendo o objectivo deste trabalho detectar qual o efeito dos movimentos migratórios (particularmente das migrações internas) nas estruturas demográficas escolhemos como estrutura-tipo de migrações a repartição dos migrantes internos proposta por NAZARETH⁹³, quanto à repartição, por sexos e por grupos de idade quinquenais, dos saldos migratórios internos para a região da área metropolitana de Lisboa (região C).

⁹³ Nazareth, J.M., Portugal. Os próximos 20 anos, p.131,203 e 204..

Quadro 16

Estrutura-tipo relativa (%) dos movimentos migratórios, por grupos de idade (sexos separados)

Grupos de idade	Sexo Masculino	Sexo Feminino
0 a 4	6.50	9.90
5 a 9	4.19	2.20
10 a 14	5.90	8.30
15 a 19	15.79	8.00
20 a 24	16.60	13.69
25 a 29	16.60	13.70
30 a 34	5.09	8.70
35 a 39	5.00	8.60
40 a 44	2.79	7.00
45 a 49	2.79	7.00
50 a 54	2.60	4.50
55 a 59	2.60	4.50
60 a 64	2.39	2.00
65 a 69	5.60	1.00
70 + anos	5.49	0.90
Total	100.00	100.00

Fonte: Nazareth, Portugal. Os próximos 20 anos, p.203-204.

A estrutura-tipo proposta corresponde à repartição etária que pensamos melhor se adequar à população migrante masculina e feminina que eventualmente se fixará nos concelhos do Montijo e Alcochete. Compõe-se por uma predominância do peso dos grupos etários em idade activa -78% para as mulheres e 72% para os homens com especial importância do peso relativo dos efectivos com idades consideradas entre os 15 e os 30 anos com um peso de 49% nos homens e 37% nas mulheres-, sobre os restantes grupos etários - o peso relativo dos grupo dos jovens de 20% nas mulheres e 17% nos homens, e de velhos de 2% nas mulheres e 11% nos homens.

Hipóteses

A metodologia utilizada na definição da dinâmica migratória resultou da opção por se traduzirem as hipóteses em termos de saldos, repartidos pela estrutura-tipo apresentada anteriormente. Escolheu-se como indicadores de referência as tendências observadas no passado quanto à dinâmica migratório, por um lado dos concelhos do Montijo e Alcochete e, por outro lado, de concelhos sujeitos a pressões idênticas em condições similares- o caso do concelho de Seixal-, sendo utilizadas as taxas brutas de migração total líquida⁹⁴ calculadas a partir dos saldos obtidos indirectamente através do método da equação de concordância. Assim, ao utilizar os saldos migratórios não se torna possível particularizar a importância de cada um dos movimentos da variável movimentos migratórios, mas, simultaneamente, em termos de resultado final não se subestimará a intensidade de qualquer um deles.

No entanto, apesar de não descurarmos a importância dos outros vectores que compõem os movimentos migratórios, pareceu-nos pertinente considerar que os saldos migratórios observados são, em muito, reflexo de movimentos efectuados no interior do país, quer pela pouca importância quantitativa que as saídas para o exterior teve nestes concelhos, quer pelo peso das entradas externas resultar sempre inferior ao total das entradas internas .

A importância do retorno de emigrantes e a imigração, nomeadamente dos PALOP'S, que nestas últimas décadas se verificou com destino significativo às áreas suburbanas, podem ser analisadas em termos meramente indicativos pela informação disponível no

⁹⁴ O cálculo subjacente à taxa bruta de migração total líquida é o seguinte:
 $((\text{saldo migratório}/n)/P_x) * 1000$. v. NAZARETH, J. M. Principios e métodos de análise da Demografia Portuguesa, p.307.

recenseamento de 1981 e de 1991 -segundo a repartição da população residente nos concelhos por residência em 31.12.73, 31.12.79, e 31.12.89. O concelho do Seixal foi incluído porque se afirma como um dos concelho com um número mais elevado de entradas de origem externa no total dos concelhos da Península de Setúbal e, ainda, por servir de referência nas hipóteses a admitir para o caso dos concelhos de Montijo e de Alcochete como adiante explanaremos.

Quadro 17

Migrantes externos e respectiva proporção (%) sobre o total de entradas no concelho, por concelho

	1973/81	1979/81	1989/91
Seixal	13356 (42%)	912 (9%)	797 (15%)
Montijo	1994 (42%)	223 (19%)	118 (13%)
Alcochete	441 (30%)	38 (10%)	60 (20%)

obs: a proporção é feita a partir dos dados sobre o quantitativo de entradas observadas no concelho para cada uma das datas.

Fonte: XII Recenseamento Geral da População, I.N.E.

Em qualquer dos momentos considerados, existe uma predominância das entradas de origem externa sobre as oriundas do exterior no total de entradas. Com excepção do período de 1973-81, que reflecte a época conturbada que se viveu no país, o número de entradas de origem interna é muito superior ao número de origem externa, rondando os 80% do total de entradas.

Quanto à expressão da emigração que além de se caracterizar por uma tendência actual de diminuição brusca verificada ao nível nacional, o que se observou no passado confirma os distritos de Lisboa e Setúbal como regiões populacionalmente atractivas e com uma propensão quase nula ao nível da emigração.

Por outro lado, segundo os planos de planeamento (PDM'S) e o estudos de impacte ambiental (EIA) efectuados, aparece frequentemente a menção ao tipo de efectivos que se fixarão nos concelhos abrangidos pelas novas estruturas viárias, como sendo população jovem, em idade adulta, urbana, o que traduz uma reorganização de fluxos populacionais no interior da área metropolitana de Lisboa, sendo beneficiários os concelhos de Alcochete e Montijo. Vejamos algumas transcrições significativas de um desses documentos (EIA :1995):

« (...) A evolução demográfica e urbana seria essencialmente lenta e passaria pelo incremento residencial dado que se verifica já uma procura de habitação a preços controlados, procura essa efectuada na maioria por jovens (...) . Parte importante desta população jovem será natural do concelho, mas outra parte será originária de concelhos limítrofes, fazendo prever que, nas condições actuais, o concelho do Montijo evoluiria no sentido de dormitório de concelhos limítrofes com maior acessibilidade aos pólos empregadores da AML. (...) (p.115.);

(...) a população que potencialmente se fixará nos concelhos de Alcochete e Montijo será constituída essencialmente por jovens casais, população activa adulta e jovem adulta, em busca de habitação a preços compatíveis.

(...) Acredita-se que a nova população migrante, correspondendo em grande medida a um reequilibrar da densidade populacional da AML (p.129)

(...) A par deste processo, poderá ocorrer também um afluxo de população migrante do Alentejo e concelhos limítrofes a Sul, em busca de emprego e melhores condições de vida e habitação, para exercerem uma actividade essencialmente no sector industrial.»
(p.130)

Quanto às hipóteses escolhidas, as opções variaram entre a manutenção das tendências observadas no passado da dinâmica demográfica dos concelhos do Montijo e de Alcochete, nomeadamente do saldo migratório apurado de forma indirecta entre os momentos inter-censitários 1981 e 1991, e da extrapolação do observado no passado do concelho do Seixal para o período prospectivo.

Hipótese 1

Assim, temos uma primeira hipótese que preconiza a manutenção ao longo do período prospectivo das taxas brutas de migração total líquida observadas na década de 80, taxas que se apresentaram negativas e das quais, para serem utilizadas, se rectificou o valor observado em dez anos (1981 a 91) para cinco para corresponder de forma mais precisa a cada um dos quinquénios. Depois, a cada efectivo populacional admitido por quinquénio (estimado em função das componentes naturais) diminui-se o saldo migratório (obtido mediante a aplicação da referida taxa à população total do quinquénio anterior), tendo em conta a sua repartição por idades e diferenciação por sexos.

A escolha desta hipótese prende-se com duas razões, por um lado a necessidade de se perceber qual o efeito nas estruturas demográficas do concelho se se assistisse a uma situação de irreversibilidade do processo migratório passado em populações onde já se denotam características de envelhecimento demográfico, e, por outro lado, o interesse metodológico de ensaiar um cenário futuro que permitisse compreender se ao manter-se estável a dinâmica natural, caracterizada por uma mortalidade e fecundidade baixas, com efeitos marcantes no sistema demográfico, de que forma esses efeitos poderão ser ou não acentuados ao se associar uma situação de crescimento migratório negativo.

Quadro 18

H1 - Saldos migratórios admitidos para os quinquênios prospectivos, por concelhos (sexos separados).

	90/95	95/00	00/05	05/10	Total
Alcochete					
H	-265	-251	-235	-219	-970
M	-265	-252	-237	-220	-974
Total	-530	-503	-472	-439	-1944
Montijo					
H	-363	-352	-340	-326	-1381
M	-222	-219	-216	-211	-868
Total	-585	-571	-556	-537	-2249

obs. A taxa b.m.t.l. observada no concelho de Alcochete foi de -10.69 % (H) e -10.27% (M), e no concelho do Montijo foi de -4.18% (H) e -2.39 % (M).

Hipóteses 2 e 3

O pressuposto subjacente à hipótese 2 e à hipótese 3 foi o de admitir que se verificará a inversão do sentido do processo migratório observado na década de 80, passando os saldos migratórios de negativos a positivos nos concelhos de Montijo e de Alcochete. De forma a concretizar o grau de intensidade do fenómeno escolhemos uma unidade sócio-espacial que, a partir de tendências observadas no passado, funcionasse como referência, orientando a definição da dinâmica migratória das unidades de análise para o período prospectivo - o concelho do Seixal. A escolha da estrutura societal de referência teria, obviamente, que preencher determinadas exigências formais. Em primeiro lugar, tratou-se de escolher uma realidade peri-urbana, localizada numa área metropolitana onde não se encontrava plenamente integrada, sujeita, num determinado momento, a uma acção impactante com características similares à dos concelhos em estudo, traduzida numa reestruturação espacial resultante da construção de novas infraestruturas viárias. Em segundo lugar, tendo em conta o pressuposto base anteriormente definido, seria pertinente que a realidade escolhida fosse uma região cuja dinâmica demográfica fosse resultado de um processo migratório intenso onde fossem visíveis os efeitos e a importância desta componente no sistema demográfico. Por último, deveria ser uma região que no momento em que se expôs à acção impactante (momento de partida) apresentar alguma similitude ao nível de determinadas características da população com a dos concelhos em causa no início do período prospectivo.

Assim, sendo em nosso entender os dois primeiros requisitos apresentados como os mais importantes para a escolha da referência tipo, nomeadamente a sujeição a uma acção impactante semelhante e a intensidade manifesta da componente movimentos migratórios, optou-se pelo concelho do Seixal, pois, este concelho, tal como outros da margem sul, foi um exemplo paradigmático de estruturas sociais expostas a uma

acção impactante semelhante - a abertura da ponte sobre o Tejo (1966). No entanto, tal como enunciamos em capítulos anteriores, o impacto na estrutura concelhia do Seixal foi um dos mais fortes, por duas razões: em primeiro, porque ao contrário de Almada cuja abertura da ponte sobre Tejo apenas deu continuidade ao processo de suburbanização que a caracterizava desde a década de 1950 pela sua localização privilegiada face a Lisboa, o caso do Seixal caracteriza-se pelo quase iniciar do processo de suburbanização e de integração na área metropolitana a partir dessa altura - é na década de 60 e 70 que o ritmo de crescimento da população aumenta significativamente devido à grande intensidade dos saldos migratórios; em segundo, por ter sido este o concelho onde os efeitos no sistema demográfico são substancialmente visíveis, desde os ritmos de crescimento (resultante da intensidade positiva dos saldos migratórios observados nas décadas de 60 e 70, tendo sido o concelho que registou o maior aumento populacional nas últimas décadas, de toda a AML-Lisboa), às estruturas demográficas actuais (menor grau de envelhecimento na base e no topo comparativamente aos restantes concelhos da margem sul).

Quanto ao terceiro requisito, face aos indicadores escolhidos - dimensão da população, proporção de mulheres no período fértil, proporção de efectivos em idade activa- observados no concelho de Seixal (1960), em Alcochete e no Montijo (1981)- que permitem comparar o concelho do Seixal em 1960 com esses concelhos em 1991, pode-se concluir que se apresenta mais coerente a escolha (como referência) do concelho do Seixal do que, por exemplo, do concelho de Almada cujo efectivo populacional correspondia a 70968 indivíduos, em 1960.

Quadro 19

Efectivo populacional, % de mulheres no período fértil e % pop. idade activa (no total da população) , por concelhos, em 1960 e 1991.

	Seixal (1960)	Alcochete (1991)	Montijo (1991)
Efec. Populacional	20470	10169	36839
% mulheres per. fértil	27%	25%	25%
% pop. em idd activa	70%	68%	68%

Fonte: X e XIII Recenseamentos Gerais da população, I.N. E..

Depois de explanadas as razões que nos levaram a optar pelo concelho do Seixal como referência na determinação da intensidade dos fluxos migratório a estimar para os concelho em análise, resta-nos apresentar as hipóteses que servirão dois propósitos em simultâneo -o da plausibilidade e da vontade de dedução.

H2 - nesta hipótese escolhemos como ponto orientador o crescimento migratório mais elevado registado no concelho do Seixal, que se reporta à década de 70 - as taxas brutas de migração total líquida foram, em média por ano, de 80.39%o para os homens e de 75.57%o para as mulheres - a verificar-se em vinte anos (duração do período prospectivo). Ao estimar que, em vinte anos, o crescimento migratório nestes concelhos irá ser igual ao observado em 10 anos no Seixal, procurou-se ponderar diversos aspectos que distinguem as conjunturas temporais em causa, nomeadamente a perda de intensidade dos movimentos migratórios do tipo campo-cidade e do movimento de retorno, face ao passado. De acordo com FERRÃO⁹⁵, se durante as décadas de 60 e 70 houve um acentuar da capacidade atractiva das áreas suburbanas (igualmente sugeridas ao longo deste estudo), diz este autor que « (...) A partir dos anos 80, o contributo da componente «migrações internas» para o crescimento da duas áreas metropolitanas tende, no entanto, a perder peso a favor da componente «saldo natural» (...)), salientando ainda que, « (...) É ainda a redução dos

⁹⁵ Ferrão, João, " Três décadas de consolidação do Portugal demográfico «moderno» ", p.185-6.

fluxos de migrações internas com destino às áreas metropolitanas que explica, em parte, a desaceleração e posterior estabilização das taxas destas duas zonas do país verificadas nos anos 80.(...) ». Esta perspectiva pode ser confirmada pela diminuição brusca na década de 80 do valor dos saldos migratórios relativamente à década anterior, estimando-se a variação para o total da península de Setúbal de -82% (taxa de variação de 1970/81-81/91), e pela predominância de entradas sobre as saídas (saldos migratórios nulos) verificada nos anos 80 em concelhos que nos anos anteriores foram manifestamente atractivos como os concelhos de Almada e de Barreiro (ver capítulo anterior).

Quadro 20

H2 - Saldos migratórios admitidos para os quinquénios prospectivos, por concelhos (sexos separados)

	1990/95	95/00	00/05	05/10	Total
Alcochete					
H	+497	+546	+603	+663	2309
M	+494	+538	+593	+653	2278
Total	+991	+1084	+1196	+1316	4587
Montijo					
H	+1738	+1830	+2069	+2268	7905
M	+1773	+1942	+2143	+2362	8220
Total	+3511	+3772	+4212	+4630	16125

obs. A t.b.m.t.l.(%) admitida como constante para cada quinquénio foi de de 20% para os homens e de 19% para as mulheres.

Quadro 21

H3 - Saldos migratórios admitidos para os quinquênios prospectivos, por concelhos (sexos separados)

	1990/95	95/00	00/05	05/10	Total
Alcochete					
H	+248	+652	+1177	+320	2397
M	+234	+810	+1187	+375	2606
Total	+482	+1462	+2364	+695	5003
Montijo					
H	+782	+2247	+4034	+1091	8154
M	+840	+2930	+4295	+1358	9423
Total	+1622	+5176	+8329	+2448	17575

obs. A t.b.c.m.t.l. (%o) admitida para o quinquénio compreendido entre 1990/95 foi de 10%o (h) e 9%o (m); para 1995/00 foi de 25%o (h) e 30%o (m); para 2000/05 foi de 40%o (h) e de 38%o (m); e, para 2006/10 foi de 9%o (h) e 10%o (m).

H3 - nesta hipótese adequou-se o crescimento migratório anual médio, observado por décadas para o Seixal, a cada um dos quinquênios prospectivos. Deste modo, fizemos corresponder de forma ponderada⁹⁶ o crescimento migratório observado no período 1950/60 ao quinquénio prospectivo 1991/96, o de 1960/70 ao quinquénio 1996/00, o de 1970/81 ao quinquénio de 2000/05, e o 1981/91 ao último quinquénio do período prospectivo 2005/10. O interesse desta hipótese foi o de reportar os efeitos do momento de exposição à acção impactante tal como foi observado no concelho do Seixal - assim, adequou-se ao quinquénio referente ao período de inauguração da nova ponte (1998) o crescimento migratório observado no Seixal para a década de 60, que inclui a abertura da ponte sobre o Tejo (1966), e procedeu-se de igual forma para os momentos antecedentes e precedentes. De salientar que ao contrário da hipótese

⁹⁶ Ex: (t.b.m.t.l. - 70/81*5) /10.

anterior, não se admitiram valores de crescimento migratório constantes, o que permitirá avaliar os efeitos nas estruturas demográficas de variações na intensidade do processo migratório.

Os modelos

Depois de apresentadas as hipóteses sobre as opções quanto à dinâmica das várias componentes demográficas e explicitadas as razões subjacentes a cada uma das opções, resta-nos formalizar os modelos que estarão na base dos cenários futuros estimados para o concelho do Montijo e Alcochete.

Modelo I	M1 F1
Modelo II	M1 F1 SM1
Modelo III	M1 F1 SM2
Modelo IV	M1 F1 SM3

Os modelos apresentados variam primeiramente pela ausência de movimentos migratórios (Modelo I) ou pela presença dessa componente (Modelos II, III, e IV), e, seguidamente, pelo tipo de hipótese admitida quanto ao sentido e intensidade do crescimento migratório - predominância das saídas sobre as entradas (Modelo II), manutenção da intensidade do crescimento migratório positivo (Modelo III), e, por último, variação da intensidade do fenómeno migratório ao longo do período prospectivo (Modelo IV)-.

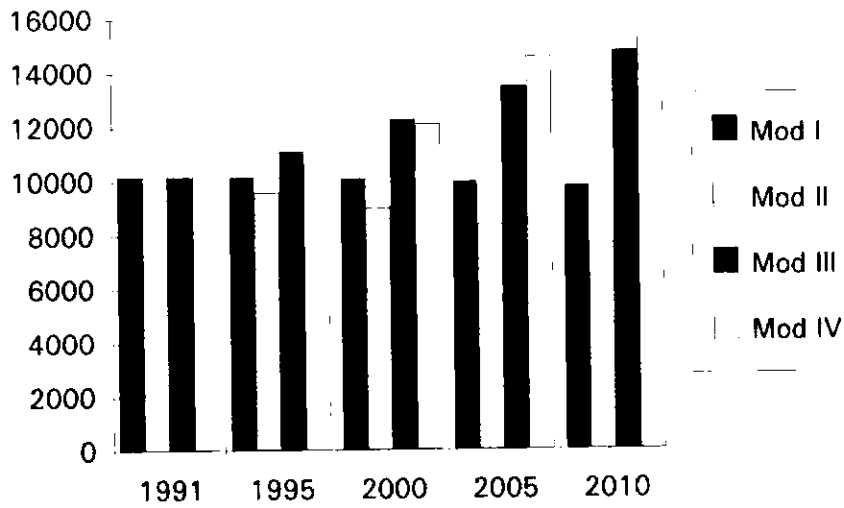
Os resultados

A óptica privilegiada na apresentação dos cenários demográficos construídos em função quer do método prospectivo escolhido, quer dos modelos elaborados a partir da conjugação das hipóteses admitidas quanto à evolução das componentes demográficas - mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios-, foi a de comparação sistemática dos resultados entre o Modelo I e os modelos II, III, IV, de forma a evidenciarmos as diferenças encontradas na dinâmica global da população e nas estruturas demográficas, eventualmente atribuídas aos efeitos específicos do comportamento estimado dos movimentos migratórios.

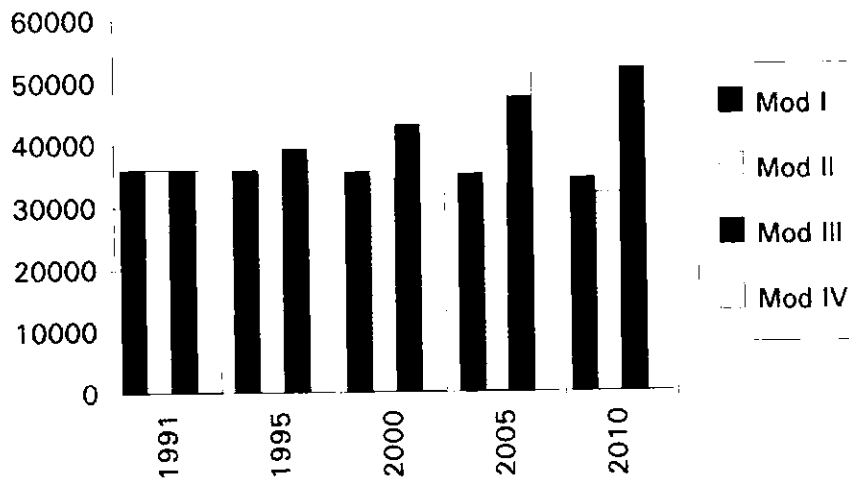
Quanto aos aspectos globais, e focando primeiramente a questão relativa à dimensão da população, constata-se que apenas nos cenários demográficos construídos a partir do modelo III e IV se nota um aumento populacional. Nos restantes cenários, relativos ao modelo I e II, pelo contrário, a população decresce, embora com mais intensidade no cenário II devido aos saldos migratórios negativos. O que nos permite concluir que quer a dinâmica demográfica dos concelhos de Montijo e Alcochete fosse unicamente determinada pelos níveis de fecundidade e mortalidade observado em 1990/91 mantidos constantes ao longo dos quinquénios prospectivos, quer, num cenário hipotético, se associe a esta situação as tendências observadas em 1981/91 relativas aos movimentos migratórios (saldos migratórios negativos), a população destes concelhos diminuirá, sendo o ritmo de crescimento negativo.

O aumento mais intenso de população encontra-se no cenário subjacente ao modelo IV que preconiza uma evolução descontínua dos saldos migratórios ao longo dos quinquénios prospectivos. A variação entre o quantitativo populacional observado no início do período prospectivo (1991) e o estimado para o último momento (2010) é para este cenário de +51% para Alcochete (correspondente a um aumento absoluto de

Alcochete - - 1991 a 2010



Montijo - - 1991 a 2010



mais 5164 efectivos), e de +50% no caso do Montijo (correspondente a mais 18005), enquanto para o cenário construído a partir do modelo III essa mesma variação é de +46% para Alcochete (+4646 efectivos) e de +45% para o Montijo (+16129 efectivos).

Quadro 22

Taxa de crescimento anual médio (%), para o concelho de Alcochete e Montijo, segundo os vários modelos, de 1990 a 2010

	Alcochete				Montijo			
	90/95	95/00	00/05	05/10	90/95	95/00	00/05	05/10
Mod I	- .06	- .06	- .19	- .39	- .09	- .14	- .26	- .42
Mod II	- 1.13	-1.23	- 1.45	-1.76	- .44	- .48	- .62	- .81
Mod III	+1.81	+1.94	+1.86	+1.89	+1.78	+1.89	+1.91	+1.87
Mod IV	+ .87	+2.70	+3.77	+0.56	+ .81	+2.66	+3.75	+1.00

A comparação entre o cenário demográfico caracterizado pela ausência de movimentos migratórios (modelo I) e os restantes cenários faz ressaltar a importância dos movimentos migratórios como variável com capacidade de 'impôr' um determinado ritmo de crescimento à população. Vemos que o efeito da dinâmica natural, onde a fecundidade admitida é baixa, no agravar sistemático do ritmo de crescimento negativo e, portanto, no volume populacional, é acentuado pelo efeito das saídas de efectivos (visível no valor negativo das taxas de crescimento anual médio no modelo II). Esta situação é notória em ambos os concelhos, mas com maior intensidade no concelho de Alcochete do que no Montijo, visto que os saldos migratórios negativos observados na década de 80 foram mais intensos.

Por outro lado, no caso dos cenários III e IV existe uma compensação de efectivos devida ao sentido e intensidade dos saldos migratórios permitirem um desacelerar dos efeitos da fecundidade no volume populacional, tal como é demonstrado pelos ritmos de crescimento positivo. Este facto deve-se por um lado ao efeito compensatório do aumento populacional resultante dos saldos migratórios positivos, e também, ao aumento de mulheres no período fértil, com implicações ao nível do quantitativo de nascimentos.

Se, em termos globais, os saldos migratórios admitidos para os modelos III e IV contribuem para um aumento da população concelhia, resta-nos inferir a sua distribuição interna pelas freguesias de cada concelho e verificar de que forma as assimetrias locais podem ou não ser agravadas.

Pela análise retrospectiva que fizemos do concelho do Seixal, podemos concluir que em termos populacionais o efeito impactante não se repartiu de forma homogénea pelas freguesias que o compõem. Ao delimitar as zonas servidas por acessos directos providos pela ponte e, portanto, mais expostas à acção impactante -freguesia de Amora, Arrentela -constatamos que se tratam de freguesias onde o aumento populacional foi mais significativo face às restantes freguesias do concelho- como por exemplo a freguesia do Seixal- e, simultaneamente, se assistiu ao aumento do peso relativo da população residente no total do concelho nestas freguesias em detrimento de outras, ao longo das décadas. No quadro seguinte, apresentamos a evolução da população, ao longo de 1960 a 1991, em três freguesias⁹⁷ do concelho do Seixal onde se pretende salientar a tendência crescente para o agravamento das assimetrias

⁹⁷ Na realidade tratam-se de quatro freguesias porque a partir de 1981, a freguesia de Corroios, anteriormente incluída na freguesia de Amora, aparece desagregada. No entanto, para efeitos de comparação mantivemo-la agregada à freguesia de Amora, tal como acontecia para o período anterior a 1981.

internas, transparentes no peso das freguesias de Amora ou Arrentela, comparativamente à freguesia do Seixal.

Quadro 23

População total (v.abs) e respectivo peso relativo dos residentes no total da população do concelho do Seixal, nas freguesias de Amora, Corroios, e Seixal, de 1960 a 1991

Freguesias	1960		1970		1981		1991	
	Pop	%	Pop	%	Pop	%	Pop	%
Amora	7361	40	18695	50	60088	67	80717	69
Arrentela	5390	26	9970	26	18765	21	25779	22
Seixal	4036	19	3640	10	3108	4	2247	2

Fonte: X e XIII Recenseamento Geral da População, I.N.E.

Deste modo, concluímos que numa situação de ganhos populacionais, tal como previsto nos cenários III e IV, a região mais afectada corresponderá a zonas com características urbanas já delineadas, e também expostas em termos de acessos directos à ponte (à semelhança do sucedido na freguesia de Amora, no concelho do Seixal).

A particularidade do concelho do Montijo torna necessário enfatizar determinados aspectos, a começar pela descontinuidade territorial deste concelho associada a uma distinta ocupação do espaço e conseqüente distribuição populacional. Sendo composto por uma zona localizada a este que inclui freguesias predominantemente rurais - Canha, Sto Isidro de Pegões e Pegões- que ocupam cerca de 83% da superfície concelhia e que, em 1991, apenas fixavam 16% do total da população (apresentam valores do coeficiente de localização sempre negativos); e por uma zona a *noroeste* distinta da anterior, mais urbanizada com o predomínio do sector secundário e terciário crescente, onde se localiza a cidade do Montijo (centro urbano desde 1911 mesmo antes de Almada)⁹⁸. Nesta zona composta pela freguesia de Montijo que ocupa cerca

⁹⁸ Salgueiro, Teresa Barata, A cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana, p.427 a 431.

LEGENDA

VIAS

- NOVA TRAVESSIA RODOVIARIA SOBRE O TEJO SOBRE O TEJO
- EXISTENTES OU EM CONSTRUÇÃO
- PLANEADAS



NOVA TRAVESSIA RODOVIARIA SOBRE O TEJO EM LISBOA LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO NA REDE VIARIA



Fonte: GATTEL / LUSOPONTE / ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL

de 8% da superfície e concentra mais de metade da população concelhia (55%), e pelas restantes freguesias -Afonsoeiro, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia e Sarilhos Grandes- onde numa área física correspondente a 9% do total residem aproximadamente 29% da população do concelho (zonas com coeficientes de localização sempre positivos). Em 1991, na freguesia de Montijo a densidade populacional era de 449h/km² enquanto que em Canha era de 10 hab/km² o que ilustra bem a diversidade concelhia no que respeita à distribuição espacial da população.

Assim, pensamos que no futuro a tendência para uma situação crescente de macrocefalia da freguesia mais densamente populosa deste concelho -freguesia do Montjo-, assim como da freguesia do Afonsoeiro (quase subúrbio da anterior), surgirá como exemplo da manutenção ou, eventualmente, do agravamento das assimetrias já observadas no passado ao nível do concelho. Pelo contrário, na **zona a este** do concelho, cuja descontinuidade geográfica denuncia a clivagem com a região anterior, por se tratar de uma região fundamentalmente rural, por apresentar níveis de urbanização e densidade populacional fracos, ou ainda por não se tornar tão acessível face à capital, não se vislumbram grandes alterações quanto à sua condição actual.

O concelho de Alcochete, com uma área geográfica muito inferior ao Montijo (idêntica à do Seixal), apresenta uma distribuição relativa da população pelo espaço igualmente desproporcional, ou seja, para 1991 em apenas 8% do total da superfície concelhia (freguesias de Samouco e S. Francisco) reside 31% da população e em 93% da superfície (freguesia de Alcochete) cerca de 69% da população. Se analisarmos as densidades populacionais das freguesias que compõem o concelho vemos, em 1991, residiam 757 hab/km² na freguesia de Samouco e 228 hab/Km em S.Francisco, enquanto que na freguesia de Alcochete a densidade populacional era de 77 hab/km².

Assim, para o concelho de Alcochete, atravessado a meio pela ponte, composto por aglomerados com uma população inferior a 10000 habitantes, é provável que se verifique um crescimento em todas as freguesias, o que irá certamente contribuir para o aceleração da densidade urbana da freguesia do Samouco e de S. Francisco por serem freguesias geograficamente bastante pequenas (correspondem a 6% do total da área do concelho). No entanto, não será de menosprezar o crescimento da freguesia de Alcochete, pois segundo os dados do Plano Director Municipal para o concelho, existem cenários planeados de urbanização desta freguesia, nomeadamente na criação de infraestruturas industriais, de pólos urbanos (por exemplo, o da Atalaia-Passil), e de valorização da vila. Assim, ao contrário do Montijo, cuja tendência será para o agravamento ou manutenção das assimetrias entre duas regiões distintas, Alcochete tenderá para uma reconversão e surgimento de lugares com características tendencialmente urbanas -no cenário III e IV estima-se um quantitativo populacional superior a 10000 habitantes para a freguesia de Alcochete.

Apesar da capacidade de atracção dos espaços depender da sua forma de organização, reconversão e planeamento sócio-urbanístico -como seja a criação de zonas de habitação, valorização da qualidade de vida e imagem das zonas, criação ou existência de solo expectante, etc. -e, deste modo, ser difícil prever as dinâmicas futuras, procurou-se inferir a partir do peso relativo da população por freguesias no total da população do concelho do Montijo, em termos meramente indicativos, a repartição do quantitativo obtido segundo o cenário III e IV, para cada uma das freguesias, se se mantivessem constantes as assimetrias encontradas no período de 1991, em 2010.

Quadro 24

População absoluta, densidades populacionais (hab/Km²), em 1991, e, em 2010, segundo os modelos III e IV, por freguesias dos concelhos

	1991*		Mod III		Mod IV	
	Pop.	Dens. Pop.	Pop.	Dens. Pop.	Pop.	Dens. Pop.
Montijo	36038	104	52167	150	54043	156
<i>zona a noreste</i>						
Afonsoeiro	4142	950	5996	1375	6211	1424
Montijo	20003	760	28995	1099	29997	1139
Atalaia	1090	411	1578	595	1635	617
Atalaia	2221	199	3215	288	3331	298
Alto-Est.Jardia	2856	244	4134	354	4283	366
S. Grandes						
	2202	11	3188	15	3302	16
<i>zona a este</i>						
Canha	1320	24	1911	35	1979	36
Canha	2204	78	3190	114	3305	118
Sto I. Pegões						
Pegões						
Alcochete	10169	107	14815	157	15333	162
Alcochete	7064	81	10291	118	10651	122
Samouco	2144	757	3124	1103	3233	1142
S. Francisco	961	228	1400	333	1449	344

* Fonte: XIII Recenseamento Geral da População, I.N.E.

Estruturas demográficas

Sendo óbvio o efeito dos movimentos migratórios no crescimento total da população consoante o tipo e a intensidade subjacente a esses movimentos, torna-se pertinente aprofundar os efeitos desta componente nas **estruturas demográficas** (repartição da população por sexos e idade) para cada um dos cenários.

Para tal, repartimos a população estimada para cada cenário demográfico por grupos funcionais: o grupo da população jovem (0-14 anos), o grupo da população em idade activa (15-64 anos), e o grupo dos velhos (65 e mais anos).

Quadro 25

Evolução do peso relativo de cada grupo funcional (%) segundo os modelos, de 1991 a 2010, por concelhos

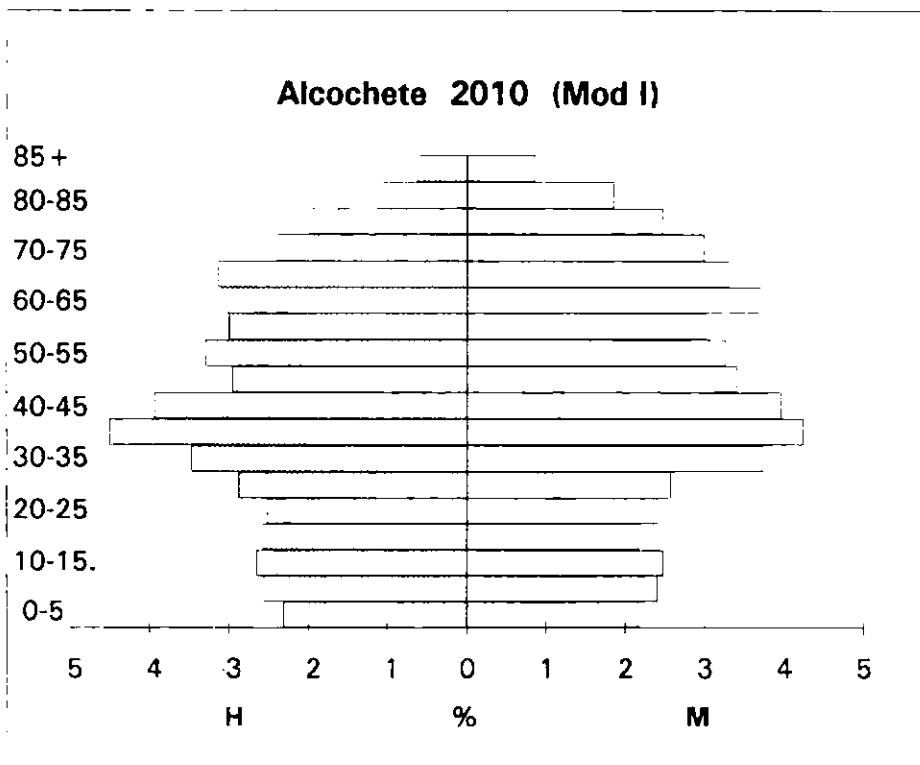
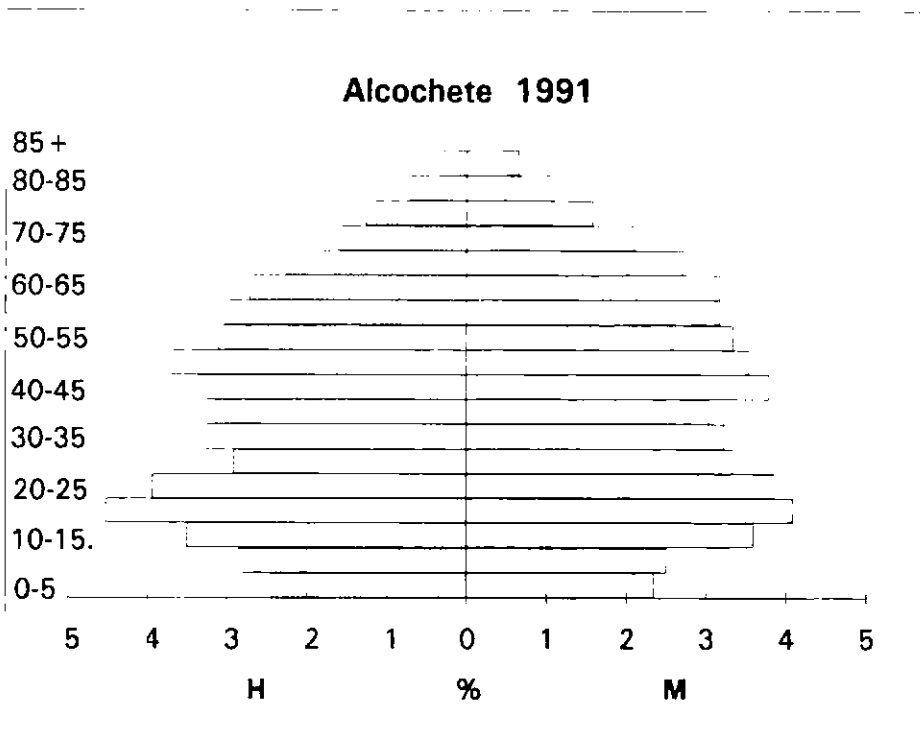
	Mod I			Mod II			Mod III			Mod IV		
	J	A	V	J	A	V	J	A	V	J	A	V
Montijo												
1991*	17.90	68.23	13.87	17.90	68.23	13.87	17.90	68.23	13.87	17.90	68.23	13.87
1995	16.01	68.43	15.56	15.98	68.33	15.69	16.25	69.06	14.69	16.12	68.72	15.16
2000	16.03	67.38	16.59	15.93	67.14	16.93	16.83	68.49	14.68	16.97	68.26	14.76
2005	16.83	66.01	17.16	16.67	65.63	17.70	18.24	67.51	14.25	18.63	67.79	13.58
2010	16.57	65.80	17.63	16.35	65.24	18.41	18.62	67.61	13.77	19.14	67.48	13.38
Alcochete												
1991*	17.29	68.37	14.34	17.29	68.37	14.34	17.29	68.37	14.34	17.29	68.37	14.34
1995	14.81	69.03	16.16	14.61	68.71	16.69	15.14	69.57	15.29	14.97	69.30	15.73
2000	14.45	67.76	17.78	13.83	67.03	19.14	15.41	68.83	15.76	15.55	68.65	15.81
2005	14.58	66.31	19.11	13.33	65.19	21.49	16.27	67.86	15.87	16.76	68.18	15.07
2010	14.56	64.69	20.75	12.76	62.72	24.53	16.76	67.13	16.11	16.83	65.51	15.29

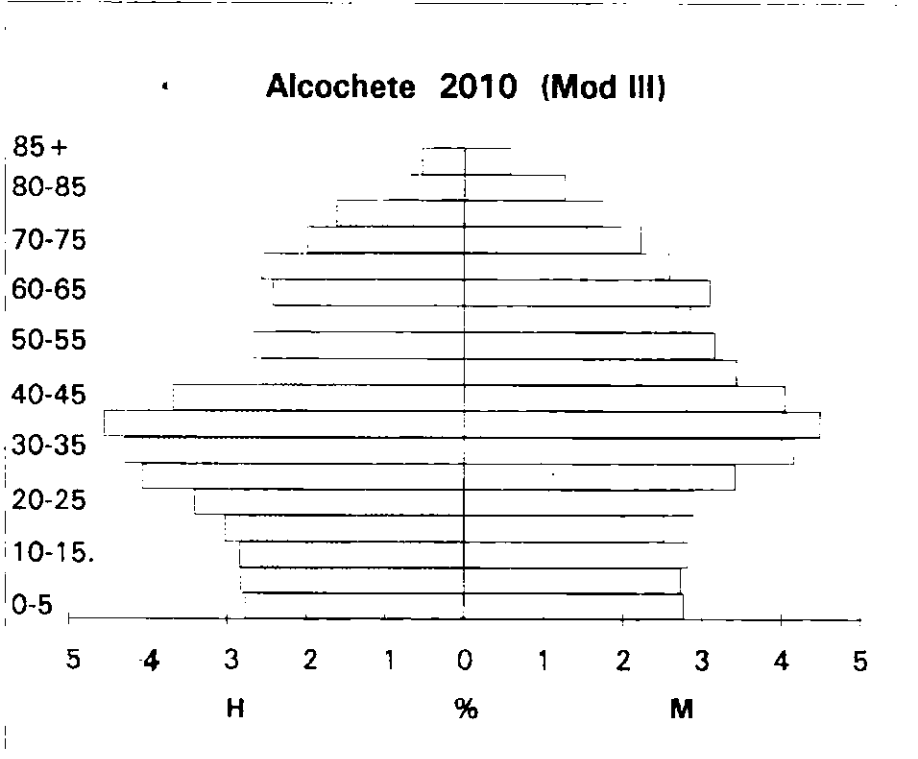
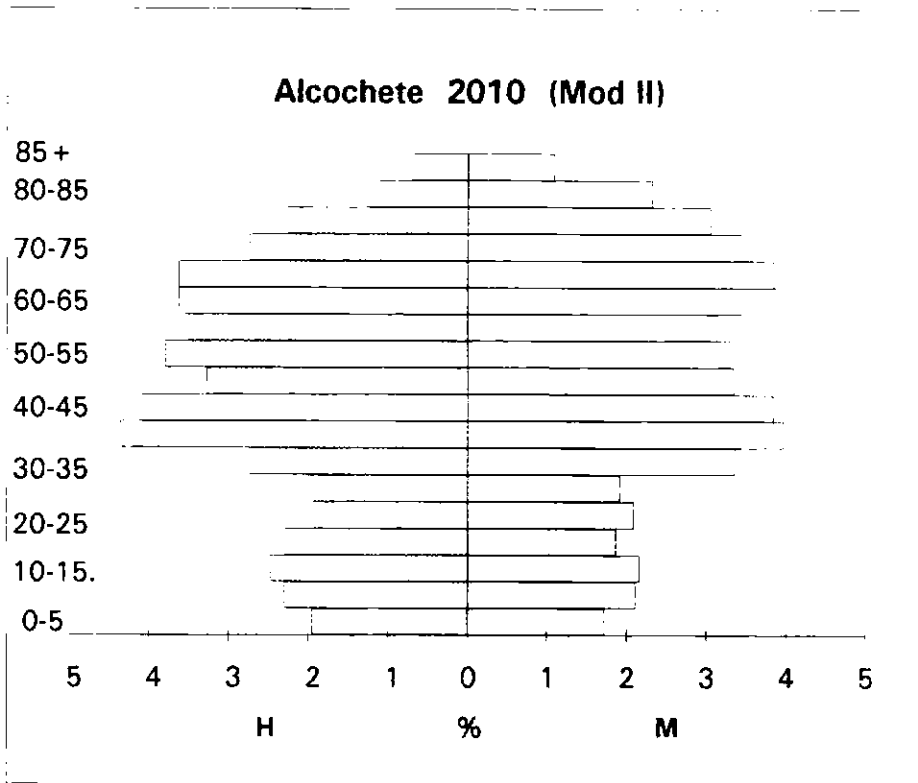
Fonte: XIII Recenseamento geral da população, I.N.E.

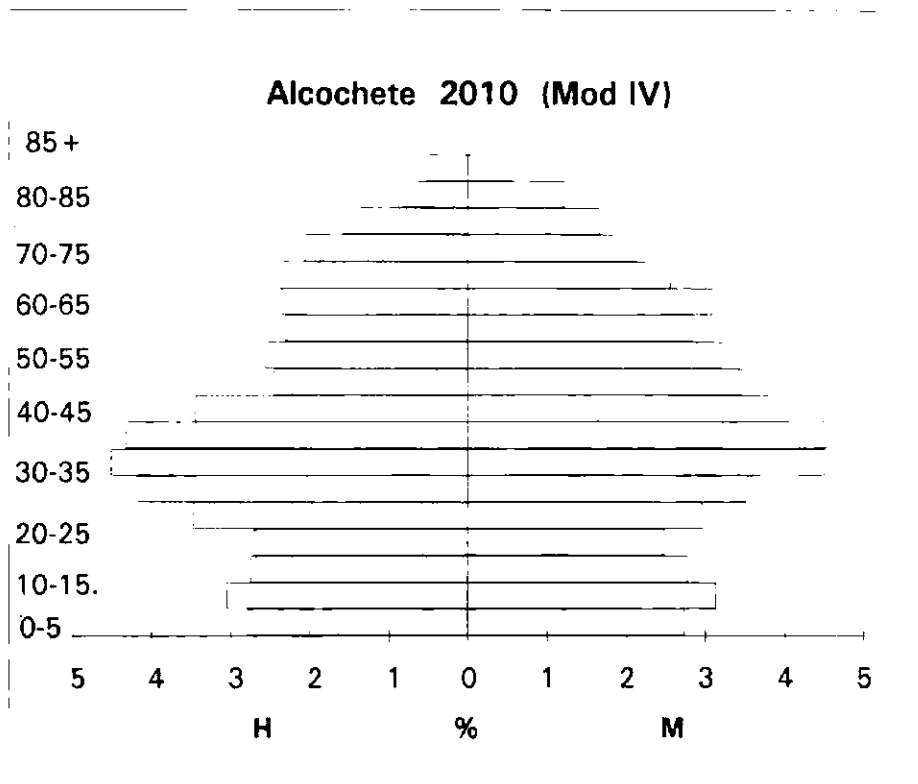
A primeira conclusão que poderemos retirar da análise evolutiva das estruturas etárias das populações subjacentes a cada modelo é de que os níveis de envelhecimento, na base e no topo, acentuam-se a partir do 1º quinquénio, mas esta tendência não se manifesta da mesma forma e com a mesma intensidade em todos os cenários demográficos, ou entre concelhos.

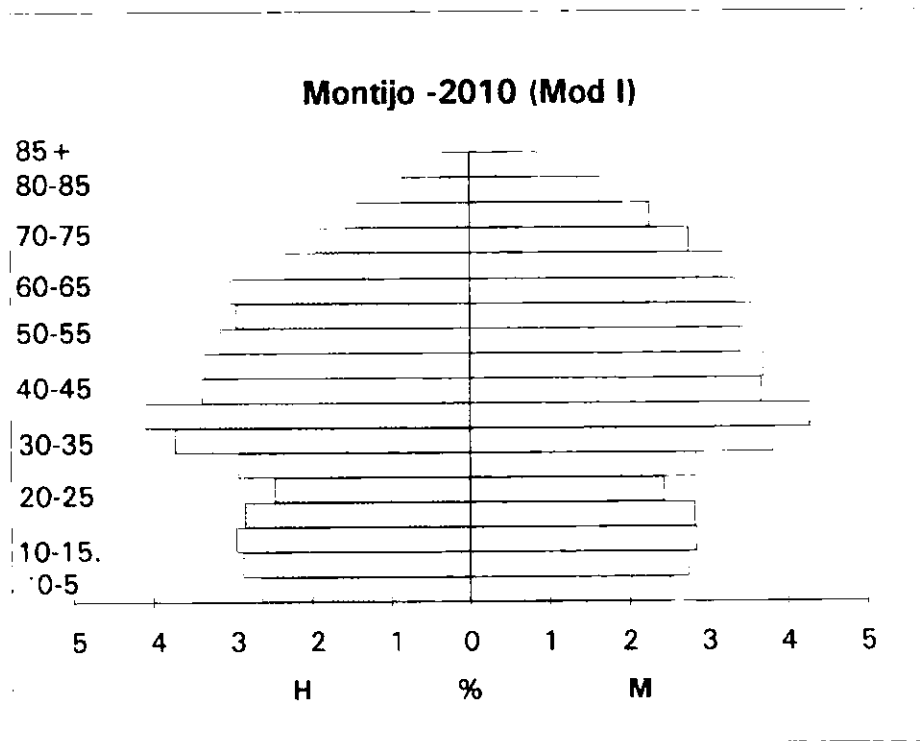
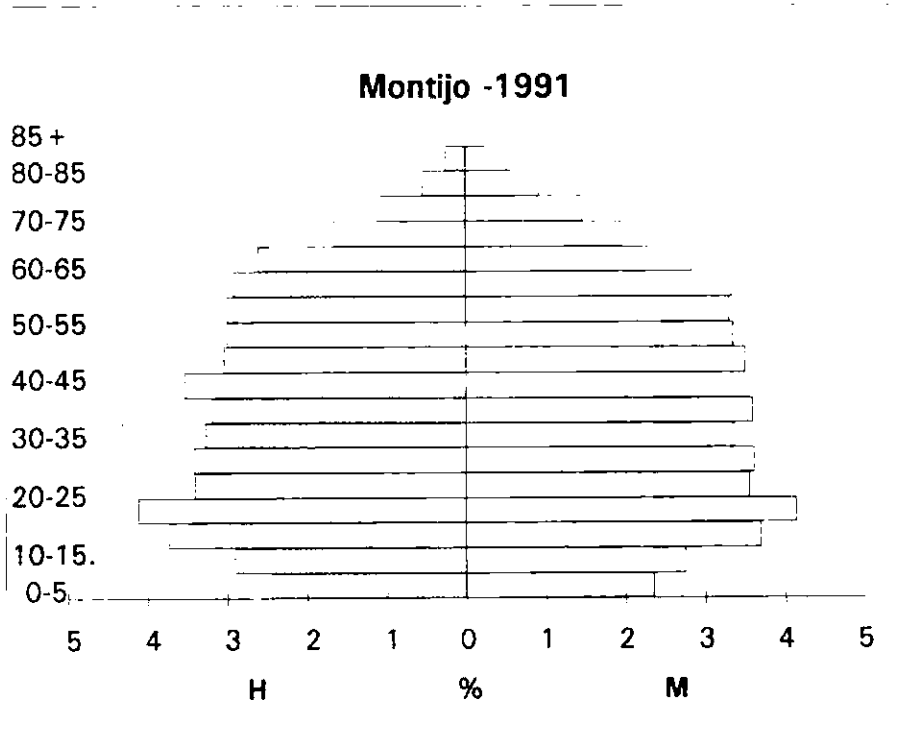
Partindo da análise do cenário demográfico construído a partir do modelo I, observa-se um constante agravamento do envelhecimento populacional, na base e no topo, manifesto ao longo dos quinquénios, com maior incidência no concelho de Alcochete do que no Montijo - em 2010 a proporção de jovens será de cerca de 15% e a de velhos de 21% ,no concelho de Alcochete, enquanto no Montijo esse valor rondará os 17% no caso dos jovens e os 18% no caso dos velhos. Este quadro futuro de envelhecimento observado ao modelo I é substancialmente acelerado se associarmos à evolução da dinâmica natural um processo migratório negativo. Assim, vemos que segundo o modelo II, teremos um cenário demográfico caracterizado por níveis mais intensos de envelhecimento, devido ao decréscimo significativo da proporção de jovens e ao aumento progressivo da proporção de velhos na população- em 2010, em Alcochete a proporção de jovens seria de cerca de 13% e 24% de velhos no total, e no Montijo seria de 16% de jovens e de 18% de velhos no total. O grau de envelhecimento nas idades mais jovens e, simultaneamente, nas idades mais avançadas no cenário demográfico II apresenta-se mais intenso no concelho de Alcochete do que no Montijo.

A análise das pirâmides de idades construídas para cada um dos concelhos relativas à situação encontrada nos modelos I e II, em 2010, permite-nos ilustrar melhor o referido anteriormente quanto ao *envelhecimento no topo e na base* que caracteriza as populações de cada concelho. Assim, ao se compararem as estruturas etárias da população em 1991 (momento de partida) com as encontradas em 2010 observa-se, para este período, um estreitamento da pirâmide na *base* devido ao declínio da

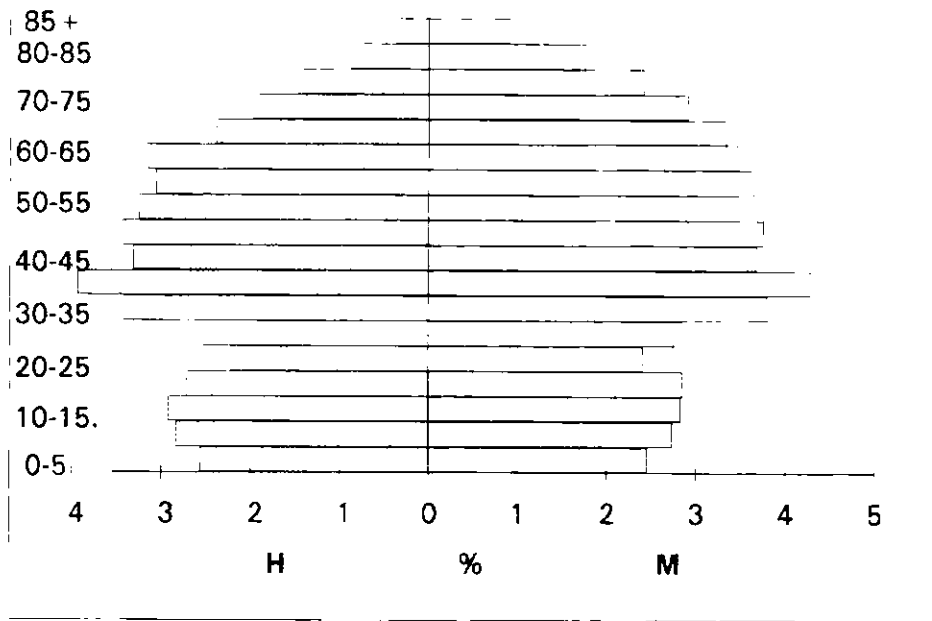




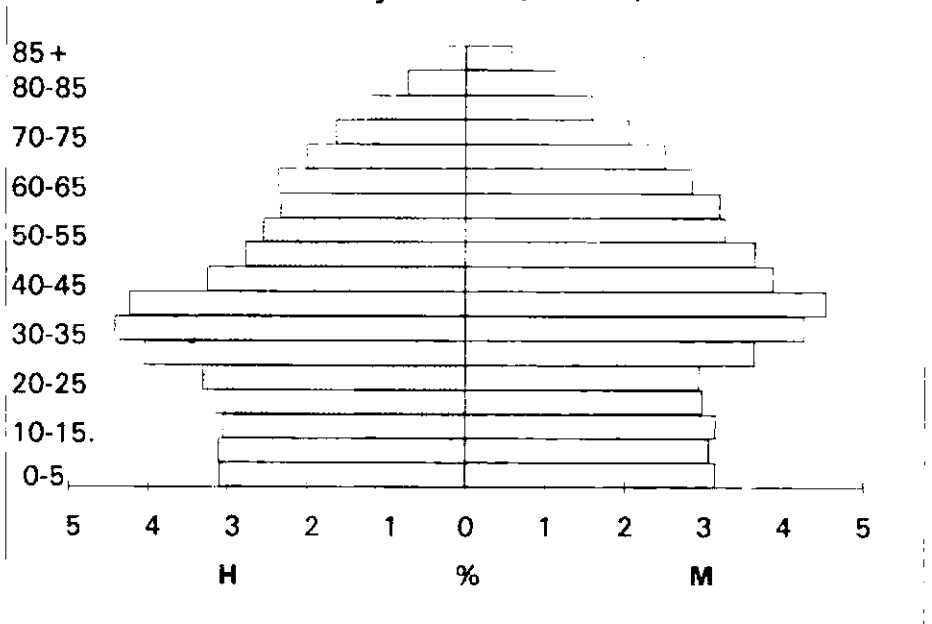


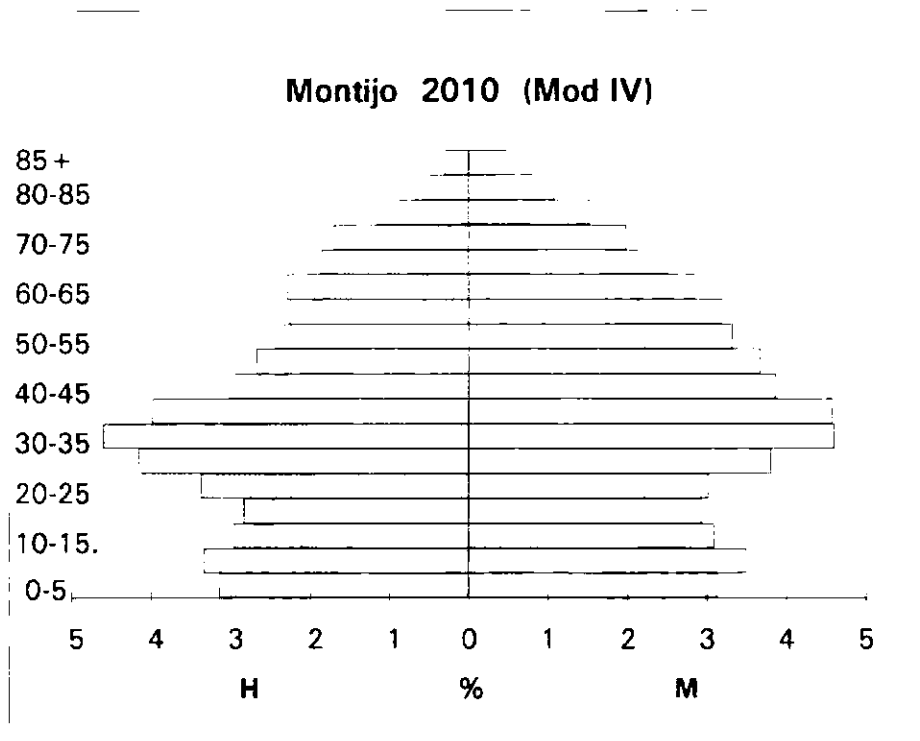


Montijo 2010 (Mod II)



Montijo 2010 (Mod III)





proporção de efectivos nas idades mais jovens (no caso do Montijo, a diminuição é notória apenas na proporção de efectivos de 5 a 15 anos), e um aumento no *topo* principalmente da proporção de efectivos com mais de 85 anos, com predominância neste grupo da percentagem de mulheres pode ser explicada pelo efeito do fenómeno de sobremortalidade masculina nas estruturas da população.

Nota-se igualmente uma tendência de envelhecimento ao nível das proporções de efectivos em idade activa na população, situação que aparece agravada no modelo II onde se preconiza a saída de efectivos em idades activas. Assim vemos que a proporção de efectivos em idade activa 'mais jovens' (entre 15-35 anos) diminuiu face a 1991 e a proporção de 'activos mais velhos' (mais de 35 e menos de 65 anos) aumenta, principalmente no caso do concelho de Alcochete devido, mais uma vez, ao facto dos valores admitidos quanto aos valores negativos dos fluxos migratórios serem mais elevados para este concelho do que para o Montijo. Esta situação é igualmente visível na relação existente entre os indivíduos com idades activas compreendidas entre os 50-64 anos ('activos velhos') e os indivíduos em idades activas entre os 15-49 anos ('activos jovens'), sendo que em Alcochete, temos para cada 100 efectivos 'activos jovens' cerca de 43 (mod I) ou 52 (mod II) 'activos velhos' e cerca de 42 (mod I) ou 44 (mod II) 'activos velhos' no Montijo.

A tendência de evolução preconizada pelos modelos I e II é como podemos constatar de *envelhecimento na base*, e pode ser imputada ao decréscimo contínuo do total de mulheres no período fértil com consequências ao nível da diminuição do total de nascimentos, observado ao longo do período prospectivo. Por outro lado, este aspecto tendencial de diminuição das mulheres no período fértil ao ser intensificado pelos saldos migratórios negativos admitidos para as mulheres incluídas nesse grupo de idade (modelo II), irá, por sua vez, agravar o declínio dos níveis de natalidade e contribuir para a diminuição de efectivos nas idades jovens.

Quadro 26

Evolução do total de mulheres no período fértil (15-49 anos) e do total de nascimentos segundo os modelos I e II, de 1990 a 2010, por concelhos.

	Mod I		Mod II	
	M	Nasc.*	M	Nasc.*
Montijo				
1991**	9105		9105	
1995	9134	1995	8986	1995
2000	8836	2024	8540	1968
2005	8372	1954	7940	1864
2010	8124	1783	7557	1663
Tx var 90/10	-11%	-11%	-17%	-17%
Alcochete				
1991**	2532		2532	
1995	2533	471	2355	471
2000	2397	508	2048	449
2005	2324	490	1827	395
2010	2207	441	1569	320
Tx var 90/10	-13%	-6%	-38%	-32%

*Os nascimentos estimados reportam-se aos quinquênios 95/00, 00/05 e 05/10, pois para 1990/95 utilizou-se como fonte as Estatísticas Demográficas).

Fonte: XIII Recenseamento Geral da População

Assim, se em ambos os casos a diminuição dos efectivos nas idades jovens está relacionada com o baixo nível de fecundidade admitido, e, sobretudo, com a diminuição do total de mulheres no período fértil⁹⁹, cujo efeito será a diminuição dos níveis de natalidade, a diferença observada entre concelhos reside nos valores admitidos a partir dos saldos observados da década de referência (1981/91) se caracterizarem por um excesso de saídas sobre as entradas dos efectivos do sexo feminino mais intenso em Alcochete do que no Montijo.

Atentando nos efeitos dos movimentos migratórios nas estruturas etárias das populações para cada cenário, segundo os modelos III e IV, verifica-se o inverso da situação anterior (modelos I e II), nomeadamente no desacelerar dos níveis de envelhecimento, quer na base, pelo aumento da proporção de jovens, quer, no topo, pela manutenção da proporção de velhos. No entanto, esta situação irá variar em função da intensidade dos saldos migratórios admitida para cada quinquénio em cada um dos modelos (III e IV), e das características estruturais intrínsecas à população de cada um dos concelhos..

Na análise da pirâmides construídas para 2010, segundo os modelos III e IV, vemos que face a 1991, se verifica um desacelerar dos níveis de envelhecimento na base pelo aumento das proporções de efectivos com menos de 5 anos e, embora se mantenham praticamente inalteráveis as proporções de velhos no total da população a situação face ao grau de envelhecimento neste grupo demonstra uma maior vitalidade do que a encontrada nos modelos I e II. Avaliando o rácio entre os efectivos com mais de 75 anos e os efectivos com idades compreendidas entre os 65 e 74 anos, verificamos que no Montijo, por cada 100 efectivos com idades entre os 65 a 74 anos existem 73 (Mod I e II), 68 (Mod III) e 66 (Mod IV) efectivos com mais de 75 anos e, em Alcochete existem cerca de 75 (Mod I), 78 (Mod II), 71 (Mod III) e 70 (Mod IV) efectivos com mais

⁹⁹Tendo em conta a estrutura-tipo utilizada para repartir por grupos etários os saldos migratórios admitidos para o sexo feminino - proporção de 16% do total de mulheres dos 0-14 anos, 72% do total entre os 15-64 anos (sendo 67% do total em idade fértil), e apenas 2% do total com 65 e mais anos-.

de 75 anos. De salientar que em nenhum dos cenários menos pessimistas se igualam os valores observados em 1991, onde existiam por cada 100 velhos com idades entre os 65 e 74 anos, cerca de 53 efectivos com mais de 75 anos, o que demonstra a irreversibilidade da situação de envelhecimento no topo que caracteriza as populações em análise.

Outro aspecto a evidenciar da análise das pirâmides de idades é a repartição dos efectivos em idade activa. Apesar do seu peso relativo se manter idêntico ao observado em 1991, denota-se, em 2010, um certo rejuvenescimento no interior deste grupo - pelas proporções mais elevadas de efectivos com idades entre os 15 e os 49 anos e proporções inferiores de efectivos com mais de 50 anos-, como efeito das entradas de indivíduos em idades activas mais jovens tendo em conta a estrutura-tipo dos movimentos migratórios utilizada (com peso máximos no total dos indivíduos entre os 15 e os 29 anos para os homens e os 20 e 29 anos para as mulheres).

Verifica-se nestes cenários (mod III e IV) um aumento da população feminina no período fértil, e o conseqüente aumento do número total de nascimentos. Se em ambos os concelhos os níveis de envelhecimento, em qualquer dos cenários III ou IV, são substancialmente mais optimistas do que os inferidos nos cenários I e II, só no caso do concelho do Montijo se verifica um ligeiro aumento da proporção de jovens no final do período prospectivo face ao momento inicial. Esta diferença encontrada entre concelhos deverá ser eventualmente explicada pelos distintos níveis de fecundidade admitidos para cada um dos concelhos, mais baixo em Alcochete (I.S. F. de 1.36) e mais elevado no Montijo (I.S.F. de 1.52), utilizado para a estimativa dos nascimentos, assim como pelas características das estruturas etárias inerentes às populações em causa no momento de partida.

Quadro 27

Evolução do total de mulheres no período fértil (15-49 anos) e do total de nascimentos segundo os modelos III e IV, de 1991 a 2010, por concelhos.

	Mod III		Mod IV	
	M	Nasc.*	M	Nasc.*
Montijo				
1991**	9105		9105	
1995	10317	1995	9694	1995
2000	11332	2491	11359	2498
2005	12229	2749	13748	2952
2010	13500	2895	14312	3205
Tx var 91/10	+48%	+45%	+57%	+61%
Alcochete				
1991**	2532		2532	
1995	2863	471	2689	471
2000	3092	625	3097	606
2005	3396	688	3813	737
2010	3700	717	3923	794
Tx var 91/10	+48%	+52%	+55%	+69%

*Os nascimentos estimados reportam-se aos quinquénios 95/00, 00/05 e 05/10. pois para 1990/95 utilizou-se como fonte as Estatísticas Demográficas.

** Fonte: XIII Recenseamento Geral da População

Outro aspecto que permitirá complementar esta análise é a repartição por idades das mulheres incluídas no período fértil nas populações de cada um dos cenários. Assim, constatamos que a estrutura mais favorável à fecundidade se encontra nos modelos III

e IV, entendida como sendo a constituída por um peso relativo de mulheres nos grupo de idade no limite mínimo do período fértil (menos de 30 anos) mais elevado, e um peso relativo mais baixo de mulheres no limite máximo do mesmo período (mais de 30 anos). Assim, vemos que, em ambos os concelhos, embora a proporção de mulheres com menos de 30 anos não atinja em 2010, para qualquer um dos cenários, os níveis observados em 1995, irá ser nos modelos III e IV que o peso relativo das mulheres com idades compreendidas entre os 20 e 29 anos (grupo de idades onde é consensual identificar-se o pico máximo de nascimentos ocorridos numa população) é mais elevado e, contrariamente, onde o peso relativo de mulheres no grupo dos 40 aos 49 anos é mais baixo. Se nos modelos I e II, a tendência observada é de uma diminuição constante do total de mulheres nas idades mais jovens (menos de 30 anos), e de aumento nas idades mais velhas (mais de 30 anos), nos modelos III e IV constata-se que o total de mulheres no período fértil com menos de 30 anos aumenta em vez de diminuir devido às entradas de mulheres nestas idades, tal como o total de mulheres nos restantes grupos de idade inclusos neste período.¹⁰⁰

¹⁰⁰ vide dados apresentados em anexo.

Quadro 28

Repartição relativa do total mulheres no período fértil, para o concelho de Alcochete, segundo os modelos demográficos, de 1995 a 2010.

G. I. -anos-	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total
Mod I 1995								
2000	14.44	16.42	15.47	13.38	12.98	12.15	15.15	100.00
2005	10.55	15.26	17.35	16.35	14.14	13.59	12.76	100.00
2010	10.20	10.89	15.75	17.90	16.87	14.46	13.94	100.00
Mod II 1995	9.61	10.74	11.46	16.58	18.85	17.63	15.13	100.00
2000	14.65	16.09	15.07	13.42	12.99	12.27	15.50	100.00
2005	10.26	15.14	16.85	16.27	14.36	13.97	13.14	100.00
2010	10.46	9.75	15.22	17.74	17.14	15.06	14.62	100.00
Mod III 1995	9.11	10.26	9.43	16.51	19.44	18.80	16.44	100.00
2000	14.18	16.91	16.07	13.34	12.96	11.95	14.60	100.00
2005	10.90	15.50	18.02	16.37	14.36	13.13	12.23	100.00
2010	10.01	12.31	16.49	17.93	17.14	13.72	13.10	100.00
Mod IV 1995	10.11	11.59	13.70	16.68	19.44	16.92	13.76	100.00
2000	14.32	16.66	15.77	13.35	12.96	12.05	14.60	100.00
2005	10.88	16.01	18.04	15.98	13.85	13.01	12.23	100.00
2010	10.60	13.09	17.26	17.36	16.43	13.35	13.10	100.00
	9.73	11.60	14.04	17.61	17.97	15.75	13.76	100.00

Quadro 29

Repartição relativa do total mulheres no período fértil, para o concelho de Montijo, segundo os modelos demográficos, de 1995 a 2010.

G. i. -anos-	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	Total	
Mod I 1995	14.52	16.27	14.02	14.21	13.23	14.08	13.67	100.00	
	2000	11.16	14.96	16.78	14.46	14.63	13.58	14.43	100.00
	2005	10.08	11.73	15.76	17.68	15.21	15.34	14.20	100.00
	2010	11.99	10.35	12.07	16.20	18.15	15.56	15.67	100.00
Mod II 1995	14.56	16.19	13.91	14.23	13.23	14.15	13.72	100.00	
	2000	11.12	14.92	16.66	14.39	14.69	13.65	14.57	100.00
	2005	10.11	11.55	15.64	17.64	15.18	15.52	14.36	100.00
	2010	12.08	10.22	11.72	16.16	18.22	15.64	15.96	100.00
Mod III 1995	14.23	16.76	14.76	14.08	13.19	13.67	13.31	100.00	
	2000	11.37	15.26	17.57	14.90	14.24	13.12	13.54	100.00
	2005	9.94	12.90	16.51	17.78	15.27	14.33	13.28	100.00
	2010	11.53	11.36	14.05	16.45	17.54	14.96	14.10	100.00
Mod IV 1995	14.37	16.51	14.40	14.15	13.21	13.87	13.49	100.00	
	2000	11.36	15.76	17.60	14.51	14.24	13.00	13.54	100.00
	2005	10.53	13.62	17.28	17.23	14.63	13.88	12.83	100.00
	2010	11.07	11.38	14.37	17.38	17.30	14.62	13.88	100.00

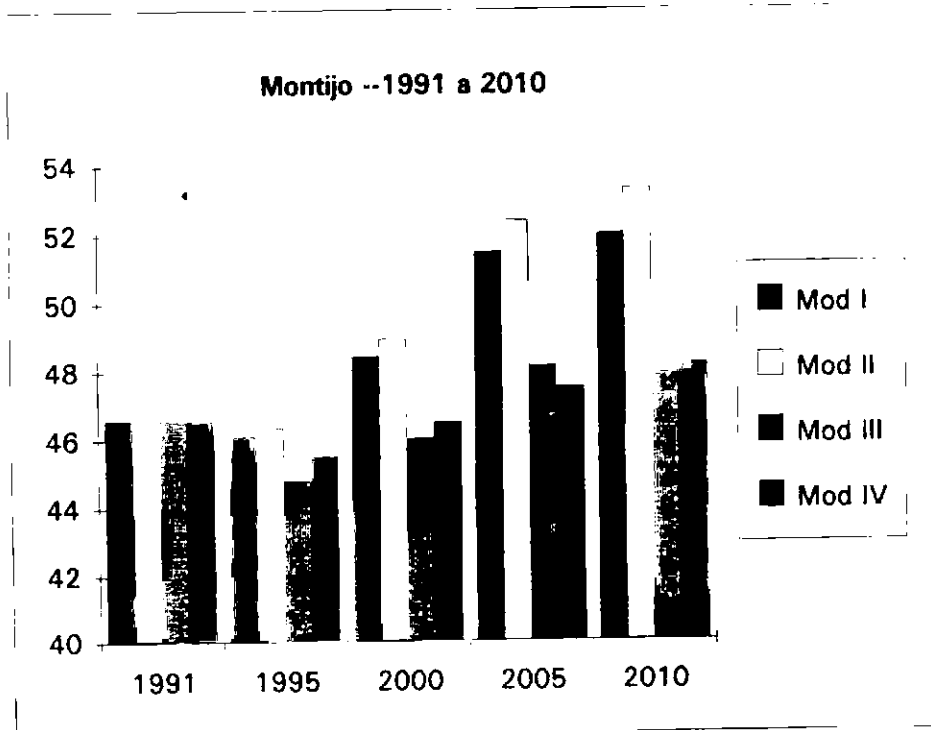
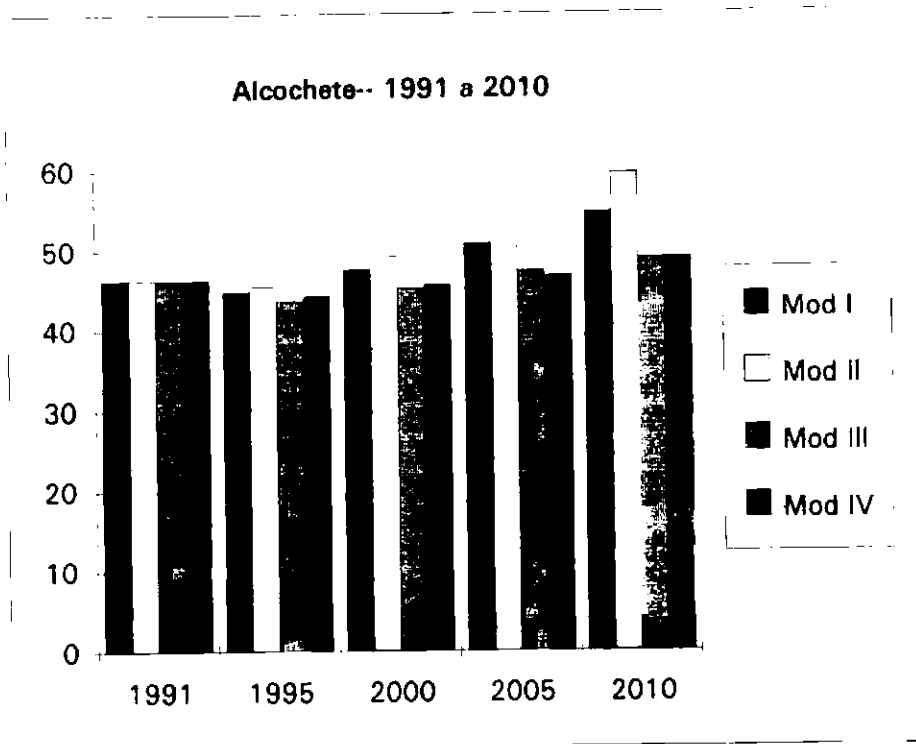
O **Índice de Vitalidade**¹⁰¹, indicador que permite medir a relação entre o número de velhos por cada 100 jovens, assim como o **Rácio de Dependência Total**¹⁰², que nos dá a relação entre potenciais 'dependentes' (jovens e velhos) e 'potenciais activos' (população em idade activa), permitirão evidenciar as diferenças encontradas entre cenários demográficos, para cada concelho.

Em Alcochete, em 2010, segundo os primeiros cenários demográficos, teremos, para cada 100 jovens, cerca de 142 (modelo I) ou 192 (modelo II) velhos, e o número de dependentes para 100 activos será de 54 (modelo I) ou 59 (modelo II) efectivos. No Montijo, para a mesma data, teremos cerca de 94 (modelo I) ou 112 (modelo II) velhos por cada 100 jovens, e o número de dependentes ronda os 52 ou 53 efectivos por cada 100 activos.

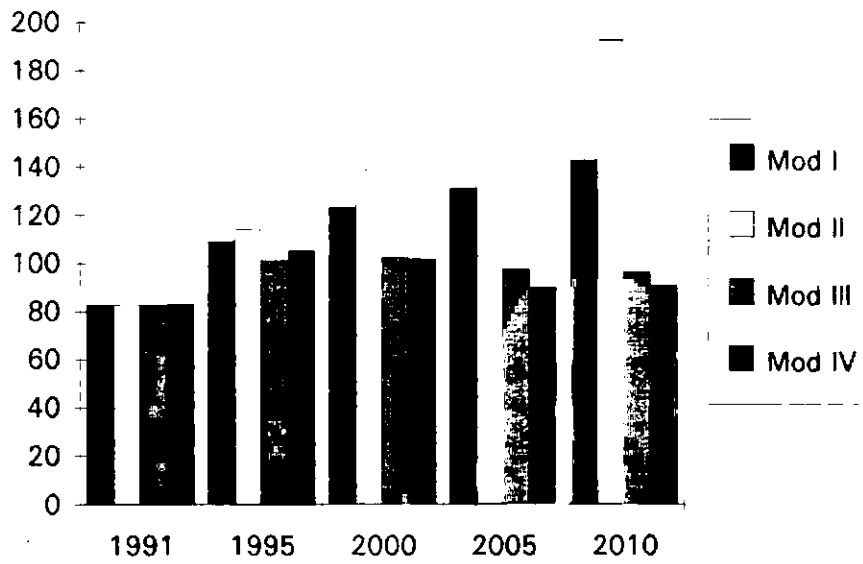
As diferenças destes níveis (modelo I e II) face aos valores encontrados para os modelos III e IV são evidentes, e confirmam o desaceleramento do processo de envelhecimento das estruturas etárias de ambos os concelhos, o que demonstra os efeitos directos de uma estrutura de migrantes com particular importância nas idades activas, aspecto que faz com que os valores, quer do índice de vitalidade, quer do rácio de dependência total, estagnem ou diminuam. Assim, segundo estes modelos, teremos, para a mesma data, no concelho de Alcochete, cerca de 96 (modelo III) ou de 104 (modelo IV) velhos por cada 100 jovens, e o número total de dependentes será de 49 (modelo III e IV) por cada 100 activos. No concelho do Montijo, em 2010, o número de velhos por cada 100 jovens será de 74 (modelo III) ou de 70 (modelo IV) velhos, e, por cada 100 activos, teremos cerca de 48 dependentes (mod III e IV).

¹⁰¹ Índice de vitalidade = $(J/V) \cdot 100$

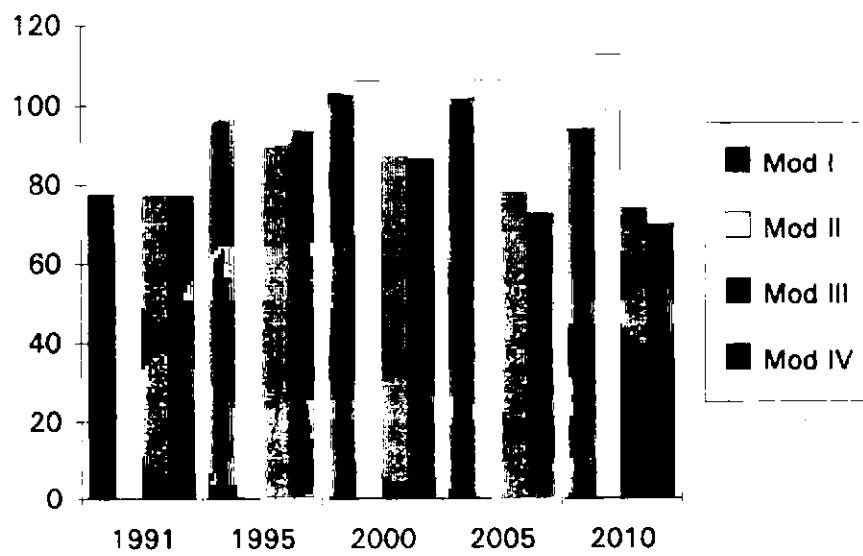
¹⁰² Rácio de Dependência Total = $((J+V)/A) \cdot 100$



Alcochete-- 1991 a 2010



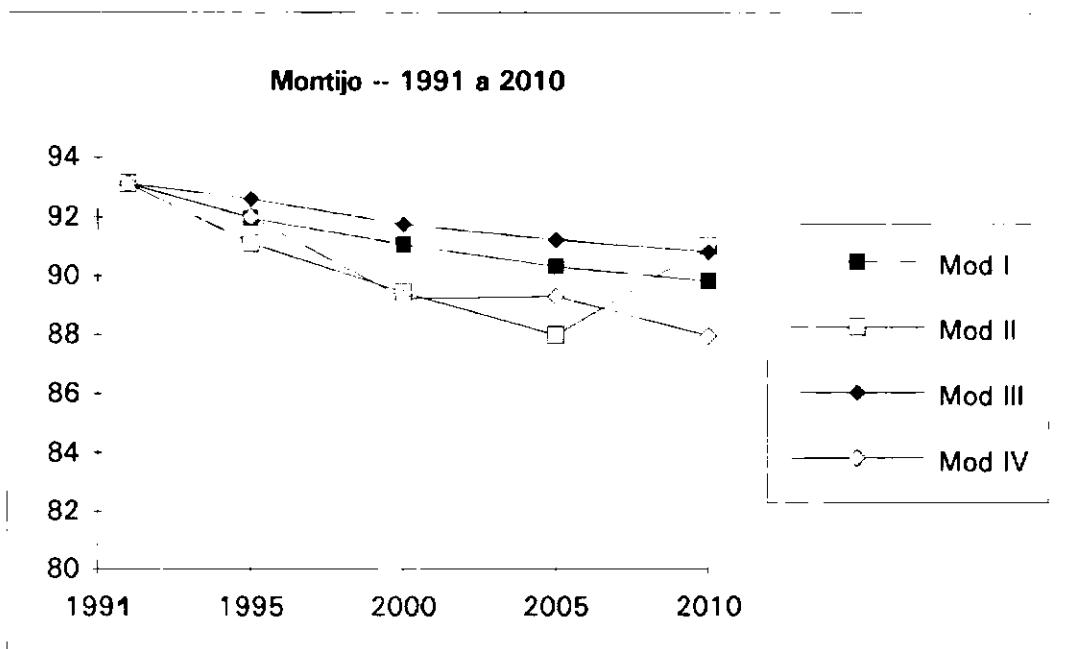
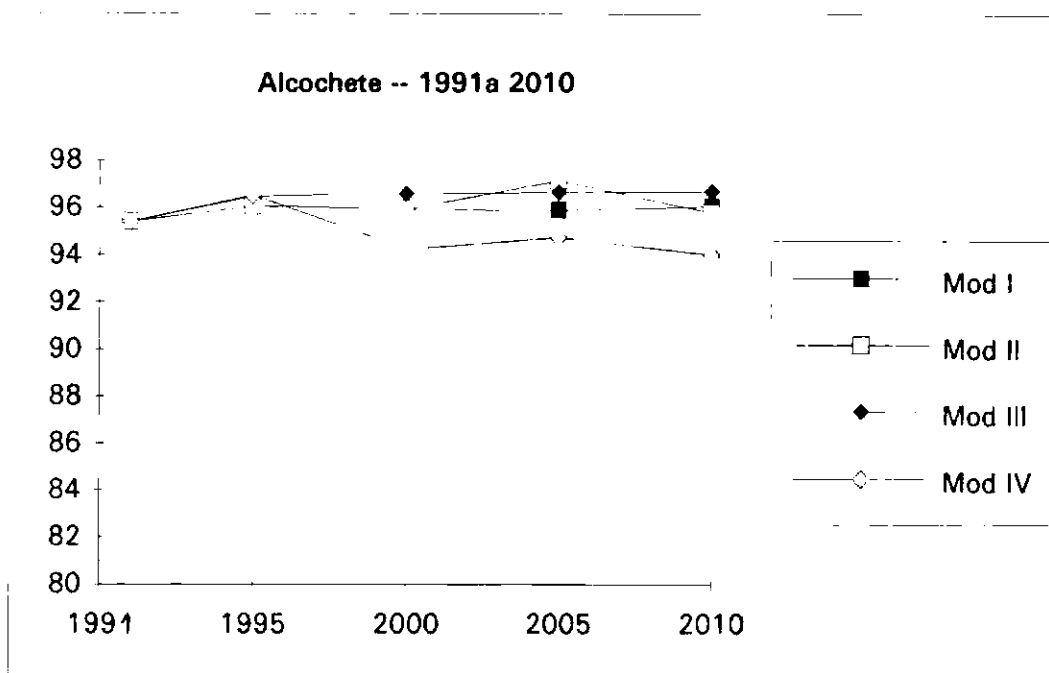
Montijo --1991 a 2010



Depois de analisados os efeitos relativamente às estruturas etárias das populações dos concelhos em cada um dos cenários demográficos, resta evidenciar as repercussões ao nível da repartição da população por sexo. Para tal, recorreremos ao indicador **relações de masculinidade**, que nos informa sobre o número médio de homens por cada 100 mulheres no total da população

Na análise do indicador **relações de masculinidade** constatamos que existe uma predominância dos efectivos do sexo feminino sobre os efectivos do sexo masculino, mantida ao longo dos quinquênios prospectivos, em cada um dos cenários demográficos. No caso das populações do concelho de Alcochete observa-se um desagregar dos valores do rácio entre sexos encontrados no momento de partida (1991), verifica-se segundo os modelos I, II e III uma ligeira subida dos valores - passando de 95 homens por cada 100 mulheres, em 1991, para 96 ou 97 homens (mod I e II, respectivamente) e uma ligeira descida no modelo IV para 94 homens por cada 100 mulheres, em 2010. No que respeita ao Montijo, verifica-se um acentuar das assimetrias entre sexos, pela diminuição dos valores do indicador relações de masculinidade, patente em qualquer um dos cenários, mas com maior incidência nos modelos II (onde os fluxos migratórios negativos são mais intensos para os homens do que para as mulheres) e IV (onde se estimou um maior número de entradas para ambos os sexos, sendo em alguns quinquênios (em 1995/00 e 00/10) mais intensas as entradas de mulheres do que de homens).

Assim, sendo a estrutura da população de chegada influenciada pela repartição etária dos saldos migratórios subjacente aos modelos II, III e IV, vemos que as diferenças dos valores das relações de masculinidade encontradas entre cenários serão sobretudo notórias quando se analisam os valores desse rácio para cada um dos grupos de idades -0 aos 15 anos, 15 aos 65 anos e 65 e mais anos. Primeiramente, observamos um agravar das assimetrias entre sexos, sobretudo nas idades mais



avançadas (65 e mais anos), e principalmente nos cenários demográficos I e II para o concelho do Montijo- em 2010, no concelho do Montijo existiriam, em média por 100 mulheres, 65 homens (mod I) ou 62 homens (mod II), e em Alcochete, para o mesmo efectivo feminino, 81 homens (mod I) ou 76 homens (mod II)-. Se no caso do cenário I a explicação pode apenas ser imputada ao fenómeno de sobremortalidade masculina para explicar a predominância de efectivos do sexo feminino nas idades mais avançadas, no cenário II as assimetrias encontradas agravam-se devido à repartição dos migrantes por grupos de idades e por sexos preconizar uma diminuição mais acentuada dos homens do que das mulheres com 65 e mais anos (11% do total dos saldos migratórios no caso do sexo masculino e 2% do sexo feminino).

Será a inversão do sentido dos saldos que explicará a minimização das assimetrias entre sexos, nas idades mais avançadas, observada nos cenários demográficos III e IV - em 2010 segundo os modelos subjacentes a esses cenários, teríamos, em média por 100 mulheres, 75 homens no concelho do Montijo, e 91 homens (mod III e IV) em Alcochete. Assim, a repartição dos saldos migratórios por idades faz com que, nestes cenários demográficos, a entrada de efectivos masculinos nas idades mais avançadas (65 e mais anos) compense o efeito do fenómeno de sobremortalidade masculina (cujo resultado seria a predominância de efectivos do sexo feminino nas idades mais avançadas) e, como tal, diminua a assimetria verificada entre o número de efectivos masculinos e femininos desta faixa etária na população.

Quadro 28

Relações de masculinidade segundo os vários modelos, em 1991 e 2010, por concelhos

RM	1991	Mod I	Mod II	Mod III	ModIV
Montijo					
0-14 anos	103.2	104.2	103.7	99.0	97.2
15-65 anos	93.4	92.6	90.9	92.0	88.2
65+ anos	80.2	64.7	62.3	75.5	75.0
Alcochete					
0-14 anos	104.4	106.5	112.5	101.2	99
15-64 anos	97.6	99.2	101.8	96.9	93.0
65+ anos	76.5	80.6	76.2	91.2	91

Analisando o rácio entre sexos no grupo de idades intermédios constatamos que no concelho de Alcochete diminuem nos modelos I e II as assimetrias encontradas entre sexos no momento de partida, ao contrário do Montijo, onde aumentam as diferenças entre sexos. Analisando o cenário demográfico subjacente ao modelo II, podemos justificar a diferença encontrada entre concelhos pelo facto da intensidade estimada dos saldos negativos ser idêntica para os homens e mulheres no caso de Alcochete e, mais intensa nos homens, no caso de Montijo, não esquecendo o facto da estrutura-tipo utilizada na repartição dos migrantes atribuir um peso relativo das mulheres em idade activa (no total da população feminina) mais elevado comparativamente ao peso relativo dos homens em idade activa (no total da população masculina)-correspondente a 78% nas mulheres e a 72% os homens. Este facto permite igualmente explicar o agravar das assimetrias entre sexos, entre 1991 e 2010.

observado nos modelos III e IV, em ambos os concelhos, pela entrada de efectivos dos dois sexos, com um peso proporcional mais elevado de mulheres em idade activa que homens.

Nas idades mais jovens (menos de 15 anos) não se verifica em todos os cenários um excesso de efectivos do sexo masculino na população, como se esperaria devido ao efeito do fenómeno da sobremortalidade dos nascimentos (predominância de nascimentos do sexo masculino sob os nascimentos do sexo feminino no total de nascimentos). Esta situação apenas se verifica nos cenários demográficos I e II para ambos os concelhos, e no cenário III para o concelho de Alcochete.

Nos cenários III e IV observa-se uma minimização do efeito do fenómeno de sobremasculinidade dos nascimentos, resultante do aumento de efectivos do sexo feminino ser proporcionalmente mais elevado que o aumento de efectivos do sexo masculino nas mesmas idades, pois, segundo a repartição etária dos saldos migratórios, o peso relativo do grupo dos 0-15 anos corresponde a 20% do total de migrantes, no caso das mulheres, e 16% do total no caso dos homens.

Conclusão

Ao longo da análise comparativa feita para cada momento do tempo prospectivo e focando a especificidade inerente a cada um dos concelhos, podemos confirmar a importância da dinâmica migratória na dinâmica global da população, assim como nas suas estruturas demográficas. A particularidade subjacente à metodologia adoptada, onde se optou por manterem constantes os níveis de mortalidade e de fecundidade observados em 1990/91 ao longo do período prospectivo, permite mais eficazmente salientar os efeitos de dinâmicas migratórias distintas nas dinâmicas populacionais. Deste modo, concluímos que uma dinâmica migratória negativa contribuirá para acentuar os efeitos de uma dinâmica natural pouco vigorosa (devido ao nível baixo de fecundidade) na dinâmica global da população -decrecimento populacional-, e no envelhecimento das estruturas demográficas - envelhecimento na base pela diminuição de jovens, envelhecimento no topo pelo aumento da proporção de velhos, índices de vitalidade e rácios de dependência mais elevados devido ao aumento dos velhos na população total. Pelo contrário uma dinâmica migratória positiva incute uma vitalidade demográfica visível a longo prazo, contribuindo para um crescimento positivo e um desagrar do grau de envelhecimento da população. Estes efeitos foram, igualmente reflexo da estrutura intrínseca aos fluxos migratórios, ou seja dependeram da composição etária e por sexos da população migrante ser maioritariamente composta por jovens e efectivos em idade activa que, assim, contribuiu de forma positiva para a dinâmica demográfica da região de chegada- pelo aumento da população feminina em idade fértil, rejuvenescimento do grupo dos efectivos em idade activa, entre outros aspectos. Deste modo, se a situação prospectivada nos cenários III ou IV, com semelhanças ao nível das estrutura tipo dos migrantes, caracterizar o evoluir futuro dos concelhos de Montijo e Alcochete poderemos concluir que se assistirá a um folêgo de novo vigor demográfico nas dinâmicas populacionais destes concelhos.

Conclusão

Num artigo de opinião publicado no jornal Público (8.03.95)¹⁰³, indagava-se se «seria ou não positivo para o país que se construa a ponte Sacavém-Montijo?». Reformulando a questão, interessa aqui se esta construção teria ou não efeitos positivos para as realidades concelhias de Montijo e de Alcochete. Focando a objectiva na enorme panóplia de problemas a serem colocados pelos diversos quadrantes científicos, procurou-se fotografar apenas uma pequena realidade, um pequeno pormenor desta grande questão, e indagar sobre quais serão os efeitos nos sistemas demográficos dos concelhos de Montijo e de Alcochete. Que desafios serão colocados às dinâmicas populacionais destes concelhos?

Da análise feita sobre as tendências passadas de evolução demográfica dos concelhos situados na margem sul, incluídos na área metropolitana de Lisboa, conclui-se que as diferenças encontradas estão intimamente relacionadas com a sua participação, mais ou menos activa, no processo de suburbanização desta região. A comprovar esta situação detectou-se a realidade sócio-demográfica dos concelhos escolhidos como unidades de análise, Alcochete e Montijo, pela relativa coerência que o seu agrupamento encerra, da qual salientamos, entre outros aspectos, a parca relação que estabelecem com Lisboa - quer em termos de acessibilidades e distâncias que os separam, quer em termos funcionais pela fraca mobilidade pendular de activos residentes nestes concelhos com destino a Lisboa. Estes factores foram posteriormente relacionados com alguns aspectos inerentes ao tipo de implantação industrial e ao grau de urbanização - predominio do sector primário e de indústrias

¹⁰³ Melo, João Joanaz de, "Mais vale tarde que nunca", Espaço-Público, Público, 8.03.1995, p.20.

ligadas a este sector, menor capacidade de emprego comparativamente a outros concelhos da margem sul, baixos níveis de densidade populacional urbana, de ocupação imobiliária,...- e com as suas dinâmicas demográficas -taxas de crescimento nulas ou negativas a partir da década de 70 (contrariamente aos restantes concelhos da península), níveis de crescimento migratório inferiores e, por sua vez, níveis acentuados de envelhecimento demográfico no topo e na base. É precisamente à volta destes aspectos que interessa auscultar a questão dos desafios colocados a estas duas realidades, personificadoras de uma certa entropia no seu grau de desenvolvimento urbano. O novo posicionamento estratégico destes concelhos, induzido quer pela nova acessibilidade face a Lisboa quer pelas alterações subjacentes à total reconversão da margem norte de Lisboa (devido à EXPO 98), detonará novas lógicas de apropriação destes territórios que, em última análise, servirão para os dotar de mais-valias e torná-los populacionalmente mais atractivos. Foi assim que aconteceu nos concelhos que mais cedo participaram no processo de suburbanização da cidade de Lisboa. Como podemos constatar ao longo deste trabalho, a diminuição das distâncias e o aumento da proximidade temporal entre alguns dos concelhos da margem sul do Tejo e Lisboa, através da ligação fluvial e, principalmente, a partir da importante ligação rodoviária que é a Ponte 25 de Abril, contribuiu positivamente para a reconversão dos perfis demográficos dos concelhos. Cite-se como exemplo da primeira situação o caso do concelho de Almada que mais cedo participou no processo de suburbanização e mais completamente se integrou na área metropolitana -situação transparente nos níveis de crescimento populacional, na proporção de lisboetas no total da população residente neste concelho e nos movimentos pendulares dos seus residentes para Lisboa. No segundo caso temos o exemplo mais evidente de confirmação de que a proximidade a Lisboa contribuiu para uma alteração do valor social do território e imprime mudanças em todas as esferas sociais, transparente no exemplo paradigmático do concelho do Seixal - na década de 70, onde se vislumbram os efeitos da ponte, este concelho cresceu como nenhum outro, com um crescimento populacional de +8% a.m. quando a média de crescimento

para a península foi de 4% a.m., os saldos migratórios estimados para este concelho, para a mesma década, foram de +50839 indivíduos (cerca de 34% do total dos saldos observados na península).

Deste modo, todo o percurso deste trabalho de investigação foi no sentido de encontrar orientações a partir da observação de realidades sociais expostas no passado ao mesmo tipo de impacte -ligação viária directa a Lisboa-, salientando os aspectos que melhor explicam a sua diversidade, para assim nos podermos aproximar da hipotética dinâmica demográfica a encontrar no futuro. Detectou-se que um dos aspectos fulcrais do processo de suburbanização, inicialmente localizado nos concelhos ribeirinhos, foi a manifestação de uma tendência já encontrada em Lisboa - a importância da componente migratória (na qual salientamos estarem presentes dois tipos de lógicas: *aproximação* e de *manutenção*) no crescimento populacional. Sendo assim, interessou-nos essencialmente reflectir sobre a importância da componente movimentos migratórios avaliando os seus efeitos na dinâmica demográfica dos concelhos em análise. Todo o trabalho prospectivo procurou fundamentalmente realçar esta questão, optando-se pela situação teórica de manutenção dos níveis da dinâmica natural (mortalidade e fecundidade) ao longo do período prospectivo, mais do que prever situações sobre o efectivo populacional ou dinâmicas populacionais precisas a encontrar no futuro. Tratou-se fundamentalmente de um « laboratório», onde se definiram hipóteses, onde se fizeram experiências, e se detectaram efeitos.

Quanto aos resultados obtidos, assim como à análise apresentada da evolução da componente movimentos migratórios, considerada como elemento preponderante deste estudo, torna-se necessário tecer algumas observações quanto à dificuldade sentida em determinar a importância real desta dimensão, em todos os seus sentidos, nas populações dos concelhos. Uma das questões prende-se com a impossibilidade de analisar por métodos directos a importância dos movimentos migratórios internos ao

longo do tempo. A descontinuidade e a falta de coerência temporal com que são apresentados os dados referentes a estes movimentos nos recenseamentos são impeditivos reais duma análise diacrónica e comparativa- saliente-se, como exemplo, a naturalidade dos residentes que apenas aparece de forma idêntica nos recenseamento de 1950 e 1981. Por outro lado, não existe um tratamento estatístico realmente dimensionado que registe os movimentos das populações ocorridos entre regiões do país, discriminado ao nível da unidade de análise do concelho. Resta-nos inferir a importância desta variável por métodos indirectos, estimando saldos migratórios, facto que retira alguma precisão à sua análise pela impossibilidade de avaliar a dimensão real dos sentidos que a compõem no passado e pelo resultado depender da qualidade dos dados demográficos. Um outro aspecto igualmente importante a salientar foi a dificuldade sentida em planear a evolução desta variável no futuro devido aos múltiplos factores que a influenciam e despoletam, que em última análise irão estar intrinsecamente relacionados com a valorização social das regiões. Assim, a opção de estimar a intensidade da dinâmica migratória por aproximação ao observado em situações idênticas do passado, tendo como base de reflexão que as realidades sociais jamais se repetem, apresenta a dupla faceta de, por um lado, servir como um indicador de orientação válido e, por outro lado, se limitar aos imperativos contextuais desse passado.

Retomando a sub-questão inicialmente colocada, que quase serve de 'mote a esta investigação, restringindo-se o campo de acção apenas aos cenários futuros, construídos a partir das hipóteses que contemplam a alteração do sentido actual dos saldos migratórios, poder-se-á dizer que os efeitos nos sistemas demográficos dos concelhos serão positivos, quando comparados com o perfil actual dos concelhos - perda de população e duplo envelhecimento das estruturas populacionais. Ao manterem-se as dinâmicas demográficas actuais no futuro (previstas nos modelos I - população fechada-, e II- dinâmica global da população em 1990/91), assistir-se-á ao

agravar da falta de vigor demográfico que caracteriza estes concelhos desde algum tempo. Pelo contrário, a entrada de novos efectivos, segundo o tipo de repartição por sexo e idade descrito anteriormente, permitirá, a médio ou a longo prazo, um relativo rejuvenescimento dos níveis de envelhecimento da população e uma retoma dos ritmos de crescimento positivos (modelos III e IV). Para esta inversão favorável do perfil demográfico dos concelhos contribui o aumento populacional global, assim como as características implícitas deste aumento, nomeadamente ao nível do quantitativo de mulheres no período fértil (e a sua repartição favorável no interior desse grupo) com consequências óbvias nos níveis de natalidade e no desacelerar do grau de envelhecimento no topo. Outros efeitos ressaltam: o acentuar dos níveis de urbanização, pelos aumentos das densidades populacionais e densidades urbanas, terá certamente efeitos no agravar das assimetrias no que respeita à desigual distribuição da população no interior do espaço concelhio (principalmente no caso do Montijo).

Segundo TAPINOS¹⁰⁴, com a variável movimentos migratórios introduz-se a dimensão espacial nos fenómenos demográficos, de tal forma que não se podem diferenciar as dinâmicas migratórias sem a referência a um território, e vice-versa. Assim, quando se reflecte sobre a reestruturação de espaços urbanos, com as características dos concelhos em estudo, torna-se necessário equacionar o tipo de repercussões que essa situação terá ao nível da sua dinâmica populacional, principalmente atentando no comportamento da variável movimentos migratórios e nos seus efeitos quer no perfil das populações, quer indirectamente como indutora de mudança desse mesmo espaço. Assim, releva-se a pertinência dos estudos demográficos prospectivos em situações concretas de reconversão sócio-espacial, na medida em que só projectando o presente demográfico em todos os seus sentidos potenciais se pode conhecer que perfis demográficos lhes subjazem, para se entender e planear a mudança em toda a sua globalidade.

¹⁰⁴ «(...) Avec la migration, nous avons introduit la dimension spatiale des phénomènes démographiques (...)\», Tapinos, Georges, Éléments de Démographie, p.163.

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

ALCOCHETE

Mod I	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0,4	239	215	245	236	213	250	254	260	251	226
5,9	255	239	215	245	236	291	250	254	260	251
10-14	366	253	237	212	243	357	291	250	254	260
15-19	416	366	253	237	212	460	355	289	248	252
20-24	392	416	366	253	237	401	458	353	287	247
25-29	339	392	416	366	253	297	394	449	346	282
30-34	329	339	392	416	366	335	292	387	442	340
35-39	310	329	339	392	416	319	335	292	387	442
40-44	386	308	326	336	389	342	319	335	292	387
45-49	360	384	306	324	334	378	340	317	333	290
50-54	340	355	378	301	320	317	368	331	308	324
55-59	323	335	350	373	297	309	302	351	315	294
60-64	323	316	327	342	364	277	297	290	337	303
65-69	275	306	299	310	324	230	253	271	265	308
70-74	214	260	290	283	294	164	204	225	241	235
75-79	161	184	224	249	243	129	132	165	181	194
80-84	110	118	134	164	182	73	79	81	100	111
85+	66	57	61	70	85	36	45	48	50	62
Total	5204	5169	5157	5108	5006	4965	4966	4947	4898	4808

Anexos

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos

1991	1995	2000	2005	2010
489	469	505	487	439
546	489	469	505	487
723	544	487	466	503
876	721	541	485	465
793	874	719	540	484
636	786	865	712	535
664	631	779	858	708
629	664	631	779	858
728	627	661	628	776
738	723	622	657	624
657	723	709	610	644
632	637	701	688	591
600	612	618	679	667
505	559	570	575	632
378	464	514	524	529
290	316	388	430	437
183	196	215	264	292
102	102	109	119	146
10169	10136	10104	10006	9814

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Alcochete Mod II	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0-4	239	188	192	167	132	250	237	214	187	150
5-9	255	233	183	186	163	291	239	226	204	178
10-14	366	230	210	161	166	357	275	224	212	191
15-19	416	345	210	191	143	460	313	234	185	176
20-24	392	379	310	178	161	401	414	269	194	148
25-29	339	355	345	278	148	297	350	364	225	154
30-34	329	316	333	324	259	335	279	331	346	210
35-39	310	306	294	313	305	319	322	266	319	335
40-44	386	289	286	275	295	342	312	315	259	313
45-49	360	365	269	267	258	378	332	302	306	251
50-54	340	343	348	255	254	317	361	317	288	292
55-59	323	323	327	333	241	309	295	338	296	269
60-64	323	310	311	314	321	277	290	278	319	279
65-69	275	303	291	292	296	230	238	251	241	279
70-74	214	258	285	274	274	164	200	207	219	210
75-79	161	184	222	245	235	129	128	157	164	174
80-84	110	118	134	162	179	73	75	75	93	97
85+	66	57	61	70	84	36	42	43	43	54
total	5204	4902	4285	4839	3914	4965	4701	4412	4101	3761

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos

1991	1995	2000	2005	2010
489	425	405	354	282
546	472	409	390	340
723	506	434	373	357
876	657	444	376	320
793	793	579	371	309
636	705	709	503	301
664	594	664	670	469
629	628	560	632	641
728	600	601	535	608
738	697	572	573	509
657	704	665	543	546
632	618	665	629	511
600	601	588	633	600
505	542	543	532	575
378	458	492	493	485
290	312	379	409	409
183	192	210	255	276
102	99	104	113	138
10169	9603	9023	8386	7675

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Mod III	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0,4	239	263	355	391	411	250	286	355	391	410
5,9	255	250	275	368	405	291	271	309	381	419
10_14	366	294	292	322	418	357	320	303	345	420
15-19	416	406	337	340	374	460	433	404	396	447
20-24	392	484	479	418	429	401	540	521	502	504
25-29	339	460	557	560	507	297	476	621	612	603
30-34	329	382	506	609	617	335	317	496	641	635
35-39	310	371	428	558	665	319	360	345	526	674
40-44	386	342	406	466	599	342	333	375	362	545
45-49	360	418	378	445	509	378	353	346	389	377
50-54	340	377	437	399	468	317	381	358	352	396
55-59	323	357	396	457	423	309	315	378	358	353
60-64	323	325	360	399	459	277	309	316	377	359
65-69	275	311	314	347	384	230	281	313	322	382
70-74	214	261	296	299	330	164	211	257	286	295
75-79	161	185	226	256	259	129	139	178	216	240
80-84	110	119	136	166	188	73	86	92	117	141
85+	66	58	62	71	87	36	51	60	64	81
total	5204	5663	6240	6869	7533	4965	5463	6027	6638	7282

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos

1991	1995	2000	2005	2010
489	508	725	927	848
546	505	553	801	949
723	578	608	719	847
876	778	743	887	797
793	947	995	1099	989
636	859	1157	1344	1193
664	664	955	1310	1382
629	697	766	1116	1358
728	650	769	879	1147
738	746	720	879	908
657	740	785	790	888
632	654	771	847	792
600	623	666	799	836
505	575	625	698	765
378	469	540	593	646
290	321	403	470	500
183	199	229	293	323
102	105	121	145	167
10169	10618	12132	14595	15333

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

MONTIJO

Mod I	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0,4	850	981	983	949	866	882	1002	1029	993	906
5,9	992	849	981	983	949	1049	879	999	1025	990
10-14	1332	990	848	979	981	1346	1044	875	994	1020
15-19	1491	1326	986	844	974	1482	1329	1030	864	981
20-24	1283	1486	1322	982	841	1230	1463	1311	1017	852
25-29	1301	1281	1483	1319	980	1236	1219	1449	1299	1008
30-34	1213	1298	1278	1480	1316	1183	1221	1204	1431	1283
35-39	1295	1208	1293	1273	1474	1151	1167	1204	1187	1412
40-44	1260	1286	1200	1284	1264	1275	1129	1144	1181	1164
45-49	1262	1249	1275	1189	1273	1097	1247	1104	1119	1155
50-54	1209	1243	1230	1255	1171	1084	1064	1209	1071	1085
55-59	1192	1178	1211	1198	1223	1085	1028	1009	1147	1016
60-64	1206	1146	1132	1164	1152	1052	989	937	920	1046
65-69	1020	1137	1080	1068	1097	941	920	865	819	804
70-74	704	908	1012	962	950	596	768	750	705	668
75-79	528	572	738	822	781	400	419	540	528	496
80-84	333	364	394	508	566	197	224	234	302	295
85+	190	191	209	226	292	91	81	92	96	124
total	18661	18694	18654	18487	18153	17377	17190	16986	16698	16305

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos					
	1991	1995	2000	2005	2010
	1732	1983	2012	1942	1772
	2041	1729	1979	2008	1938
	2678	2034	1723	1972	2001
	2973	2655	2016	1708	1955
	2513	2948	2633	1999	1693
	2537	2499	2932	2618	1988
	2396	2519	2482	2911	2600
	2446	2375	2497	2460	2886
	2535	2415	2344	2465	2429
	2359	2496	2379	2309	2428
	2293	2307	2439	2326	2257
	2277	2206	2220	2346	2239
	2258	2135	2070	2084	2198
	1961	2057	1945	1887	1902
	1300	1676	1762	1667	1619
	928	991	1278	1350	1277
	530	587	628	810	861
	281	272	301	322	416
	36038	35884	35640	35185	34459

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Montijo Mod II	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0,4	850	959	934	884	787	882	978	978	925	824
5,9	992	844	954	928	879	1049	864	960	961	909
10_14	1332	972	824	934	909	1346	1022	839	935	936
15_19	1491	1308	950	803	913	1482	1271	954	774	872
20_24	1283	1455	1274	917	772	1230	1402	1196	885	710
25-29	1301	1250	1423	1242	886	1236	1159	1331	1129	822
30-34	1213	1279	1229	1401	1221	1183	1202	1126	1297	1099
35-39	1295	1189	1255	1205	1377	1151	1148	1168	1094	1263
40-44	1260	1271	1166	1232	1182	1275	1119	1117	1136	1064
45_49	1262	1233	1244	1140	1206	1097	1237	1085	1083	1102
50_54	1209	1233	1205	1215	1113	1084	1054	1190	1043	1041
55-59	1192	1168	1191	1164	1175	1085	1019	991	1120	981
60-64	1206	1141	1118	1141	1115	1052	980	920	895	1013
65-69	1020	1135	1074	1052	1074	941	899	837	786	764
70_74	704	906	1008	954	935	596	763	729	678	636
75_79	528	572	736	819	775	400	414	531	507	472
80_84	333	364	394	507	564	197	219	228	293	280
85 +	190	191	209	226	291	91	76	86	89	116
total	18661	18471	18187	17766	17175	17377	16827	16265	15631	14904

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos

1991	1995	2000	2005	2010
1732	1937	1912	1809	1611
2041	1708	1914	1889	1788
2678	1994	1663	1869	1845
2973	2580	1903	1578	1785
2513	2858	2470	1802	1482
2537	2409	2754	2371	1709
2396	2481	2355	2698	2319
2446	2338	2423	2299	2640
2535	2389	2282	2368	2246
2359	2470	2329	2223	2308
2293	2287	2395	2258	2155
2277	2187	2182	2284	2156
2258	2122	2039	2036	2128
1961	2034	1911	1838	1838
1300	1669	1737	1632	1570
928	986	1268	1327	1247
530	582	621	800	844
281	267	295	316	407
36038	35298	34453	33397	32078

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Mod III	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0,4	850	1157	1402	1548	1640	882	1115	1385	1531	1619
5,9	992	888	1199	1449	1599	1049	952	1188	1467	1622
10-14	1332	1137	1048	1374	1642	1346	1146	1055	1304	1594
15-19	1491	1468	1288	1215	1557	1482	1603	1421	1369	1646
20-24	1283	1729	1729	1577	1534	1230	1751	1886	1745	1727
25-29	1301	1523	1991	2019	1897	1236	1507	2039	2212	2106
30-34	1213	1453	1689	2174	2221	1183	1309	1582	2119	2301
35-39	1295	1361	1614	1867	2368	1151	1254	1383	1664	2204
40-44	1260	1410	1487	1753	2020	1275	1178	1281	1414	1695
45-49	1262	1373	1534	1624	1903	1097	1296	1203	1311	1447
50-54	1209	1323	1440	1607	1706	1084	1109	1304	1220	1330
55-59	1192	1258	1376	1499	1672	1085	1074	1100	1291	1217
60-64	1206	1181	1248	1366	1488	1052	1031	1022	1052	1231
65-69	1020	1141	1133	1198	1311	941	1017	1004	1010	1047
70-74	704	909	1021	1014	1072	596	792	856	848	856
75-79	528	573	743	834	829	400	443	582	631	627
80-84	333	365	399	516	580	197	248	273	353	384
85+	190	191	214	233	302	91	105	126	140	176
total	18661	20440	22554	24866	27340	17377	18929	20689	22682	24827

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos

1991	1995	2000	2005	2010
1732	2272	2787	3079	3259
2041	1841	2387	2916	3220
2678	2283	2103	2678	3236
2973	3071	2708	2583	3203
2513	3480	3615	3322	3261
2537	3031	4030	4232	4003
2396	2762	3272	4293	4521
2446	2614	2997	3531	4572
2535	2588	2768	3167	3715
2359	2669	2737	2935	3350
2293	2432	2744	2827	3036
2277	2331	2476	2790	2889
2258	2212	2270	2418	2719
1961	2158	2137	2208	2358
1300	1701	1876	1861	1928
928	1016	1324	1465	1456
530	613	671	870	963
281	296	340	373	478
36038	39369	43243	47548	52167

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Mod IV	Mulheres					Homens				
	1991	1995	2000	2005	2010	1991	1995	2000	2005	2010
0,4	850	1064	1464	1859	1691	882	1053	1375	1762	1700
5,9	992	867	1128	1558	1888	1049	912	1144	1540	1803
10_14	1332	1060	1109	1483	1668	1346	1090	1040	1376	1597
15_19	1491	1393	1290	1448	1585	1482	1452	1431	1664	1531
20_24	1283	1601	1790	1873	1629	1230	1592	1806	2082	1823
25_29	1301	1396	1999	2375	2056	1236	1349	1951	2460	2244
30_34	1213	1372	1648	2369	2488	1183	1261	1447	2133	2485
35_39	1295	1281	1618	2011	2476	1151	1206	1356	1628	2158
40_44	1260	1345	1477	1908	2092	1275	1151	1246	1442	1628
45_49	1262	1308	1538	1764	1986	1097	1269	1189	1331	1442
50_54	1209	1281	1420	1708	1799	1084	1084	1289	1257	1319
55-59	1192	1216	1380	1576	1725	1085	1049	1087	1328	1221
60_64	1206	1163	1227	1412	1543	1052	1008	1010	1087	1236
65-69	1020	1145	1125	1200	1345	941	964	1007	1109	1012
70_74	704	910	1026	1012	1071	596	779	817	877	919
75_79	528	574	746	844	825	400	430	579	631	632
80_84	333	366	401	523	584	197	235	271	378	368
85 +	190	193	216	240	304	91	91	126	166	169
total	18661	19534	22603	27163	28754	17377	17972	20169	24253	25287

População segundo os modelos demográficos de 1991 a 2010

Sexos reunidos

1991	1995	2000	2005	2010
1732	2117	2840	3622	3391
2041	1780	2272	3098	3891
2678	2150	2149	2858	3265
2973	2846	2720	3112	3115
2513	3193	3596	3955	3452
2537	2744	3950	4834	4300
2396	2632	3094	4502	4973
2446	2486	2974	3639	4634
2535	2496	2722	3350	3720
2359	2577	2727	3096	3427
2293	2365	2709	2966	3118
2277	2264	2466	2904	2947
2258	2170	2237	2500	2779
1961	2109	2132	2309	2357
1300	1689	1844	1889	1991
928	1004	1324	1475	1457
530	600	673	902	952
281	284	342	406	473
36038	37506	42772	51416	54042

Tábuas de Mortalidade

Alcochete	1990/91										
G. I	Mulheres	OBIT	n M x	n Q x	n P x	l x	n D x	n L x	P x	T x	E x
0.1	37	0.5	0.01351	0.01138	0.98862	100000	1138	98919	0.98874	7983688	79.84
1.4	202	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	98862	0	395449	0.99988	7884769	79.76
5.9	255	0.5	0.00196	0.00976	0.99024	98862	965	494312	0.99512	7489320	75.76
10.14	366	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	97898	0	491900	0.99510	6995008	71.45
15.19	416	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	97898	0	489489	1.00000	6503107	66.43
20.24	392	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	97898	0	489489	1.00000	6013618	61.43
25.29	339	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	97898	0	489489	1.00000	5524129	56.43
30.34	329	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	97898	0	489489	1.00000	5034640	51.43
35.39	310	0.5	0.00161	0.00803	0.99197	97898	786	489489	0.99598	4545151	46.43
40.44	386	0.5	0.00130	0.00646	0.99354	97112	627	487523	0.99275	4055662	41.76
45.49	360	1.0	0.00278	0.01379	0.98621	96485	1331	483990	0.98989	3568138	36.98
50.54	340	1.0	0.00294	0.01460	0.98540	95154	1389	479096	0.98581	3084148	32.41
55.59	323	1.5	0.00464	0.02295	0.97705	93765	2152	472296	0.98125	2605052	27.78
60.64	323	3.5	0.01084	0.05275	0.94725	91612	4833	463443	0.96232	2132756	23.28
65.69	275	3.0	0.01091	0.05310	0.94690	86780	4608	445981	0.94708	1669314	19.24
70.74	214	6.5	0.03037	0.14115	0.85885	82172	11599	422380	0.90408	1223333	14.89
75.79	161	10.0	0.06211	0.26882	0.73118	70573	18971	381864	0.79986	800953	11.35
80.84	110	14.0	0.12727	0.48276	0.51724	51602	24911	305439	0.27119	419090	8.12
> 85	66	15.5	0.23485	1.00000	0.00000	26691	--	113651	--	113651	4.26

Tábuas de Mortalidade

G. I	Homens	Ob.90/91	n M x	n Q x	n P x	l x	n D x	n L x	P x	T x	E x
0.1	46	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	100000	0	100000	1.00000	7620715	76.21
1.4	204	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	100000	0	400000	1.00000	7520715	75.21
5.9	291	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	100000	0	500000	1.00000	7120715	71.21
10.14	357	0.5	0.00140	0.00698	0.99302	100000	698	500000	0.99651	6620715	66.21
15.19	460	0.5	0.00109	0.00542	0.99458	99302	538	498255	0.99380	6120715	61.64
20.24	401	1.5	0.00374	0.01853	0.98147	98764	1830	495165	0.98804	5622460	56.93
25.29	297	1.0	0.00337	0.01669	0.98331	96934	1618	489244	0.98238	5127294	52.89
30.34	335	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	95316	0	480624	0.99158	4638050	48.66
35.39	319	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	95316	0	476578	1.00000	4157426	43.62
40.44	342	0.5	0.00146	0.00728	0.99272	95316	694	476578	0.99636	3680848	38.62
45.49	378	2.0	0.00529	0.02611	0.97389	94621	2471	474842	0.98334	3204270	33.86
50.54	317	3.0	0.00946	0.04622	0.95378	92151	4260	466931	0.96397	2729428	29.62
55.59	309	2.5	0.00809	0.03965	0.96035	87891	3485	450105	0.95698	2262497	25.74
60.64	277	5.0	0.01805	0.08636	0.91364	84406	7289	430743	0.93747	1812392	21.47
65.69	230	5.5	0.02391	0.11282	0.88718	77117	8700	403809	0.90101	1381649	17.92
70.74	164	7.0	0.04268	0.19284	0.80716	68417	13193	363835	0.84956	977840	14.29
75.79	129	12.5	0.09690	0.39002	0.60998	55223	21538	309101	0.71909	614005	11.12
80.84	73	7.0	0.09589	0.38674	0.61326	33685	13028	222272	0.27101	304904	9.05
> 85	36	9.0	0.25000	1.00000	0.00000	20658	--	82632	--	82632	4.00

Tábuas de Mortalidade

Montijo		1990/91									
G. I	Mulheres	ob 90/91	n M x	n Q x	n P x	l x	n D x	n L x	P x	T x	E x
0.1	171	0.5	0.00292	0.00263	0.99737	100000	263	99751	0.99517	7713873	77.14
1.4	679	0.5	0.00074	0.00294	0.99706	99737	293	397835	0.99927	7614122	76.34
5.9	992	0.0	0.00000	0.00000	1.00000	99444	0	497220	0.99813	7216287	72.57
10.14	1332	1.0	0.00075	0.00375	0.99625	99444	373	496289	0.99562	6719067	67.57
15.19	1491	1.5	0.00101	0.00502	0.99498	99071	497	494115	0.99651	6222778	62.81
20.24	1283	0.5	0.00039	0.00195	0.99805	98574	192	492392	0.99807	5728663	58.12
25.29	1301	0.5	0.00038	0.00192	0.99808	98383	189	491440	0.99801	5236271	53.22
30.34	1213	0.5	0.00041	0.00206	0.99794	98194	202	490463	0.99609	4744831	48.32
35.39	1295	1.5	0.00116	0.00577	0.99423	97991	566	488543	0.99316	4254368	43.42
40.44	1260	2.0	0.00159	0.00791	0.99209	97426	770	485203	0.99112	3765825	38.65
45.49	1262	2.5	0.00198	0.00986	0.99014	96655	953	480896	0.98486	3280623	33.94
50.54	1209	5.0	0.00414	0.02047	0.97953	95703	1959	473617	0.97433	2799727	29.25
55.59	1192	7.5	0.00629	0.03097	0.96903	93744	2903	461462	0.96135	2326110	24.81
60.64	1206	11.5	0.00954	0.04657	0.95343	90841	4230	443627	0.94266	1864648	20.53
65.69	1020	14.5	0.01422	0.06864	0.93136	86610	5945	418189	0.89017	1421021	16.41
70.74	704	23.5	0.03338	0.15405	0.84595	80665	12426	372261	0.81266	1002832	12.43
75.79	528	27.0	0.05114	0.22670	0.77330	68239	15470	302521	0.68863	630570	9.24
80.84	333	35.5	0.10661	0.42087	0.57913	52769	22209	208325	0.57470	328050	6.22
> 85	190	48.5	0.25526	1.00000	0.00000	30561	--	119725		119725	3.92

Tábuas de Mortalidade

Montijo	1990/91												
G. I	Homens	ob	90/91	n M x	n Q x	n P x	I x	n D x	n L x	P x	T x	E x	
0.1	181	1.0	0.00552	0.00504	0.99496	100000	504	99521	0.99286	6892220	68.92		
1.4	701	0.5	0.00071	0.00285	0.99715	99496	283	396906	0.99689	6792699	68.27		
5.9	1049	1.0	0.00095	0.00476	0.99524	99212	472	494883	0.99485	6395793	64.47		
10.14	1346	1.5	0.00111	0.00556	0.99444	98741	549	492332	0.98722	5900910	59.76		
15.19	1482	6.0	0.00405	0.02004	0.97996	98192	1968	486041	0.98687	5408578	55.08		
20.24	1230	1.5	0.00122	0.00608	0.99392	96224	585	479659	0.99094	4922538	51.16		
25.29	1236	3.0	0.00243	0.01206	0.98794	95639	1154	475312	0.98767	4442879	46.45		
30.34	1183	3.0	0.00254	0.01260	0.98740	94486	1190	469452	0.98616	3967566	41.99		
35.39	1151	3.5	0.00304	0.01509	0.98491	93295	1408	462956	0.98086	3498115	37.50		
40.44	1275	6.0	0.00471	0.02326	0.97674	91887	2137	454094	0.97820	3035158	33.03		
45.49	1097	4.5	0.00410	0.02030	0.97970	89750	1822	444197	0.96962	2581064	28.76		
50.54	1084	9.0	0.00830	0.04067	0.95933	87928	3576	430702	0.94864	2136867	24.30		
55.59	1085	14.0	0.01290	0.06250	0.93750	84352	5272	408582	0.91143	1706166	20.23		
60.64	1052	26.0	0.02471	0.11638	0.88362	79080	9204	372393	0.87433	1297584	16.41		
65.69	941	27.5	0.02922	0.13617	0.86383	69877	9515	325595	0.81573	925191	13.24		
70.74	596	32.5	0.05453	0.23994	0.76006	60361	14483	265599	0.70325	599596	9.93		
75.79	400	36.5	0.09125	0.37150	0.62850	45878	17044	186782	0.55904	333997	7.28		
80.84	197	30.0	0.15228	0.55147	0.44853	28834	15901	104419	0.40985	147215	5.11		
> 85	91	27.5	0.30220	1.00000	0.00000	12933	--	42796	--	42796	3.31		



Bibliografia

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, Alberto de, Mobilidade Geográfica da População de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas 1921-1960, Centro de Estudos de Economia Agrária, F.C.G., Lisboa, 1969.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, Atlas da Emigração Portuguesa, Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos, Série Migrações, Porto, 1985.

ALMEIDA, João, Ferreira de, e Outros, "A recomposição sócio-profissional e novos protagonismos", in Reis, António (Coord.), Portugal 20 Anos de Democracia, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

ARANGO, Joaquín, "La «leyes e las migraciones» de E. G. Ravenstein, cien años despues", REIS, 32, 1985.

BAILLY, Antoine, "Espace et Représentations Mentales", Auriac, Frank e Brunet, Roger (ORG.), Espaces, jeux et enjeux, Fondation Diderot, Fayard, Paris, 1986.

BAPTISTA, A e MONIZ, F., Migrações internas. Algumas observações a partir dos fluxos- inter-regionais no período 1973-1981, I.A.C.E.P., Lisboa, 1985.

BARATA, J, P, Martins, "Área Metropolitana de Lisboa, Porquê? Para quê? Como?", *Sociedade e Território - Planos sem Poder, Poder sem Planos*, Ano 2, Porto, Novembro de 1986.

BASSAND, Michel, "La mobilité spatiale, un phénomène macroscopique", *Sociedade e Território - Transportes por ou contra a cidade?*, Ano 3, Porto, Julho de 1988.

BAUELLE, Guy e PINCHEMEL, Philippe, "De l'analyse systematique de l'espace au système spatial en géographie", Auriac, Frank e Brunet, Roger (ORG.), Espaces, jeux et enjeux, Fondation Diderot, Fayard, Paris, 1986.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline, Geografia Urbana, F.C.G., Lisboa, 1983.
Behavior, vol. 17, No.2 , Sage Publication, 1985.

CABRÉ, Ana e Outros, "Cambio migratorio y «reconversion territorial» en España", *REIS*, 32, 1985.

Caracterização geográfica e socio-económica do concelho de Montijo, ed. Câmara Municipal de Montijo, Montijo, 1990.

CARRILHO, M^a José, e Outros, Alterações Demográficas nas regiões Portuguesas entre 1981-1991, Gabinete de Estudos Demográficos, I.N.e., Lisboa, 1993.

CARRILHO, M^a José e Outros, Crescimento Demográfico, Movimentos internos e pendulares e os transportes na Área Metropolitana de Lisboa, I.N.E., Lisboa, 1995.

CASTELLS, Manuel, Problemas de Investigação em Sociologia Urbana, Ed. Presença, 1984, Lisboa.

CÓNIM, Custódio, Carrilho, M^a José, Situação Demográfica e perspectivas de evolução, Portugal, 1960-2000, cad. 16, I.e.D., Lisboa, 1989.

COSTA, Carlos, A. Bana e, " Dinâmica de expansão da Área Metropolitana de Lisboa - Aspectos nas sua periferias", *Sociedade e Território*, ano 3, Porto, 1985.

COURGEAU, Daniel, Méthodes de mesure de la mobilité spatiale. Migrations internes, mobilité temporaire, navettes, I.N.E.D, Paris, 1990.

COX, Peter C. , Demography, Cambridge University Press, Cambridge, 1976.

CRAVEIRO, Maria Teresa, " L'insertion du développement local dans le développement global de l'aires métropolitaine de Lisbonne", *Sociedade e Território- Enjeux Sociaux et Transformations du Territoire*, Portugal, Ano 5, Setembro de 1990.

CRAVEIRO, J. Lutas, Estudos de Impacte Ambiental. Uma contribuição sociológica , ITECS 20, LNEC, Lisboa, 1993.

CRUZ, Maria Alfreda, A margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço, ed. autor, Montijo, 1973.

DECOUFLÉ, André, A prospectiva , Colecção Ciências Sociais e Humanas, Livraria Bertrand, Lisboa, 1977.

DUPÂQUIER , Jacques et Michel, Histoire de la Démographie, *Collection Pour L'Histoire*, Perrin, Paris, 1985.

FARIA, Carlos Vieira de, Novo fenómeno urbano-aglomeração de Setúbal. Ensaio de Sociologia Urbana, Texto de ciências sociais/18, Assírio e Alvim, Lisboa, 1981.

FERRÃO, João, e Outros “ Repensar as cidades de média dimensão”, *Análise Social*, vol. XXIX, (129), I.C.S., Lisboa, 1994. “ Três décadas de consolidação do Portugal Demográfico Moderno”, Barreto, António (Org.), *A Situação Social de Portugal, 1960-1995*. I.C.S.-Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996.

FERREIRA, António Fonseca, e Outros “ A ponte 25 de Abril :uma abordagem sobre o impacto sócio-urbanístico da sua construção “, *Sociedade e Território - Transportes por ou contra a cidade?*, Ano 3, Porto, Julho de 1988.

FERREIRA, António Fonseca, e Outros “A ponte 25 de Abril e as Transformações Socio-Urbanísticas a Sul do Tejo”, *Desenvolvimento*, Ano III, nº5-6, Dezembro de 1990, I.E.D., Lisboa.

FERREIRA, Vitor Matias, “ Expansion urbaine et formation de L'espace métropolitain de Lisbonne”, *Sociedade e Território- Enjeux Sociaux et Transformations du Territoire*, Portugal, Ano 5, Porto, Setembro de 1990.

FINSTERBUSCH, Kurt, “ State of Art in Social Impact Assessment”, *Environment and*

FONSECA, Maria Lucinda, População e Território. Do país à área metropolitana, Memórias do Centro de Estudos Geográficos/14, C.E.G., Lisboa, 1990.

GASPAR, Jorge, A Ponte Salazar e o Tráfego fluvial entre Lisboa e a Outra Banda, Estudos de Geografia Urbana/2, C.E.G., Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1972.

Ocupação e Organização do Espaço. retrospectiva e Tendências, col. Temas Actuais, Portugal, os próximos 20 anos, I vol. , F.C.G., Lisboa, 1986.

GEORGE, Pierre, Sociologie et Géographie, Collection Le Sociologue, P.U.F., Paris, 1966.

GRAFMEYER, Yves, Sociologia Urbana, Coleção Saber, Publicações Europa

GRIBAUDI, Maurizio, "Stratégies migratoires et mobilité relative entre village et ville", *Population*, présenté par Hervé Le Bras, Pluriel, Paris, 1985.

GUERRA, Isabel, " La péninsule de Setúbal - une région industrielle à la recherche d'une autre logique de développement", *Sociedade e Território- Enjeux Sociaux et Transformations du Territoire*, Ano 5, Porto, Setembro de 1990.

JACKSON, John, A., Migrações, col. Sociologias, Escher, Lisboa, 1991.

LEE, Everett S., " A theory of migration", in Jackson, J.A. , Migration, Cambridge University Press, 1969.

LEWIS, G.J., Human Migration. A geographical perspective , St Martin's Press, New York, 1982.

MARIÉ, Michel, "Penser son territoire; pour une épistemologie de l'espace local", Auriac, Frank e Brunet, Roger (ORG.), Espaces , jeux et enjeux, Fondation Diderot, Fayard, Paris, 1986.

MENDES, J. L. Ferreira, "Integração dos factores ecológicos no planeamento do desenvolvimento económico", *Análise Social*, Vol. XVII (65), I.C.S., Lisboa, 1981.

NAZARETH, J. Manuel,

“ A dinâmica da população portuguesa no período de 1930-70”, *Análise Social*, vol. XIV (56), I. C. S., Lisboa, 1978.

O envelhecimento da população Portuguesa, Gabinete de Investigações Sociais, Ed. Presença, Lisboa, 1979.

“ A população Portuguesa : conjuntura demográfica 1970-80”, *Análise Social*, vol. XX, 81-82, Lisboa, 1984.

“A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação, *Análise Social*, vol. XXI (87-88-899, I.C.S., Lisboa, 1985.

Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa, col. Métodos, Ed. Presença, Lisboa, 1988.

Unidade e diversidade da Demografia Portuguesa no final do século XX, Col. Temas Actuais, Portugal Os próximos 20 anos, III vol., F.C.G., Lisboa, 1988.

PETERSEN, W. “ A General Typology of Migration”, in Jansen, Clifford.J. (ed), Readings in the Sociology of Migration, Pergamon Press, Oxford, 1970.

PICHAT, Jean Bourgeois, A Demografia, Colecção Ciências Sociais e Humanas, Livraria Bertrand, Lisboa, 1970.

PINTO, M^a Luís Rocha, “As tendências demográficas”, in Reis, António (Coord.), Portugal 20 Anos de Democracia, Ed. Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

PISCO, Manuel Leal, Migrações pendulares. Unidades Geográficas de Emprego, Ministério do Equipamento, do Planeamento e Ad. do Território, Secr. de Estado do Desenvolvimento Regional, Departamento de Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 1997.

PRESSAT, Roland, L'analyse Démographique, P.U.f., Paris, 1973. Dictionnaire de Démographie, P.U.F., Paris 1979.

RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane, A cidade: rumo a uma nova definição?, Col. Cidade em questão/9, Ed. Afrontamento, Porto, 1994.

ROSA, M^a João, C., A., e Sá Valente, O envelhecimento demográfico da população do Continente português e a protecção social dos idosos, (policopiado), Lisboa, 1992.

ROSEIRA, M^a João Queiróz, " Movimentos migratórios dos trabalhadores rurais da região de Portalegre", *Finisterra*, vol. XII (23), C.E.G., Lisboa, 1977.

SÁ, M^a João Araújo e, Condicionantes demográficas da evolução discente do ensino básico no distrito de Aveiro, série «estudos da população e ecologia humana» n^o2, Estudos e documentos número 18, I.C.S., Lisboa, 1988.

SALGADO, Manuel, " Um Plano para quê? O Plano Director da Moita", *Sociedade e Território - Planos sem Poder, Poder sem Planos*, Ano 2, Porto, Novembro de 1986.

SALGUEIRO, Teresa Barata,

Mercado de Habitação e estrutura urbana na área suburbana de Lisboa, Separata do Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa 89 (2), Lisboa, 1983.

" A Habitação na Área Metropolitana de Lisboa", *Sociedade e Território*, ano 3, Porto, 1985.

" Os transportes e a organização do Espaço", *Sociedade e Território - Transportes por ou contra a cidade?*, Ano 3, Julho de 1988.

A Cidade em Portugal. Uma geografia urbana, Col. Cidade em Questão/8, Edições Afrontamento, Porto, 1992.

-América, Lisboa, 1995.

SANTOS, M. O. Gomes dos, " Impactes sociais: Questões introdutórias", *Economia e Sociedade*, n^o54, Évora, 1992.

SAUVY, Alfred, A População, Colecção Vida e Cultura, Ed. Livros do Brasil, 76, Lisboa.

SHORT, Jonh, R. "Residential Mobility", *Progress in Human geography*, 2 (3), Bristol, 1978.

SILVA, Alberto e Outros, Política energética e Transporte. Opções Modais no corredor de Lisboa, cad. 12, I.E.D., Lisboa, 1986.

SILVA, Manuela, e Outros, Retorno, Emigração e Desenvolvimento regional em Portugal, cad. 8, I.E.D., Lisboa, 1984.

SOARES, Luís Jorge Bruno, " L' Aire Metropolitaine - Recherche de « nouveaux terrains d'entente » pour l'aménagement du territoire", *Sociedade e Território- Enjeux Sociaux et Transformations du Territoire*, Portugal, Ano 5, Porto, Setembro de 1990.

TAPINOS, Georges,

Éléments de Démographie. Analyse, déterminants socio-économique et histoire des populations, Armand Colin, Paris, 1985.

" De L'utilite des perspectives demographiques", in Perspectives de Population d'emploi et croissance urbaine, Chaire Quetelet' 80, Ordina Editiona, Lovain, 1980.

VANT, André, "À propos de l'impact du spatial sur le social", Auriac, Frank e Brunet, Roger (ORG.), Espâces , jeux et enjeux, Fondation Diderot, Fayard, Paris, 1986.

WATTELAR, Christine, " Les perspectives demographiques par sexe et par age: simplisme ou sophistication?", in Perspectives de Population d'emploi et croissance urbaine, Chaire Quetelet' 80, Ordina Editiona, Lovain, 1980.

DOCUMENTOS

Plano Director Municipal do concelho do Montijo (PROJECTOPLANO, 1991)

Plano Director Municipal do concelho de Alcochete -caderno inserido no Estudo de Impacte Ambiental da Nova Travessia Rodoviária sobre o Tejo

Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (1991)

Estudo Preparatório de Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal (C.E.D.R.U., 1987.)

Estudo de Impacte Ambiental da Nova Travessia Rodoviária sobre o Tejo (GATTEL, 1993)

Estudo Demográfico para o concelho de Setúbal (METRIS, 1994)

FONTES

Recenseamentos Gerais da População, (1950 a 1991), I.N.E.

Estatísticas Demográficas (1950 a 1991), I.N.E.

Inventário Municipal -Região de Lisboa e Vale do Tejo (1995, Vol), C.C.R.L.V.T..
I.N.E.

INDICE

	Página
Introdução.....	4
 Capítulo I -A importância da Península de Setúbal na Área Metropolitana de Lisboa	
1. Movimentos migratórios e território: algumas considerações.....	11
2. A Área Metropolitana de Lisboa e o afirmar da importância suburbana da Península de Setúbal.....	20
2.1 Os concelhos da Península de Setúbal e as suas relações com Lisboa.....	29
Transportes, distâncias e tempo.....	29
Movimentos pendulares.....	34
 Capítulo II- Os Contrastes Concelhios	
Introdução.....	41
1. Os contrastes espaciais.....	42
Industrialização.....	42
Urbanização.....	47
2. Caracterização da dinâmica demográfica dos concelhos da Península de Setúbal.....	54
2.1 Análise macrodemográfica	
Dinâmica global da população.....	55
Estruturas demográficas.....	60
Distribuição da população no espaço.	63
2.2 Análise microdemográfica	
Mortalidade.....	66
Fecundidade.....	70
Movimentos Migratórios.....	75
Naturalidade dos migrantes internos.....	88
Conclusão.....	92

Capítulo III- Os efeitos da dinâmica migratória no perfil demográfico das populações dos concelhos de Montijo e Alcochete

Introdução.....	98
Metodologia.....	100
Mortalidade.....	103
Fecundidade.....	104
Movimentos migratórios.....	106
Hipóteses.....	109
Os modelos.....	120
Os resultados.....	121
Conclusão.....	154
Conclusão.....	155
Anexos.....	160
Bibliografia.....	180

Capítulo III- Os efeitos da dinâmica migratória no perfil demográfico das populações dos concelhos de Montijo e Alcochete

Introdução.....	98
Metodologia.....	100
Mortalidade.....	103
Fecundidade.....	104
Movimentos migratórios.....	106
Hipóteses.....	109
Os modelos.....	120
Os resultados.....	121
Conclusão.....	154
Conclusão.....	155
Anexos.....	160
Bibliografia.....	180

